

V.01 N.01
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2009
ISSN 2177-7403



UNIVERSO
DO SERVIÇO SOCIAL



UNIVERSO
DO SERVIÇO SOCIAL

UNIVEN
FACULDADE DE NOVA VENÉCIA

ISSN 2177-7403

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN
v. 01 n.01 Janeiro/dezembro – 2009 - Anual

Diretor Geral

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Coordenadora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão

Coordenador Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Coordenadores de Curso

Ciências Contábeis / Petróleo e Gás

Alcione Cabaline Gotardo

Administração de Empresas/ Administração com linha de Pesquisa em Análise de Sistemas

Jaqueline Guimarães

Pedagogia / Letras

Kessya Pinitente Fabiano Costalonga

Direito

Fernanda Mauri

Serviço Social

Jacqueline Kelly Almeida Cunha

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Kessya Pinitente Fabiano

Viviane Dias de Carvalho Pontes

Endereço para correspondência

Biblioteca Pe. Carlos Furbetta

Rua Jacobina, 165 – Bairro São Francisco

29830-000 – Nova Venécia – ES

e-mail: alexandra@univen.edu.br

Capa

Maico Roncatto

Universo do Serviço Social / Faculdade Capixaba de Nova Venécia– v. 1. n. 1, 2009 – Nova Venécia: UNIVEN, 2009.

Anual
ISSN 2177-7403

1. Pesquisa científica: Periódicos. 2. Serviço Social I. Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

CDD. 361.05

UNIVERSO DO SERVIÇO SOCIAL

SUMÁRIO

ARTIGOS

Por uma política educacional do/no/para o campo: as escolas uni e pluridocentes e as classes multisseriadas..... Erro! Indicador não definido.
Charles Moreto

Drogas e participação popular: o debate no interior das associações de moradores do município de Serra/ES Erro! Indicador não definido.
Débora Sousa Charpinel
Jackeline da Silva Souza
Jacqueline Kelly Almeida Cunha
Mirian Cátia Vieira Basílio

O trabalho do assistente social no Brasil: o “estado da arte” e perspectivas de investigação Erro! Indicador não definido.
Marcilene Campo Dall’Orto

Tempos de vida e tempos de morte – A dura realidade nos canaviais de São Paulo - Juventude camponesa e Migrações sazonais..... Erro! Indicador não definido.
Paulo Rogério Adamatti Mansan

Apelidos – A metamorfose no trajeto de vida de alcoolistas. .. Erro! Indicador não definido.
Zélia Martinelli Xavier

POR UMA POLÍTICA EDUCACIONAL DO/NO/PARA O CAMPO: AS ESCOLAS UNI E PLURIDOCENTES E AS CLASSES MULTISSERIADAS¹

Charles Moreto²

RESUMO

Trata da experiência de implantação do PROVER em Jaguaré – ES, nas escolas uni e pluridocentes, que atendem alunos das séries iniciais do ensino fundamental. Discute as necessidades de adequações administrativas e pedagógicas empreendidas, como o aumento da carga horária docente, a realização de planejamentos coletivos semanais, a implantação de instrumentos metodológicos como a Ficha Pedagógica e o Diário do Aluno para fomentar os princípios pedagógicos de Conhecer – Analisar – Transformar. A experiência tem contribuído para a gestação de uma educação do campo nas escolas em questão.

Palavras-Chave: Educação do campo. Séries iniciais do Ensino Fundamental. PROVER.

ABSTRACT

It's experience in implantation of PROVIDING in Jaguaré - in schools uni and pluridocentes, serving students from lower grades of elementary school. Discusses the need for administrative and pedagogical adjustments undertaken, such as increasing teacher workload, the performance of collective weekly schedules, deployment of instruments methodological as the Daily Record and Educational Student to enhance the pedagogical principles of Knowing - Review - Transform. The experience has contributed to the gestation of a countryside education in the schools concerned.

Key Words: Countryside education. Early grades of elementary school. PROVER.

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre a educação do campo têm ganhado espaço nas produções acadêmicas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990. Entre os fatores que contribuíram para aumentar o interesse de pesquisadores sobre a temática, podemos destacar a atuação dos Movimentos Sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, sobretudo seu Setor de Educação; a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado de intensos debates da sociedade, garantindo liberdades e direitos civis a grupos até então marginalizados e invisibilizados pelo Estado e suas “políticas públicas” tendenciosas; a promulgação da Lei de

¹ Este trabalho foi originalmente apresentado na 15ª Jornada Brasileira de Pedagogia Social, realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, nos dias 25 e 26 de março de 2010, com o título “Política Educacional para o Campo: o Programa de Valorização da Educação Rural – PROVER, no município de Jaguaré – ES”.

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo *Campus Santa Teresa*. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail para contato: charlesm@ifes.edu.br. Docente no curso Superior de Serviço Social da Univen no ano de 2009/1.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e, mais recentemente, a apresentação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Ressaltamos que os aspectos legais acima mencionados são fruto dos Movimentos Sociais pró-educação do campo.

Enfatizamos, porém, que apesar das conquistas, muitos são os espaços do rural onde a educação do campo se faz presente. Em outras palavras, muitos são os espaços do rural onde a educação mostra-se insensível e não comprometida com suas realidades. Cavalcante (2009, p. 1) assim pronuncia-se a esse respeito:

O paradoxo talvez, é que a “educação do campo” ao alcançar o universo retórico e legalista das políticas educacionais brasileiras já no século XXI, pode não estar de fato sendo apropriada pelos (significativos) pedaços do rural que não se encontram em “movimento” (este rural ainda sob a lógica da produção capitalista, muitas vezes inerte ao mundo de lutas e labutas dos movimentos sociais em diferentes cantos do Brasil nos últimos vinte anos) (grifos da autora).

É fato que a educação rural instituída no Brasil a partir do século XX, além de estar atrelada ao mundo da produção capitalista, chegava em “doses residuais” (CAVALCANTE, 2009) por meio de campanhas e projetos que tinham um claro objetivo de conter a população rural no campo, mesmo que não tivessem condições de nele viver. Além disso, prevalecia, como ainda hoje prevalece em muitos contextos, uma visão “urbanocêntrica” das escolas sediadas no rural, “(de)formando” “alunos inadequados ao mundo urbano, despreparados para os potenciais do local” (*idem, ibidem*, p. 2).

Somada a essas questões, estão outras que dizem respeito especificamente às escolas unidocentes e pluridocentes localizadas no rural de quantidade significativa dos municípios brasileiros. Autores como Hage (2006) e Brito (s.d.) discutem em seus estudos as precárias condições materiais e humanas, com destaque para a formação dos docentes que atuam nessas escolas. Fica evidente a falta de políticas públicas pensadas especialmente para esse tipo de escolas. Como ser/fazer uma escola no campo, do campo e para o campo? Estas são questões que nortearam a construção de nosso estudo, onde buscamos elencar algumas práticas consideradas exitosas nesse processo de construção/transmutação de uma educação rural para uma educação do campo, mesmo em locais onde “os Movimentos” não se façam tão presentes. Nesse sentido, optamos por apresentar a experiência desenvolvida no município de Jaguaré – ES.

2. APRESENTANDO A REALIDADE EM QUE SE INSERE A EXPERIÊNCIA

O município de Jaguaré localiza-se ao norte do Estado do Espírito Santo, distante cerca de 202 Km da capital Vitória. Possui 661 Km² de extensão territorial e uma população de aproximadamente 21.379 habitantes, em 2006 (ESPÍRITO SANTO, 2007). Destes, 54,76% moram na zona urbana, enquanto 45,24% residem na zona rural (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Tem na agricultura sua maior fonte de receitas e de geração de emprego e renda para a população. O cultivo do café conilon é a principal atividade econômica, o que contribui para que o município seja o maior produtor nacional deste produto. Destacam-se também as culturas da pimenta-do-reino, mamão e maracujá.

É um município onde predominam as pequenas propriedades rurais, de cunho familiar, fato que em muito colabora para que boa parte da população ainda hoje esteja ligada ao campo, seja morando e trabalhando nele, seja residindo na cidade e indo diariamente nele trabalhar.

Devido a essa particularidade, desde o início de sua colonização, a partir da década de 1940, conforme foram sendo formadas as comunidades no interior da localidade que mais tarde viria a constituir-se município, foram sendo criadas escolas unidocentes e pluridocentes para atender às necessidades de formação das crianças na alfabetização, no cálculo e nos conhecimentos científicos e sociais.

Essa característica da população local de entender a escola como um elemento importante para o desenvolvimento, associada à agricultura familiar que sempre caracterizou o município, fez com que Jaguaré passasse a valorizar a educação no campo com a construção e o estabelecimento das escolas unidocentes e pluridocentes como já mencionado. Mais tarde, como expressão de uma tomada de consciência e da necessidade de continuação da formação iniciada, é construída no município uma Escola Família Agrícola de Jaguaré - EFAJ, baseada na Pedagogia da Alternância - PA.

Na década de 1990, devido à abertura política encontrada no município e ao desejo de lideranças de comunidades do interior, foram criadas as Escolas Comunitárias Rurais – ECOR's, nas localidades de Jirau, São João Bosco e Japira, destinadas à formação de crianças e adolescentes do campo, de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, empregando os mesmos princípios filosóficos e pedagógicos da PA, utilizado na EFAJ. Esta passa, a partir de então, a oferecer o Ensino Médio integrado ao Curso Técnico Agrícola. Além dessas, existe também uma escola estadual de ensino fundamental em um assentamento, que utiliza a PA (EEEF “XIII de Setembro”). Isso faz de Jaguaré o maior centro de experiências na Pedagogia da Alternância do país.

3. APRESENTANDO A EXPERIÊNCIA DO PROVER

O município de Jaguaré oferece educação no campo a uma quantidade significativa de crianças de séries iniciais em idade escolar nas escolas uni e pluridocentes em várias comunidades. Porém, essa educação oferecida no campo, não era necessariamente, uma educação do campo, nem para o campo.

Por escolas do campo, compartilhamos a idéia defendida por Fernandes, Cerioli e Caldart (1999). São “escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo” (p. 29).

Com exceção das ECOR's, da EFAJ e da EEEF “XIII de Setembro”, que possuíam um projeto político-pedagógico para a formação das crianças, adolescentes e jovens no/do campo e para o campo, com uma metodologia própria para essa formação, as escolas uni e pluridocentes eram instituições no campo, mas que trabalhavam com uma perspectiva e metodologia comumente encontradas nas escolas urbanas. Além disso, eram pautadas em um conhecimento altamente livresco, conteudista e com pouca ou nenhuma abertura às temáticas próprias da realidade do campo, bem como das crianças do campo, seus saberes, suas culturas e sua identidade campesina. É claro que devemos destacar algumas ações pontuais de professores que atuavam nessas escolas e que buscavam desenvolver ações que pudessem dar relevo aos sujeitos do campo.

Porém, em sua significativa maioria, as crianças do campo que freqüentavam as séries iniciais do ensino fundamental eram (in)visíveis (VASCONCELLOS; SARMENTO, 2007) aos olhos do sistema educacional como um todo, pois o mesmo sabia que elas estavam ali, mas fazia questão de não vê-las e compreendê-las como sujeitos de direitos, tendo sua cultura e identidades preservadas, valorizadas, tomadas como saberes geradores de saberes. Essas realidades da infância do campo também eram (in)visíveis para alguns professores, em geral devido a uma formação inicial insuficiente que não deu conta de discutir o campo como uma realidade própria e que, por conseguinte, demanda uma educação também própria. Também devido às formações continuadas que costumeiramente apresentam-se como iniciativas “descontinuadas” com pouca reflexão sobre a realidade educacional, a dinâmica escolar cotidiana e pelo descolamento dos temas abordados nessas formações que acabam sendo gerais a todos os docentes de uma determinada rede, independente de nível de escolaridade, bem como de modalidade e/ou realidade social, econômica e cultural em que o mesmo atua.

Buscando alternativas para a realidade até então vivenciada, a Secretaria Municipal de Educação de Jaguaré – ES, encontrou no município de Feira de Santana – BA uma experiência desenvolvida com as escolas da zona rural, que foi então adaptada à realidade e os interesses requeridos de favorecer a transformação de uma educação até então no campo para uma educação do/para o campo, também nas escolas uni e pluridocentes, nas séries iniciais do ensino fundamental.

A experiência denominada Programa de Valorização da Educação Rural – PROVER, é uma iniciativa desenvolvida com as escolas uni e pluridocentes, que atendem aos alunos de séries iniciais do ensino fundamental e que ficam próximas ou nos raios de ação das Escolas Comunitárias Rurais Municipais. Isso faz parte de uma política mais ampla de fixação do homem do campo no campo, evitando-se assim, a partir da 5ª série, que o aluno residente no interior tenha que se deslocar para uma escola no centro da cidade para continuar seus estudos, fortalecendo o êxodo rural e o desapego às coisas do campo.

Assim, a) a necessidade de valorizar a agricultura familiar, dotando-a de maiores conhecimentos científicos; b) dotar a prática educativa de um conhecimento articulado ao todo, pois o meio rural não está isolado do resto do mundo; c) refletir sobre a realidade, construindo uma concepção de homem, mundo e sociedade e, a partir daí, construir a educação que desejamos; d) entender que o conhecimento pode ser construído por todos e; e) fomentar o processo de participação dos pais/comunidade na vida escolar (JAGUARÉ. SEMEC, 2003a, 2006), são apontados como os aspectos motivadores da ação então empreendida.

O propósito, com a implantação do PROVER, é favorecer o engendramento de uma educação que extrapole o âmbito puramente escolar e que esteja “voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico [das populações] que habitam e trabalham no campo [em Jaguaré], atendendo às suas diferenças históricas e culturais” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 1999, p. 29).

O PROVER orienta-se por princípios filosóficos que balizam o desenvolvimento de suas ações. Destacamos os que seguem:

- a) Orientar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, ou seja, com base em uma visão harmônica homem/natureza; b) Garantir um processo de ensino – aprendizagem pautado na construção da cidadania, isto implica para além de

Conhecer, Analisar e Transformar coletivamente; c) Utilizar o processo de pesquisa como ponto de partida para todo ato educativo, isto é, com base na realidade, desenvolvendo o senso crítico nas crianças; d) Adequar estruturas administrativas e pedagógicas ao ambiente rural (calendário, aproveitamento de material disponível no meio rural); e) Utilizar a avaliação como processo; fator de reavaliação da prática educativa (JAGUARÉ. SEMEC, 2003a, p. 4).

A partir dos princípios filosóficos acima apresentados, o Programa desenvolve suas ações pautadas pelos princípios pedagógicos de CONHECER, ANALISAR e TRANSFORMAR (JAGUARÉ. SEMEC, 2003a; 2003b, 2006). No entanto, é preciso destacar que, apesar de apresentados separadamente, esses momentos não se dão de forma estanque, pois, a partir do momento em que os alunos e professor iniciam o processo de conhecer determinada realidade, sua análise e a reflexão sobre as possibilidades de transformação da mesma, caso assim entendam como necessário, também estarão em movimento.

O princípio pedagógico CONHECER é entendido como todo aspecto relacionado ao processo avaliativo, tais como o período diagnóstico, o constante ir e vir à realidade dos educandos com instrumentos metodológicos próprios que mencionaremos mais adiante, bem como com as diversas atividades desenvolvidas entre professores e alunos em sala de aula e na comunidade. Em síntese, este princípio pressupõe observar, ver, levantar dados da realidade.

Uma vez os dados observados, vistos, coletados, é preciso entendê-los. Nesse sentido o ato de ANALISAR apresenta-se como um momento de muita importância. No coletivo, a partir de sua casa/comunidade e na escola com os demais colegas e professor, o aluno passa a desdobrar, a confrontar, a sistematizar, a desenvolver as informações coletadas, elaborando e re-elaborando seus conhecimentos e fazendo com que os mesmos alcem um novo patamar.

Finalmente, o terceiro e último princípio pedagógico que norteia os trabalhos no PROVER diz respeito ao TRANSFORMAR. Ele apresenta-se como o momento da objetivação, do confronto entre o ideal e o possível. Pressupõe, portanto, instigar o aluno para agir, para vivenciar, para intervir na realidade a partir dos novos conhecimentos produzidos no coletivo.

Os princípios pedagógicos apresentados acima e que fazem parte do Programa, reafirmam a necessidade expressa por Fernandes, Cerioli e Caldart (1999) que a educação do campo necessita ser uma educação específica e diferenciada, alternativa. “[...] deve ser *educação*, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz” (*idem, ibidem*, p. 24, grifos dos autores).

Para a operacionalização da prática cotidiana nas escolas uni e pluridocentes do PROVER, a implantação de alguns instrumentos metodológicos foi necessária. Assim, os professores e alunos dessas escolas passaram a trabalhar e a conviver com a **Ficha Pedagógica**, o **Diário do Aluno**, a **Pasta de Arquivo**, **Visitas** e **Palestras**. As demais atividades comuns a uma escola regular dessa natureza continuam existindo, porém agora, ressignificadas, pois entendidas dentro/a partir de um contexto articulador conhecido como **Temas Geradores**.

Os **Temas Geradores** são temáticas ligadas às problemáticas vivenciadas pelos sujeitos do campo. Por isso mesmo, podem ser diversificados. No entanto, algo importante a destacar é que os mesmos devem ser escolhidos de acordo com a realidade da comunidade, pois o conhecimento que será gerado a partir do trabalho de investigação deverá partir de uma situação real vivenciada por alunos e professores, tendo-se em vista o tripé que compõe os

princípios pedagógicos: Conhecer – Analisar – Transformar. A escolha dos temas geradores pode ser feita mediante pesquisa com a comunidade. No entanto, dado o número geralmente grande de temas que são propostos e tendo em vista o tempo disponível em um ano letivo, é necessário que sejam feitas algumas escolhas, dando prioridade a determinados temas em detrimento de outros que, em momentos futuros, poderão ser contemplados.

Uma vez definidos os temas geradores que serão abordados no decorrer de um ano letivo, o segundo passo é a elaboração da **Ficha Pedagógica**. Essa ficha, “elaborada em conjunto com os professores e adaptada a cada comunidade, [...] serve para buscar os dados da realidade vivida pelo aluno, da sua família ou da sua comunidade (JAGUARÉ, SEMEC, 2003a).

O processo de elaboração e aplicação da Ficha Pedagógica perpassa quatro momentos, envolvendo diferentes sujeitos em sua consecução.

No primeiro momento, o professor, junto ao coletivo de outros professores das demais escolas uni e pluridocentes envolvidos no PROVER reúnem-se para: a) definir o tema da ficha, mediante os temas geradores já predefinidos para o ano letivo; b) produzir uma introdução sobre a temática que será abordada; c) elaborar as questões; d) pensar na incentivação/motivação para a aplicação da Ficha Pedagógica aos alunos; e) definir o dia da aplicação.

Em um segundo momento, cada professor junto aos alunos: a) conversará sobre a Ficha Pedagógica e o tema, desenvolvendo atividade de motivação; b) apresentará as questões para a turma; c) comentará sobre cada questão e esclarecerá as dúvidas dos alunos; d) orientará os alunos como proceder em casa; e) combinará com os alunos a data de retorno da Ficha Pedagógica.

No terceiro momento, os alunos e suas respectivas famílias: a) respondem a Ficha Pedagógica, sendo que o discente deverá ler, explicar as questões e realizar as anotações das respostas em folha própria que posteriormente será entregue ao professor; b) ao finalizar os trabalhos, o aluno convida a família para assinar a sua Ficha.

Por fim, no quarto momento, essa Ficha retorna para a escola na data combinada, onde cada aluno apresenta aos demais as respostas obtidas, no que é chamado de Momento de Colocação em Comum e todos, coletivamente, elaboram um texto-síntese. Esse texto-síntese constitui-se no **texto básico de trabalho**. Todas essas ações estão compreendidas no processo pedagógico anteriormente apresentado como CONHECER.

No processo pedagógico de ANALISAR, a continuidade das ações assentam-se no trabalho com **textos complementares**. Esses textos e atividades compõem “o momento de aprofundamento do conhecimento da realidade e situa-se no âmbito do entendimento aprofundado dos fenômenos abordados” (JAGUARÉ. SEMEC, 2003b, p. 20 - 21). Nesse momento é que são realizadas diversas atividades, tais como visitas de estudos com roteiros para observação dirigida, pesquisas complementares ao tema, palestras com pessoas que possuem conhecimentos sobre o fenômeno em questão com aprofundamento nas disciplinas, entre outras. São essas diversas atividades que acabam por gerar os já mencionados textos complementares de trabalho.

Dentro do processo pedagógico de Analisar, destacamos os elementos pedagógicos: a) **Diário do Aluno** – caderno que o aluno utiliza para o registro de sua aprendizagem diária na escola,

na família e na comunidade; b) **Visitas** – de acordo com o tema abordado na Ficha Pedagógica são realizadas visitas de estudo para aprofundamento e ampliação dos conhecimentos dos alunos pelo confronto com outras informações e realidades. Nas visitas os alunos levam consigo uma Folha de Observação, com questões que deverão ser observadas, anotadas e respondidas. Nessas visitas também participam pais de alunos; c) **Palestras** – assim como nas visitas, de acordo com o tema, são convidadas pessoas da comunidade ou não, para ministrarem palestras também com o objetivo de contribuir no aprofundamento/ampliação dos conhecimentos dos alunos. Esses elementos, entre outros, servem para que novos textos sejam produzidos.

Há ainda a **Pasta de Arquivo**, individual, onde cada aluno guarda suas Fichas Pedagógicas, as sínteses elaboradas, ilustrações e outras atividades produzidas a partir das mesmas.

Como afirmamos anteriormente, os processos pedagógicos do Programa são articulados e interdependentes. Assim, “o [processo pedagógico nomeado] TRANSFORMAR inicia-se desde o momento de desvelamento da realidade, na sua análise e ganha corpo no momento em que se mobilizam ações efetivas para enfrentamento da situação-problema diagnosticada” (JAGUARÉ. SEMEC, 2003b). O momento de transformação não é apenas físico e exterior aos indivíduos, mas diz respeito também aos sujeitos envolvidos nesse processo de formação, a saber, os alunos, professores e suas famílias.

4. REFLETINDO A EXPERIÊNCIA

Para a efetivação da experiência, algumas alterações foram necessárias, quer didático-pedagógicas, com a implantação dos princípios filosóficos e metodológicos e dos instrumentos metodológicos, quer mudanças administrativas.

Entre as últimas, salientamos o aumento na carga horária de trabalho dos professores que participam do programa em mais cinco horas semanais. Essas horas a mais são destinadas ao planejamento coletivo entre todos os professores na Secretaria Municipal de Educação, semanalmente, para juntamente com a coordenação pedagógica do Programa, avaliar os trabalhos desenvolvidos na semana que passou e planejar os próximos passos a serem dados na semana seguinte.

Esses encontros constituem-se em momentos privilegiados, pois favorecem a troca de experiências entre os professores que, antes do Programa, reiteradamente manifestavam seus sentimentos de isolamento e esquecimento por parte do sistema, pois não tinham com quem discutir, com uma frequência satisfatória como vem ocorrendo, os problemas diários de suas respectivas escolas com outros colegas que encontravam-se em situação semelhante.

Os encontros têm favorecido aos professores um sentimento de maior importância e de maior segurança no desenvolvimento de seus trabalhos, pois os mesmos não sentem-se mais sozinhos (pois agora contam com a execução dos planejamentos coletivos) nem mais esquecidos pelo sistema (há agora um Programa pensado com e para eles, com acompanhamento e assessoramento constante, dando-lhes suporte para o desenvolvimento de suas atividades).

Uma adequação que já foi necessária ao Programa foi a inclusão de visita às famílias por parte dos professores. Isso se deu devido à necessidade sentida pelos docentes, nem sempre

moradores das comunidades onde trabalham, de conhecerem melhor os alunos, suas famílias e suas realidades. A visita é preparada pelo professor e a família a ser visitada é avisada com antecedência.

Quando os professores sentem a necessidade de realizar a visita às famílias, ocorre uma adequação nos planejamentos coletivos; os mesmos são concentrados para acontecer de quinze em quinze dias, sendo intercalados pelas visitas. Essa interação/articulação escola-família-comunidade tem se mostrado como mais um dos elementos significativos para o sucesso do Programa.

5. LIÇÕES (PARCIAIS) DA EXPERIÊNCIA

Nesses oito anos de desenvolvimento do PROVER, algumas lições puderam ser aprendidas com a experiência e que tem contribuído para outra compreensão do campo e das infâncias do campo. Apresentaremos as lições reunidas em quatro grupos: 1) as lições das/nas/com as famílias dos alunos; 2) as lições dos/nos/com os alunos; 3) as lições dos/nos/com os professores e; 4) as lições para a Secretaria Municipal de Educação.

As famílias dos alunos continuamente têm manifestado que o PROVER deu novo significado para o processo de acompanhamento da aprendizagem de seus filhos graças aos elementos metodológicos que emprega, com destaque para as Fichas Pedagógicas. Segundo os mesmos, a necessidade de reunirem-se para ler, refletir, pesquisar, lembrar fatos, conversar sobre suas culturas, suas vivências para responder às Fichas, tem possibilitado uma maior aproximação entre pais e filhos.

Para os alunos, a metodologia empregada tem contribuído para fomentar sua curiosidade. Ao investigarem sobre a vida de suas famílias e refletirem sobre as mesmas, visualizando outras possibilidades para a realidade posta, muitos tem passado a se interessar mais pelos negócios e pelo próprio trabalho da família, numa clara tomada de consciência da importância social, histórica, cultural, econômica, entre tantas mais, que os sujeitos do campo possuem. Além disso, aspectos tais como melhoria na capacidade de organização das ideias pela criança com as constantes atividades de escrita e reescrita, o hábito de registrar os fatos que ocorrem consigo, com sua família e na sua comunidade além de resgatar/relembrar outros fatos, têm contribuído para manter viva sua história, sua cultura, sua identidade.

Quanto aos professores, a experiência tem favorecido um maior conhecimento sobre cada aluno e sobre sua realidade familiar e social, sobretudo por meio das Fichas Pedagógicas e da realização das visitas às famílias. Isso tem se mostrado como prática fundamental, pois nem todos os professores que trabalham nas escolas ligadas ao PROVER são moradores das comunidades onde atuam, sendo que há também muitos que residem na zona urbana e trabalham nas escolas da zona rural, como mencionado.

Além disso, as realizações das reuniões de planejamentos semanais entre os professores, todas as segundas-feiras na Secretaria Municipal de Educação, juntamente com os coordenadores do Programa para avaliarem os trabalhos desenvolvidos e planejarem as próximas atividades a serem empreendidas, conforme já mencionamos, favoreceu a troca de experiências, dando aos professores das escolas uni e pluridocentes, maior segurança no desenvolvimento de seus trabalhos, bem como criando nos mesmos um sentimento de pertencer a um grupo, de que há mais alguém com quem eles podem contar, discutir, debater, sentimento esse ausente nos

mesmos antes da implantação do Programa, pois costumeiramente se queixavam de se sentirem sozinhos e abandonados em suas respectivas escolas, não tendo outros pares com quem discutir as problemáticas de seu cotidiano escolar.

Por fim, entendemos que a presente experiência trouxe como lições para a Secretaria Municipal de Educação o quão importante é propiciar aos professores condições como maior carga horária, o acompanhamento constante e próximo nos planejamentos das atividades e o favorecimento dos encontros entre os professores até então isolados e distantes uns dos outros, quer espacial (pois as escolas não ficam próximas umas das outras) quanto temporalmente (pois anteriormente os encontros entre esses professores ocorriam uma vez a cada bimestre, por ocasião dos planejamentos bimestrais), para a gestação de uma educação do campo e para o campo, com o compromisso ético e a qualidade necessária e merecida pelos sujeitos que nele vivem, trabalham, produzem cultura e sonhos de uma vida melhor e mais digna para si, para seus/suas filhos/as e para todos/as.

6. REFERÊNCIAS

1. BRITO, Diselma Marinho. **A identidade cultural das populações do campo e o desafio das escolas multisseriadas no município de Abaetetuba – PA**. Disponível em: <<http://www.pa.gov.br/portal/procampo/downloads/TEXT0%20%OFICINA%20PROCAMPO.doc>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
2. CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda. Das políticas ao cotidiano: entraves e possibilidades para a educação do campo alcançar as escolas no rural. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32., 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT03-5106--Int.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2010. GT 03 – Movimentos sociais e educação. Trabalhos.
3. ESPÍRITO SANTO. **Anuário 2007**. Vitória: A Gazeta, 2007.
4. _____. Governo do Estado. **Jaguaré divulga produtos de sua agroindústria na 18ª edição da “Sabores do Campo”**. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/noticias/show.aspx?noticiaId=99694344>>. Acesso em: 20 abr. 2009.
5. FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Por uma educação básica do campo – texto-base. In: KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Israel José; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação básica do campo - 1**. Brasília, 1999. cap. 2, p. 21 – 74.
6. HAGE, Salomão Mufarrej. A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação educacional. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT13-2031--Int.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2010. GT 13 – Educação fundamental. Trabalhos.

7. JAGUARÉ. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **PROVER:** Projeto de Valorização da Educação Rural – Jaguaré, ES. Uma experiência, uma proposta (Ficha síntese). [s.l.; s.n.], 2003.
8. _____. **Programa de Valorização da Educação Rural – PROVER:** uma experiência em construção. Sistematização da experiência educacional em escolas localizadas no meio rural que atendem alunos do Ensino Fundamental - séries iniciais. [s.l.; s.n.], 2003.
9. _____. **PROVER:** Programa de Valorização da Educação Rural – Jaguaré, ES. Escola Rural: uma experiência, uma proposta. [s.l.; s.n.], 2006.
10. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). **Infância (in)visível.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

DROGAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: O DEBATE NO INTERIOR DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO MUNICÍPIO DE SERRA/ES³

Débora Sousa Charpinel⁴
 Jackeline da Silva Souza⁵
 Jacqueline Kelly Almeida Cunha⁶
 Mirian Cátia Vieira Basílio⁷

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar de que forma as associações de moradores têm se organizado para propor e elaborar pautas para formulações das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do consumo indevido de álcool e outras drogas. Para o desenvolvimento deste, realizou-se um levantamento bibliográfico, uma pesquisa documental das associações escolhidas e por fim entrevistas com os líderes comunitários. Os resultados demonstram uma escassa discussão no interior das associações e a não ocupação dos espaços de deliberação, como o Conselho sobre Drogas, no que se refere a elaboração de Políticas Públicas relativas as problemáticas ocasionadas pelo consumo de drogas.

Palavras-chave: Associações de moradores. Participação. Políticas Públicas. Drogas.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyse in which ways community associations have organized themselves so that they can propose and create actions for the formulation of public policies against the use of alcohol and other drugs. For the development of the research was a literature review and documentary research of the six associations chosen and finally interviews with community leaders. The results demonstrate the non-existence of discussion within the associations and the non-use of deliberation areas such as the Conselho sobre Drogas, when concerning the creation of Public Policies related to the problems caused by the use of drugs.

Key words: Community associations. Participation. Public Policies. Drugs.

³ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social / 30 de junho de 2008.

⁴ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo e acadêmica do Curso de Especialização em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social – Emescam.

⁵ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo e acadêmica do Curso de Especialização em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social – Emescam. Professora do Curso de Serviço Social e assistente social do Núcleo do Programa de Extensão de Serviço Social UNIVEN.

⁶ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo e acadêmica do Curso de Especialização em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social – Emescam. Coordenadora e professora do curso de serviço social UNIVEN.

⁷ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Espírito Santo e acadêmica do Curso de Especialização em Políticas Sociais, Gestão e Controle Social – Emescam . Orientadora do trabalho de conclusão de curso – Assistente Social e Mestre em Política Social –UFES.

1. INTRODUÇÃO

As bebidas alcoólicas são substâncias psicoativas utilizadas há muitos séculos pelos homens e ainda hoje são usadas em larga escala por grande parte das sociedades contemporâneas (BERTOLOTE, 1997). O elevado consumo de substâncias alcoólicas está diretamente ligado à facilidade de acesso da mesma, mediante a legalidade de sua prática, em uma sociedade que entende culturalmente o “beber” como um modelo comportamental naturalmente aceito.

Mediante a minimização das problemáticas associadas ao consumo de álcool, o que consequentemente reflete na ausência de ações referentes à diminuição desse consumo, é que o alcoolismo atualmente, representa uma expressão da questão social. Estima-se que o consumo dessa substância psicoativa seja fator agravante ou diretamente causador de um quarto do conjunto das doenças, cuja gravidade é variável conforme a importância que o comportamento de beber adquire na vivência do consumidor, bem como da duração desse comportamento (ADÈS; LEJOYEUX, 1997).

Associado a esse contexto, que traz índices alarmantes em relação a essa problemática, observamos o incentivo de consumo que é dado pelas grandes empresas do ramo. Estas por sua vez realizam grandes investimentos na divulgação do produto, sempre associado a práticas prazerosas, sendo a produção dessas bebidas orientadas pela lógica de um capitalismo globalizado em tempos de política neoliberal. Vale considerar ainda que tal produção é então dominada por gigantescas corporações, estas lutam e se organizam em lobbies⁸ para ter o direito de comercializar seus produtos sem respeitar fronteiras nacionais e políticas fiscais, sociais ou de saúde, além de se utilizarem amplas estratégias de marketing para posicionar seus produtos (CARLINI-COTRIN, 2000).

Outro aspecto importante é o papel desempenhado pela mídia na sociedade contemporânea, constituindo um dos fatores fundamentais na formação do que é comumente conhecido como opinião pública. Entendida como facilitadora das interações sociais, a propaganda mascara exatamente o que a substância tem progressivamente afetado: as instituições sociais. Assim, como as propagandas de medicamentos, as de bebidas alcoólicas cumpriam duplo papel: uma função comercial e uma suposta função educativa, já que a imagem levada ao público é de uso com moderação, nunca de abuso (PINSKY, 1994). Para esta autora, a veiculação do produto na mídia cotidianiza, banaliza e legitima o consumo de bebidas alcoólicas, diluindo a eficácia das campanhas preventivas.

Envolto nessa contradição está o próprio Estado, desafiado a elaborar políticas públicas que devam controlar os problemas gerados por uma substância que ao mesmo tempo em que traz dados alarmantes de prejuízos para a saúde pública também está associada a aspectos tão arraigados e incentivados em nossa cultura (BASÍLIO, 2008). O desafio está posto ainda entre criar políticas públicas que controlem os problemas associados ao consumo abusivo da substância ao passo que não limite a comercialização lucrativa do produto.

Diferentemente do álcool, as drogas ilícitas possuem um caráter de ilegalidade que historicamente tem sido matéria de uma internacionalizada política que, ditada pelos países centrais (como os EUA), se concentra contra os países produtores e exportadores. Assim

⁸Aragão (1994) refere que a palavra “lobby” significa, em inglês, antessala, vestíbulo, saguão. Refere-se ao lugar onde ficavam as pessoas que procuravam influenciar as autoridades e/ou políticos e que acabou por designar a ação de profissionais ou grupos que buscavam exercer pressões, para que fosse aprovados projetos em benefício daqueles que são por eles representados.

como a criminalização das drogas esses países também criminalizam as condutas relativas às mesmas (KOPP, 1998).

Nesse sentido, o caráter clandestino de sua distribuição dá origem a mercados paralelos nos quais os comportamentos econômicos de fornecedores e compradores são determinados por modalidades específicas de funcionamento do mercado. Essas drogas (classificadas em seu aspecto legal, como ilícitas em termos de comércio e/ou consumo) foram parar no centro do fenômeno do crime, fenômeno social esse que espalha medo e insegurança em nível global (KARAM, 2000).

Desta forma, observamos que as consequências do consumo de álcool e outras drogas acarretam considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, afetando homens e mulheres de diferentes etnias, independente de classe social e econômica ou mesmo de idade (VAISMAN, s/d). Além disso, no que tange ao consumo mundial de drogas, dados da Organização Mundial de Saúde apontam que cerca de 10% da população dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente drogas, sendo o álcool e o tabaco as mais consumidas globalmente (BRASIL, 2003).

Um dos fatores que sinalizou a necessidade de ações governamentais efetivas nesta área foi o elevado custo social decorrente do uso indevido de drogas que coloca como desafio à implantação de medidas adequadas do ponto de vista de saúde pública. Os custos da dependência não se restringem aos gastos oriundos do Sistema Único de Saúde. Aqui estão inclusos os gastos pessoais, familiares, as perdas da capacidade laborativa, do sistema judicial e de serviços policiais exercendo um peso importante no orçamento nacional (BRASIL, 2003).

O uso de drogas, como um problema social requer ações de diferentes áreas e, no caso da saúde pública, as ações de prevenção, promoção, recuperação e redução de danos inscrevem-se numa esfera intersetorial, envolvendo as áreas de segurança pública, saúde, educação, assistência social, cultura, esportes, etc.

Diante disso, nota-se a importância da adoção de políticas públicas que não abordem o fenômeno da dependência química sob a ótica predominantemente curativa, mas almejem a inclusão de possibilidades de intervenção diversificadas e atentas às demandas da população alvo da ação, fornecendo atenção focada em prevenção, reabilitação ou redução de danos a serem desenvolvidas de forma descentralizada valorizando a municipalização das ações (BRASIL, 2003).

Diante do exposto, as políticas que têm como objetivo a redução da carga de problemas relacionados ao consumo de drogas são necessárias para que sejam adotadas medidas que sirvam como estratégia global de criação de um ambiente que ajude as pessoas a fazerem escolhas saudáveis (EDWARDS, 1994).

Logo, a formulação de políticas públicas está diretamente relacionada a participação popular. A sociedade civil organizada se caracteriza como ator legitimado, frente à sociedade política, de maneira a influenciar as pautas para elaboração destas políticas.

Assim, para pensar o processo decisório, no que diz respeito à formulação de políticas públicas, é preciso estar atento que estas políticas são produtos derivados de um processo que envolve compreender as relações de poder inscritas e a via de resolução dos conflitos e

pressões exercidas por diferentes grupos sociais que apresentam interesses divergentes (RUA, s/d)

Considerando a conceituação de sociedade civil como espaço público, podemos entender que é nesse espaço que se desenvolvem os processos políticos que objetivam organizar os interesses de classe e projetá-los em termos de ação hegemônica, no sentido da construção de um novo projeto societário (DURIGUETTO, 2005). O espaço público, nesse sentido, seria o espaço de deliberação conjunta, em que interesses divergentes se legitimam e se justificam reciprocamente em função dos princípios de direito e interesses públicos. Espaço de tematização, debate e interlocução de problemas, interesses e conflitos entre indivíduos, grupos e classes. Não é aqui compreendido como espaço estatal, mas envolve os espaços de democratização do Estado em que articulações, negociações e decisões envolvendo sociedade política e sociedade civil tem se processado (DURIGUETTO, 2005; DAGNINO, 2000).

Diante dessa relação de pressão e negociação de ações, entre órgãos governamentais e sociedade civil, via democratização, os movimentos sociais se constituem importantes espaços de representação da sociedade civil e conseqüentemente de influência. Desta forma, a ação comunitária não é simplesmente a soma dos esforços direcionados a influenciar a maneira como as pessoas pensam sobre as drogas lícitas ou ilícitas, mas também de geração de pautas para a gestão municipal visando o enfrentamento dessa problemática (CHARPINEL; GARCIA, 2006).

Pautado nestas reflexões o objetivo deste trabalho é analisar de que forma as associações de moradores têm se organizado para propor e elaborar pautas para formulações das políticas públicas voltadas para o enfrentamento do consumo indevido de álcool e outras drogas e se tal problemática tem se constituído em objeto de preocupação e intervenção das associações de moradores⁹ do município de Serra.

Nesse contexto de participação e controle social é que definimos as associações de moradores, espaço de organização da sociedade civil e legitimamente reconhecido como ator no processo de participação decisória, como alvo de nosso estudo. Dessa forma, entendemos que o debate no interior das associações de moradores se torna relevante para analisarmos a sua atuação na esfera pública¹⁰, enquanto espaço de participação e controle social, de maneira a enfrentar a questão social, e especificamente, as problemáticas relacionadas ao consumo de drogas.

A metodologia que expressa todo o caminho percorrido nesta pesquisa se deu através do estudo de abordagem qualitativa envolvendo as associações de moradores do município de Serra. Inicialmente, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, posteriormente, a coleta de dados utilizando a pesquisa documental na Federação das Associações de Moradores de Serra (FAMS) envolvendo atas, estatutos, documentos históricos, jornais; no departamento do Centro Integrado Operacional de Defesa Social

⁹ A maior parte dos movimentos sociais de caráter reivindicatórios, não tem agido para transformar a sociedade, imprimindo-lhe um sentido novo, mas atua principalmente como grupo de pressão sobre o Estado, para obter respostas pontuais às suas demandas, através de dinâmicas diferenciadas e pautadas por um maior ou menor enquadramento institucional, o que retrata a nova tendência desses movimentos que abandonam o espírito de coletivismo, de transformação de uma totalidade, para buscarem respostas rápidas frente suas necessidades imediatas. Nesse contexto, torna-se característica dos Movimentos Sociais a luta por demandas concretas e pontuais, baseadas no oportunismo e imediatismo (AFONSO et al, 1990).

¹⁰ Teixeira (2001) considera que a esfera pública é constituída por organizações, instituições, mídia, grupos de interesses, conselhos de representação setorial e associações prestadoras de serviço. E é nesta esfera que as ações, os atores devem aparecer, ou seja, é nessa instância que as propostas formuladas no espaço público devem ser apresentadas.

(CIODES), que continham dados estatísticos sobre violência e drogas; e nas associações de moradores de Serra onde foram analisadas as atas e documentos fornecidos pelos líderes comunitários. Também foram realizadas entrevistas com os presidentes das associações de moradores.

As associações foram escolhidas a partir dos seguintes critérios: Estar ativa; Ter no mínimo três anos de fundação; Ter maior frequência de reuniões internas e com a comunidade; Estar inseridas em um bairro com altos índices de violência, ocasionados por uso indevido de álcool e outras drogas. Para isto, foi necessária a busca dos dados no CIODES.

A partir da análise desses dados, foram selecionados seis (06) associações para a realização da pesquisa de campo: Eldorado, Serra Dourada I, Serra Dourada II, Serra Dourada III, Parque Residencial Laranjeiras e Feu Rosa.

2. RESULTADOS

Como apresentação dos resultados, visualiza-se primeiramente, uma análise descritiva sobre o perfil das lideranças dos bairros investigados, em seguida uma descrição dos dados documentais e por fim, um tratamento mais aprofundado através da análise das entrevistas.

Dessa forma, em virtude do déficit de dados nas atas a respeito da temática droga e do histórico das associações, buscaram-se informações junto aos atores envolvidos neste processo através das entrevistas, e na oportunidade procurou-se conhecer essas representações. Para isso, será apresentado brevemente o perfil das lideranças comunitárias.

Ao analisar o perfil dos entrevistados observamos que 100% são do sexo masculino. No que tange ao grau de escolaridade, evidenciou-se que 66% dos representantes entrevistados têm 2º Grau Completo, enquanto que 17% dos representantes possuíam curso superior completo, mesma taxa observada para superior incompleto. A impressão que ficou durante as entrevistas é que a inserção e o engajamento nas atividades das entidades pesam mais do que o grau de instrução. Esse fato foi observado por Herkenhoff (1995), segundo o qual é difícil estabelecer uma gradação da condição de cidadania dos líderes a partir da análise da escolaridade.

Pode-se verificar que 34% dos representantes declararam uma faixa etária de até 45 anos. A consciência participativa não é determinada pelo fator idade, mas pela oportunidade que cada um tem, em sua trajetória, de superar a acomodação imposta pelo autoritarismo. (HERKENHOFF, 1995, p.101).

A maioria dos representantes comunitários (50%) residem nos seus respectivos bairros desde o período de sua fundação (25 anos ou mais), o que lhes permitiu acompanhar a história local.

No que se refere ao tempo de participação, a maior parte dos entrevistados (83%), estão inseridos nas associações (diretamente ou indiretamente) a mais de 10 anos, o que comprova que o número de novas lideranças é pequeno, ou seja, a manutenção e os encaminhamentos da entidade popular se concentram nas mãos de poucos. A falta de base tem como consequência o baixo índice de renovação de lideranças.

Além disso, se considerado o tempo de presidência dos líderes nas associações, nota-se que alguns desses já estão no seu 2º mandato consecutivo (PR Laranjeiras e Serra Dourada III). A

liderança de Feu Rosa diferentemente das outras está em seu 4º mandato consecutivo, sendo tal representante ligado a Polícia Militar (PM)¹¹. Entretanto, em Serra Dourada I, Serra Dourada II e Eldorado as lideranças comunitárias estão em seu primeiro mandato¹².

Uma característica que se busca enfatizar é a participação dessas lideranças comunitárias em partidos políticos o que ocorre em 67% das associações sendo estas do PSC, PT do B, PDT (partido do atual gestor municipal de Serra), e PR. Somente 33% dos representantes alegaram não apresentar tal vinculação.

Verifica-se aí a existência de outras formas de participação social além da assumida nas associações. Sobre a perspectiva de filiações partidárias por parte das lideranças comunitárias, Doimo (1995) ressalta que os partidos políticos após a década de 90, deixam de se preocupar com a transformação social, com as lutas conjuntas e passam a se preocupar com seus próprios compromissos partidários.

Já quanto à inserção em outros movimentos sociais, somente 33% das lideranças afirmaram tal participação, estando essas ligadas ao SINDMETAL (Sindicatos dos Metalúrgicos), a Igreja Católica e ONG.

Assim, podemos apontar que o perfil destas lideranças apresentam características bem diversificadas, quanto à trajetória, à busca de informação, às relações que estabelecem com a qualificação profissional e o espaço de participação popular. Estas comportam grupos e identidades bem diferenciadas e ao que tudo indica, a lógica do bairro reforça essa fragmentação: as carências urbanas criam um virtual espaço de disputas em que os iguais se aglutinam para estabelecer uma relação de pressão, o que contribui para a proliferação de entidades e lideranças com características variadas (Herkenhoff, 1995).

Para análise das atas¹³ foram destacadas as que continham assuntos relativos a problemática das drogas. Com isso, foram realizadas leituras de 1.567 atas¹⁴ das associações de moradores e FAMS no período de 1986 a 2008. No entanto, somente em 97 atas havia menções as temáticas droga e segurança pública¹⁵, ou seja:

a) *Segurança pública*: delegacia e destacamento policial; posto policial; policiamento para atividades esportivas e escolas; polícia interativa; veículos para uso da polícia; políticas de segurança; policiamento comunitário; superlotação dos presídios; cartilha de segurança; caminhada pela paz.

b) *Alcool e outras drogas*: prostituição x drogas; drogas ilícitas nas atividades sociais; venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes; bares; CPI do narcotráfico; alcoólicos

¹¹ É importante ressaltarmos a popularidade do líder comunitário de Feu Rosa. Na leitura das atas observamos como os moradores reivindicaram para a permanência do mesmo no Batalhão da PM existente no bairro, no qual esse fora transferido várias vezes, retornando sempre ao posto policial por intermediação da comunidade, pauta das reuniões comunitárias. A comunidade acreditava que a presença do líder/policial no bairro representava segurança para a localidade.

¹² O líder de Serra Dourada I expressou não ter nenhuma pretensão quanto a uma possível reeleição.

¹³ No processo de leitura das atas optamos por estar realizando a leitura de todo material existente na associação, já que não foi possível delimitar um período a priori em virtude dos acontecimentos já relatados (incêndio, falta de registro nas atas, sumiço de atas, etc.).

¹⁴ É válido ressaltar que na maioria das atas os registros eram pontuais, não havia uma descrição das discussões o que permitiu agilidade e possibilidade de leitura de um grande volume de documentos.

¹⁵ Esta associação entre drogas e segurança pública também é realizada pelos órgãos governamentais (como o CIODES).

anônimos; proibição de venda e propaganda de bebidas alcoólicas; campanhas; criação slogan; fórum; debates e palestras; projetos para afastar jovens das drogas; projeto VAVI.

Ao analisar os dados, verificou-se que a associação que mais discutiu a questão das drogas e também sobre a segurança pública foi a de Parque Residencial de Laranjeiras.

No entanto, discutir a temática em três momentos, como foi o caso de Laranjeiras, não quer dizer que a temática teve grande relevância para discussão nas associações.

É importante enfatizar que além do diminuto número de atas em que a temática se fez presente, em sua maioria elas estavam relacionadas a questão de Segurança no bairro em nível macro, não apresentando relação com o consumo de drogas. Em apenas 9 (nove) atas a problemática relativa ao uso de álcool e outras drogas ficou explícita. Nesse sentido, observou-se que quando existiram discussões, estas ocorreram de maneira pontual, objetivando a resolver e decidir problemas imediatos. Desta forma, as discussões não passaram pela elaboração de proposta e mecanismos para influenciar a arena pública (o legislativo e executivo municipal). Ressaltou-se também que quando esses assuntos se constituíam pontos de pauta nas associações, na maioria das vezes, vinham como um tema a mais para ser tratado, não recebendo lugar de destaque ou exclusividade nas discussões.

Outra característica observada foi o fato de que tais assuntos não se estendiam por mais de uma reunião, se limitavam a discussão do momento, o que conseqüentemente geravam deliberações pontuais e sem propostas de mudanças macro.

Assim, observamos que as demandas e ações realizadas pelas associações de moradores estudadas, tanto nos primeiros anos em que foram fundadas como na atualidade, estiveram principalmente relacionadas a questões de moradia, legalização da posse dos imóveis invadidos, e infraestrutura, como esgoto, água, luz, transporte coletivo etc. E ainda, a análise de tais documentos demarca a existência da violência presente nessas comunidades, tendo como foco de debate e ações para o enfrentamento: a segurança pública (em 44 atas havia referências à questão da segurança pública).

Com isso, partimos para entender como a problemática das drogas é percebida pelos líderes das associações de moradores (na gestão de 2008) através das entrevistas. O Quadro 1 apresenta de forma resumida o resultado das entrevistas com os líderes das associações.

Observando as associações de moradores na atualidade e reportando ao seu período de criação vemos que as principais demandas trazidas pela comunidade ainda estão relacionadas a questões de infraestrutura. Tal afirmação se confirma quando observada a participação dos moradores nas assembleias gerais do bairro, que segundo os líderes comunitários, apresentam maior número de participantes no período em que se é discutido o Orçamento Participativo¹⁶.

“Geralmente são problemas de esgotamento sanitário, algumas situações de coleta de lixo, problemas de segurança temos muito né, são essas as normais da situação de morador: coleta de lixo, esgotamento sanitário, excesso de água quando chove, algum alagamento, e também a parte de segurança” (Presidente de PR Laranjeiras).

¹⁶ O Orçamento Participativo é um processo de tomada de decisão baseado em regras gerais e em critérios de justiça distributiva, discutidos e aprovados por órgãos institucionais e regulares de participação, nos quais as classes populares têm representação majoritária. As comunidades onde elas vivem e se organizam são reconhecidas como tendo direitos coletivos urbanos que legitimam as suas reivindicações e exigências, e também a sua participação nas decisões tomadas para lhes responder (SANTOS, 2005).

Associações	Considera como um Problema	Ações realizadas	Razões para a realização ou não de ações.
Eldorado	Sim, mais especificamente o uso de drogas ilícitas.	<ul style="list-style-type: none"> • Através de Projetos Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Medo; • Por existir um grupo de Alcoólicos Anônimos e Projetos Sociais, nessa perspectiva, na comunidade.
Feu Rosa	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Não são realizadas ações 	<ul style="list-style-type: none"> • Medo de discutir essa temática por parte da comunidade; • Enxerga como um papel da Polícia. • Infra-estrutura ruim no bairro. • Por já existir um grupo de Alcoólicos Anônimos.
PR Laranjeiras	Sim. Tanto o consumo de drogas lícitas quanto ilícitas.	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de seminários; • Ceder espaço para as atividades do CAPS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Por um sentimento para com a comunidade. • Por já existir um trabalho realizado pela Prefeitura (CAPS), pela Igreja Católica, pela Igreja Adventista e pela Igreja Vida. • Ausência da participação da comunidade.
S. Dourada I	Sim, principalmente o consumo de drogas lícitas.	—	<ul style="list-style-type: none"> • Enxerga como um papel da Polícia.
S. Dourada II	Sim. Mas não como uma problemática do bairro.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto na área da educação. 	<ul style="list-style-type: none"> • A educação como base para transformações; • Enxerga como um papel dos órgãos públicos; • Medo de discutir essa temática por parte da comunidade;
S. Dourada III	Sim. Tanto as drogas lícitas quanto as ilícitas.	<ul style="list-style-type: none"> • Previsão de implantar um Projeto de Formação e Aperfeiçoamento Profissional; • Ceder espaço para os Alcoólicos Anônimos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar na prevenção; • Por já existir um trabalho realizado nessa perspectiva pelos Alcoólicos Anônimos; • Medo de discutir essa temática por parte da comunidade; • Medo de intervir por parte dos líderes comunitários.

Quadro 1: resumo das análises das entrevistas com as associações de moradores.

Os líderes comunitários destacam a questão de Segurança Pública¹⁷ como uma demanda dos bairros. É neste momento que a questão das drogas aparece como pano de fundo nas

¹⁷Numa sociedade em que se exerce democracia plena, a segurança pública garante a proteção dos direitos individuais e assegura o pleno exercício da cidadania. Neste sentido, a segurança não se contrapõe à liberdade e é condição para o seu exercício, fazendo parte de uma das inúmeras e complexas vias por onde trafega a qualidade de vida dos cidadãos (SANTOS, 2006).

discussões (quase sempre tímidas) nas associações. Esta relação entre drogas e segurança pública pode ser explicada visto que o governo brasileiro ora trata as drogas na área de saúde pública ora na área de segurança pública.

Essa ligação se reafirma através dos dados obtidos no CIODES, os quais delimitam os bairros com maior incidência de ocorrências relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no município de Serra nos anos de 2007 e 2008. Os dados do CIODES revelaram que no ano de 2007 os bairros com os índices mais elevados no que se refere ao uso de entorpecentes são: Feu Rosa (36 casos); Serra Dourada III (36 casos); Serra Dourada II (36 casos); Serra Dourada I (29 casos); Laranjeiras (29 casos); e Eldorado (27 casos). Esses números se tornam alarmantes quando comparados às estatísticas de outros bairros da Serra como Boa Vista (1 caso), Cidade Pomar (2 casos), Porto Canoa (5 casos), dentre outros. Até março do ano de 2008 o bairro Feu Rosa já apresentava 18 casos, Eldorado 7 casos, Laranjeiras, 4 casos e Serra Dourada I, II e III, 1 caso cada bairro.

Como já mencionado, é importante entendermos nesse contexto que historicamente as políticas destinadas ao enfrentamento das drogas estiveram enraizadas nas esferas de saúde pública (principalmente o álcool) e de segurança pública (drogas ilícitas).

Assim, essa ampla variação de modos de relacionamento com as drogas implicam um grande desafio para as autoridades responsáveis pela elaboração das políticas públicas de saúde em todo o mundo (KINGDON, apud LEAL, 2007). Afinal, o que se deve fazer para controlar os problemas gerados por uma substância que, ao mesmo tempo em que traz dados alarmantes de prejuízos para a saúde pública, por outro lado, está associada a pontos que estão arraigados em nossas culturas?

Algumas associações encaram a problemática de Segurança Pública, assim como o consumo de drogas, enquanto um problema, sendo função dos órgãos públicos investirem em ações de prevenção e repressão. Enquanto outras enxergam essa questão como comum e de amplitude mundial, não reconhecendo as especificidades locais.

A associação de Serra Dourada II não reconhece o consumo de álcool e outras drogas como uma problemática local alegando que existem situações piores em outros bairros.

“Acho que se fosse ver tem outros bairros que seriam pior do que aqui. Tem bairros aqui na Serra que ganham em disparado” (Presidente de Serra Dourada II).

E ainda afirmam que a problemática inexistente no bairro.

“Mas no geral eu quase não vejo [consumo de droga ilícita] você pode entrevistar as pessoas, aqui é normal [no bairro]. A pesquisa¹⁸ diz Serra Dourada II, mas não vejo Serra Dourada II com esta problemática aqui não. (Presidente de Serra Dourada II).

Paralelamente a essa visão, o mesmo entrevistado “empurra” a problemática como proporção mundial e não específica o seu bairro. Neste momento, há o questionamento se tal afirmação seria no sentido de não responsabilização?

Podemos considerar que o não reconhecimento da temática droga enquanto problema dos bairros e sim em nível mundial ocasiona, muitas vezes, na não entrada dessa questão na pauta das associações de moradores.

¹⁸Pesquisa aqui se refere aos dados obtidos no CIODES.

Diferentemente, as lideranças comunitárias de Serra Dourada III e Parque Residencial Laranjeiras destacam que a problemática do consumo de drogas no bairro existe e está relacionada tanto ao consumo de drogas lícitas quanto o de drogas ilícitas.

“Laranjeiras tem muito problema de uso de drogas ilícitas e lícitas também” (Presidente de PR Laranjeiras).

No entanto, o entrevistado de Serra Dourada III apesar de ter reconhecido a presença das drogas ilícitas enquanto problema no bairro somente fez comentários sobre as drogas lícitas.

“Tem gente que bebe aí de segunda a segunda até cair na calçada, tenta se matar aí a corda arrebenta, não consegue subir na cadeira” (Presidente de Serra Dourada III).

O líder comunitário de Serra Dourada I refere que a questão das drogas é configurada como um problema no bairro. Ao falar dos “bêbados” demonstra que a licitude desta droga permite a familiaridade com seus usuários e a possibilidade de se discutir. O que também nos chama a atenção é o destaque dado pelo entrevistado ao caráter da bebida alcoólica: lícita e autorizada.

“Os bêbados eu conheço todos eles, esta questão da bebida alcoólica, ela é lícita né, ela é autorizada, agora as outras que não são, sinceramente eu não conheço esta pessoa não [os usuários]” (Presidente de Serra Dourada I).

Esse mesmo entrevistado, no entanto, demonstrou receio em falar das drogas ilícitas. Durante a realização da entrevista, a sua postura em relação a essa temática expressou o medo em se tratar dessa questão, uma vez que, em alguns momentos, nem ao menos o nome “drogas” (se referindo as ilícitas) era pronunciado por ele. É possível presumir que o receio de Serra Dourada I ao falar sobre as drogas ilícitas esteja relacionado a existência do tráfico de drogas no bairro.

Embora faltem dados estatísticos confiáveis, para vincularem os episódios de violência ao tráfico e ao uso de drogas, muitos alegam que a expansão do tráfico de drogas, a partir da metade da década de 80, é diretamente responsável pelo crescimento vertiginoso da violência (SALLES apud GUIMARÃES, 2004).

Desta forma, observamos que assim como o presidente de Serra Dourada I a liderança comunitária de Serra Dourada III, também apresenta receio em comentar sobre o tema, visto a possibilidade de represália que pode sofrer por parte dos traficantes de drogas. Esse temor, em muitos casos, também se constitui razão para o não apontamento da questão das drogas no interior do debate das associações.

“Como já disse nas questões anteriores, porque a gente toma conhecimento de casos aí que até às vezes um líder comunitário conversa com um policial dando informação ali de outras coisas ali, que não tem nada a ver com a situação [drogas] e no outro dia amanhece morto as vezes” (Presidente de Serra Dourada I).

“O problema é você ter coragem para fazer alguma coisa. Porque esse pessoal [traficantes], eles matam um daqui para ali, não tem nada a perder, não tem família, não tem filho para criar, então não tão nem aí. Então é difícil você tentar fazer alguma coisa, é muito difícil” (Presidente de Serra Dourada III).

Vale destacar que o medo por parte das lideranças se evidencia também pelas mortes de líderes comunitários no município. Em 2003 foi assassinado o líder comunitário de Central Carapina que segundo relatos atuava no combate e denúncia de traficantes (ROCHA, 2008).

Diante desta perspectiva de insegurança, o que se constitui em razão para ausência de ações, o líder comunitário de Serra Dourada II afirma que não é papel da associação enfrentar a problemática das drogas, mas sim uma função dos órgãos públicos.

“Porque muitas vezes aqui, não cabe a associação “se meter, chegar e querer” chegar resolver o problema, eu acho que é a prefeitura, o Estado, a parte de segurança” (Presidente de Serra Dourada II).

Da mesma forma, a presidente da FAMS acredita que é dever do Estado enfrentar a questão das drogas.

“Há uma questão social a ser tratada pelo Estado. Acredito que onde o tráfico se implanta ali há a ausência do Estado” (Presidente da FAMS).

Outros entrevistados, como o de Eldorado e de Serra Dourada I, acreditam que é função da polícia intervir nesta problemática.

“Na verdade a população trás sim [demandas em relação as drogas], mas nós combatemos a droga com o social, indiretamente e não cara a cara, isso é com a polícia” (Presidente de Eldorado).

“(...) até peço as outras pessoas que se souberem [de usuários] vocês vão até a delegacia e denunciam. Eu sou líder comunitário, eu não estou representado um policial” (Presidente Serra Dourada I).

Historicamente, o consumo de drogas ilícitas foi considerado como uma prática criminalizada. As políticas referentes a elas sempre estiveram relacionadas a Segurança Pública, sendo papel da polícia combatê-lo.

Dessa forma, não é de se estranhar que grande parte das associações estudadas encare o enfrentamento dessa problemática enquanto papel da polícia. O que reforça o discurso antidroga como um fenômeno de consumo socialmente indesejável. Ao focar na perspectiva de repressão as drogas (com ênfase nas drogas ilícitas), restringe-se a possibilidade de se analisar tal fenômeno em seus múltiplos determinantes (BUCHER; OLIVEIRA, 1994).

A própria mídia se torna uma aliada na difusão desse discurso, que transmite uma conotação trágica ou ridícula ao uso de drogas ilícitas. Os artigos publicados pela mídia manipulam o “pânico” produzido pelos crimes relacionados ao uso de drogas ilícitas até suscitar o pedido de uma intervenção do Estado, a partir de uma ingerência encontrada no “seio familiar” em geral. Esse chamado discurso do medo propõe ser a droga uma nova peste ou epidemia que precisa ser controlada (CHEIBUB, 2006).

Essa criminalização do uso de drogas ilícitas se contrapõe a legalização das drogas lícitas.

Embora todas as evidências empíricas revelem que é o álcool a substância mais significativa na articulação com várias formas de violência, seu *status* de legalidade o torna socialmente

aceito e largamente consumido, ainda que se tente regular seu uso (MINAYO, DESLANDES, 1998).

Essa ampla variação dos modos de relacionamento com o álcool implica um grande desafio para as autoridades responsáveis pela elaboração das políticas públicas¹⁹ em todo o mundo.

Desta forma, encarada como uma prática normal e aceitável o consumo abusivo de álcool poucas vezes se constituiu demanda para a associação de moradores e como consequência não existe discussão e nem formulação de propostas para serem levadas ao poder público.

Mesmo nos casos em que se reconhece a problemática do alcoolismo - nas associações de Serra Dourada I, Serra Dourada III, Parque Residencial Laranjeiras e Feu Rosa – observou-se a ausência de discussões que gerem pautas para o legislativo municipal. Tal ausência sobreveio principalmente por já existir ações sendo realizadas por outras entidades dentro da comunidade.

“O álcool tem aqui o projeto dos Alcoólicos Anônimos²⁰ que funciona aqui na nossa sede” (Presidente de Serra Dourada III).

O líder de Eldorado, embora não reconheça o consumo de álcool enquanto problema em seu bairro, também justifica a ausência de ações no que se refere a essa questão por já existir grupos de Alcoólicos Anônimos próximos àquela localidade.

“(...) quando precisa a gente leva ao AA, tem AA aqui em Jacaraípe... a gente fala pra ir no AA que eles vão se tratar... A gente fala pra ir aqui no Monte Verde pra se tratar (...), tem Igreja aqui que tem feito esse trabalho, e quando tem gente que precisa a gente manda pra Vitória, Vila Velha, quando precisa de atendimento pra dependente”. (Presidente de Eldorado).

Essas ações de certa forma trouxeram uma “acomodação” por parte das associações, embora não estejamos falando de ações a nível de prestação de serviços para a comunidade, mas para a discussão da problemática com vistas a implementação de políticas na área.

“O que nós temos aqui, temos conseguido fazer é uma integração junto com o CAPS, por exemplo, de ceder espaço nosso para que ele possa utilizar para desenvolver as atividades do dia a dia deles (...) ou de forma apoiadora a algum movimento, algumas igrejas que fazem o trabalho. Então a gente dá o apoio a essas situações. Nada que nós como associação desenvolvamos diretamente (...)” (Presidente de PR Laranjeiras).

É importante que retornar nesse ponto a discussão sobre o real sentido da participação, já que os entrevistados acabam se justificando como se fosse papel deles sozinhos darem respostas diretas aos problemas (o consumo de álcool e outras drogas).

¹⁹ Vale ressaltar o papel da sociedade civil de maneira a influenciar a criação das políticas públicas.

²⁰ Alcoólicos Anônimos nasceu em Akron, em 1935, quando um homem de negócios de Nova York, sóbrio pela primeira vez em anos, visitou um outro alcoólico. Atualmente, é considerado como uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, forças e esperanças, a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a se recuperarem do alcoolismo. Hoje existe atividades do AA em mais de 150 países (Alcoólicos Anônimos, 2008).

Independente das formas de que se pode revestir, a participação significa “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” (TEIXEIRA, 2001) e isso ocorre a medida que a sociedade ocupa os espaços legitimados de influência na arena pública. Neste sentido, enfatizamos que não cabe as associações efetivar ações, e sim ocupar os espaços de discussão, como mecanismo de se “tornar parte”.

Dessa maneira, entendemos que existe uma falta de clareza por parte de alguns líderes no que se refere ao real papel da associação em relação a problemática das drogas, a medida que estes assumem a função de executores de ações, e quando não o fazem, buscam se justificar.

O líder de Eldorado se reporta a importância de se enfrentar a questão das drogas “através do social”, que seria aqui dar oportunidades de educação, formação profissional e lazer, principalmente às crianças, de forma a evitar que as mesmas se envolvam com o consumo de drogas.

“E a melhor forma de combater ele [o traficante], não é combater com ele, mas trabalhar o social” (Presidente de Eldorado).

Contudo, esse investimento social aqui citado se refere a realização de projetos sociais executados pela associação.

No Brasil, o crime organizado floresceu e se institucionalizou a partir da década de 80, espalhando o medo, aumentando as estatísticas de homicídios, e tornando-se uma verdadeira resposta social, como mercado de trabalho, sobretudo para os jovens pobres das periferias e favelas, sem expectativas de conseguir emprego formal, e que, então, na ilegalidade, buscam saciar seus sonhos de consumo, *status* e reconhecimento social (MINAYO, DESLANDES, 1998).

No entanto, é válido lembrar que a questão das drogas perpassa pelas diversas classes sociais tendo como motivações fatores diversos.

O líder comunitário de Serra Dourada II também atribuiu à questão das drogas enquanto um problema social, elevando a educação como ideal caminho para mudanças societárias diversas. Nesse aspecto a associação desenvolve um projeto de esporte, em que se tem a contratação de um professor, com vista a ocupar o tempo das crianças, ora com sala de aula, ora com prática esportivas.

O entrevistado de Serra Dourada III acredita que o investimento em cursos profissionalizantes é uma melhor alternativa para o enfrentamento da questão das drogas. Esta ação é desenvolvida pela associação.

No entanto, as ações produzidas visando à prevenção precisam ser elaboradas incluindo as comunidades e suas instituições, os diversos setores públicos (educação, saúde e justiça). Posturas, habilidades e alternativas de lazer podem ser categorias trabalhadas em ações de prevenção. Tais ações devem ser elaboradas, levando-se em conta o contexto a que se destinam e questões fundamentais, como o grupo etário, gênero, características individuais, situação social, tipo de comunidade e participação em grupos específicos. Uma atitude de 'escuta', aberta às vivências dos grupos e apoiada numa perspectiva pedagógica centrada no respeito e atenta às peculiaridades sócio culturais são elementos muito importantes. Sem dúvida, as ações de prevenção ao abuso de drogas só alcançarão real efetividade se houver um investimento significativo e de qualidade na educação básica, na melhoria das condições de

vida, na oferta de emprego, sobretudo para jovens de comunidades mais pobres, no reforço cultural de valores que desfavoreçam a drogadição abusiva e na valorização do diálogo e apoio familiar (MINAYO, DESLANDES, 1998).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar novamente que não é papel das associações de moradores desenvolver atividades de prestação de serviços a comunidade, mas fomentar a discussão da problemática a fim de influenciar a intervenção do poder público através de políticas públicas. E nesse sentido, observamos que esses movimentos sociais não levam a questão das drogas a assunto de pauta nas suas reuniões.

No caso das drogas ilícitas²¹, o caráter clandestino da distribuição da droga dá origem a mercados paralelos nos quais os comportamentos econômicos de fornecedores e compradores são determinados por modalidades específicas de funcionamento do mercado (KOPP, 1998). Essas drogas (classificadas em seu aspecto legal como ilícitas em termos de comércio e/ou consumo), foram parar no centro do fenômeno do crime, fenômeno social esse, que espalha medo e insegurança em nível global (ANDRADE, 2003).

Da mesma forma em que algumas lideranças comunitárias se anulam no que se refere a questões associadas ao consumo de drogas, cooptadas pelo medo, os moradores também não discutem a temática igualmente pelo medo, como explicitou o presidente de Parque Residencial Laranjeiras, Feu Rosa, Serra Dourada II e Serra Dourada III.

“O grande problema se resume em você conseguir envolver a comunidade num trabalho desses [drogas]” (Presidente de PR Laranjeiras).

“É difícil você discutir porque as pessoas têm medo até de discutir [a questão das drogas], elas não trazem demandas e quando trazem é pra mim individualmente. As pessoas não querem ter envolvimento” (Presidente de Feu Rosa).

“Por que as próprias pessoas não se envolvem muito [discussões sobre as drogas], elas têm medo de se envolver” (Presidente de Serra Dourada II).

“Não, porque tem medo. Não, não, ninguém nem toca no assunto [drogas]. É cada um por si e Deus por todos. Ninguém dá com a cara não” (Presidente de Serra Dourada III).

Diante de toda violência trazida pelo consumo de drogas ilícitas observamos que o principal inibidor das discussões a respeito do seu enfrentamento, dentro da sociedade civil, é o medo, esse justificado pela incidência de violência nos bairros.

De acordo com o levantamento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA) das 5.564 cidades estudadas, o município de Serra figura como o quarto do País em homicídios por habitantes (OLIVEIRA, 2008).

É importante pensar que em muitas situações, essa taxa de criminalidade está diretamente ligada ao consumo de álcool e outras drogas.

Existem várias maneiras pelas quais os crimes podem estar associados à questão das drogas. A primeira delas está relacionada com os efeitos das substâncias tóxicas no comportamento

²¹ Cabe destacar que o caráter lícito ou ilícito apresenta-se com diferenças para as sociedades ocidentais e orientais. Vale lembrar que nos países mulçumanos, o álcool é proibido.

das pessoas. Outra forma de associação decorre do fato de tais substâncias serem comercializadas ilegalmente, gerando então violência entre traficantes, corrupção de representantes do sistema da justiça criminal e ações criminosas de indivíduos em busca de recursos para a manutenção do vício (FILHO, et al, 2001).

Apesar da ligação da violência com o consumo de drogas ser tão destacado, gerando temor por parte da sociedade no que se refere ao seu enfrentamento, uma das medidas direcionadas para a redução da oferta e da demanda, e a adoção de ações mais eficazes no enfrentamento das drogas é a participação da sociedade civil via controle social sobre os órgãos públicos. Este controle passa a existir como possibilidade da sociedade civil influenciar na elaboração e implementação das políticas públicas de forma que estas possam atender às suas demandas (CUNHA; GARCIA, 2007).

E para que a noção de controle social possa ser efetivada na prática ela passa a exigir a presença de organizações legitimadas, de representação de interesses dos diversos segmentos sociais, na formulação de planos, políticas e no redirecionamento dos investimentos (GRAMSCI, 2002).

Portanto, a participação da sociedade civil organizada (seja através de movimentos sociais ou Conselhos Gestores), se faz de suma importância para a discussão e elaboração das políticas de enfrentamento a problemática associada ao consumo de drogas.

Esta representação pode ser estabelecida através da articulação com os Conselhos sobre Drogas²², que são hoje espaços legítimos de controle social.

O Conselho Municipal sobre Drogas (COMAD) do município de Serra estabelece o seu conselho com caráter deliberativo e paritário²³ (seis representantes da sociedade civil e seis representantes governamentais), além de possuir regulamentação e regimento interno. Ao analisar as falas dos entrevistados observa-se que apesar do Conselho Municipal de Serra ser paritário, com representação da sociedade civil, não há uma articulação entre os líderes das associações de moradores, enquanto representantes da sociedade civil, o COMAD e o Conselho Estadual sobre Drogas (COESAD), o que muitas vezes se justifica pelo desconhecimento da existência, do real objetivo e da importância deste espaço, na perspectiva de controle social. Isto pode ser observado através da fala de alguns dos entrevistados:

“Existe isso [Conselhos]?” (Presidente de Serra Dourada III).

“Não sei nem onde fica” (Presidente de Serra Dourada III).

²² O Conselho Municipal Sobre Drogas de Serra foi criado pela Lei nº 2570, de 23 de dezembro de 2002, sendo seus conselheiros nomeados pelo Decreto nº 3502, de 11 de junho de 2003. O COMAD tem como missão: promover ações destinadas à efetivação e ao respeito dos direitos dos cidadãos e cidadãs quanto ao acesso à prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas ou que determinem dependência física e/ou psíquica. Um dos objetivos primordiais do COMAD é a elaboração do Plano Municipal de Ação Antidrogas para a prevenção, tratamento e fiscalização do uso e/ou abuso de substâncias psicotrópicas ou que determinem dependência física e/ou psíquica, compatibilizando-o com as Políticas Nacional e Estadual, bem como acompanhando a sua execução (SERRA, 2008).

²³ Segundo Leal (2007), quando falamos de “paridade”, não a reduzimos somente a uma questão numérica, de metade-metade. Implica também a correlação de forças, luta pela hegemonia, alianças que devem-se estabelecer para consolidar os projetos e as propostas de encaminhamento no âmbito dos conselhos.

“Essa ligação é insípida. Muito pequena tá, a gente sabe quem são as pessoas, as pessoas [os conselheiros] sabem quem somos nós, mas não existe uma ligação direta para estar ali “vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”, não existe tá” (Presidente de PR Laranjeiras).

De uma forma indireta, as associações de moradores tem representatividade no Conselho sobre Drogas, uma vez que a FAMS possui dois conselheiros neste espaço.

Contudo, alguns líderes comunitários desconheciam essa realidade à medida que justificaram a não ligação com tal conselho.

Alguns entrevistados desculpam a não existência de representação no Conselho sobre Drogas ou por não enxergarem eficácia no trabalho que é realizado neste espaço, ou por não encontrarem abertura para a participação comunitária.

“A maioria dos Conselhos da Serra que existem, principalmente o de acompanhamento de “drogados”, o próprio Conselho de Segurança, ficam as vezes tampando o sol com a peneira. Então, não existe uma ligação maior com esses Conselhos não” (Presidente de PR Laranjeiras).

“Nas reuniões, quando somos convocados, a gente participa. Mas o que vemos é que na maioria das vezes eles já vêm com as coisas prontas lá de cima. Muitas vezes ficam presos a partidos, a interesses políticos e não perguntam o que vocês querem de ações, já vem pronto” (Presidente de Feu Rosa).

Parafraseando Leal (2007) o que se vê é que os conselhos ainda encontram dificuldades em traçar verdadeiras redes capazes de articular as diversas secretarias de governo, as instituições da sociedade civil, os diversos conselhos e ainda os três poderes governamentais (Legislativo, Executivo e Judiciário). Sem essa articulação, coloca-se o desafio de se fortalecer politicamente e de ter expressão enquanto órgão responsável por formular e controlar as políticas públicas, e mais, sem essa articulação as políticas tornam-se fragmentadas e não atendem de fato à coletividade.

Verifica-se que as associações continuam propagando o discurso proibicionista - “antidrogas” - quando reportam essa problemática enquanto uma questão de segurança pública, o que acaba trazendo prejuízos na ocupação de espaços, como o Conselho sobre Drogas, que poderiam contribuir com discussões e participar na formulação de políticas públicas efetivas que considerem a problemática das drogas nas suas múltiplas determinações e que atendam aos interesses da sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, as políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das drogas sempre estiveram relacionadas à criminalização da substância, com base em políticas de repressão dos EUA. Este caráter repressivo das políticas não leva em consideração a conjuntura brasileira, em que o consumo e o tráfico de drogas são expressões da questão social, que historicamente não obtiveram repostas – via políticas - do Estado.

Assim, vê-se que no Brasil as políticas públicas destinadas ao enfrentamento do consumo de substâncias alcoólicas são praticamente inexistentes, visto o contrário interesse das grandes indústrias do ramo, que obtém vultuosos lucros através desse consumo. Desta forma, pode-se

considerar que o consumo de álcool na atualidade e as problemáticas associadas a essa prática, estão inseridas em um ciclo vicioso: o Estado se modelando aos interesses do capital, que através de parcerias rentáveis consolidam a mídia a seu favor, de maneira a manipular a opinião pública, que desconsideram o consumo de álcool como um problema e consequentemente não discute ou propõe a elaboração de políticas públicas que venham a diminuir a carga dos potenciais efeitos desta substância.

Diante dessa realidade, entende-se a importância da participação da sociedade civil de maneira a intervir nos debates e proposições de políticas públicas, principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, na qual é assegurada representatividade da sociedade na arena pública, através do direito a participação nos espaços de deliberação. No entanto, apesar das limitações existentes para o exercício pleno da democracia e da cidadania no Brasil, não se pode negar a conquista de direitos como, por exemplo, a possibilidade de participação em espaços como os Conselhos gestores e movimentos sociais. Nessa perspectiva, a sociedade civil tem importante papel na discussão e proposição de ações destinadas ao enfrentamento da problemática das drogas e os Conselhos sobre Drogas se constituem importante mecanismo de participação popular, enquanto espaço reconhecido e legitimado pelos órgãos governamentais para a deliberação de ações relacionadas ao enfrentamento das problemáticas associadas às drogas.

No entanto, segundo Teixeira (2001), o que observamos na atualidade é que cresce a apatia, a indiferença por qualquer questão de interesse coletivo, seja pela desmobilização política motivada pelas políticas de ajuste, seja porque, para outros, a luta pela sobrevivência exaure todas as energias. Nesse sentido, as ações coletivas gradativamente estão perdendo forças e sendo substituídas por ações pontuais, através de mobilizações que buscam interesses individuais ou de um segmento.

Dentro das próprias associações de moradores muitos líderes enfatizaram a não participação da comunidade pela ausência de espírito coletivo, em que o morador só se fazia presente quando tinha um interesse pessoal em pauta.

“As vezes a falta de apoio do próprio morador, porque as vezes você está fazendo uma ação né, que vai beneficiar uma determinada rua, os outros das outras ruas como não estão afetados por aquela melhoria, ou não seriam beneficiados diretamente, não se envolvem, não tem o caráter de estar junto para melhorar o do outro porque um dia vai chegar a hora dele também. Então isso é um dificultador” (Presidente PR Laranjeiras).

Todavia, não se pode ignorar as causas dessa apatia popular, culpabilizando puramente a sociedade civil ou os órgãos governamentais. É importante que consideremos a dominante ideologia neoliberal que não admite a intervenção do Estado sobre o mercado. No que se refere a questão estudada, tal perspectiva se expressa tanto pela criminalização, com ênfase nas drogas ilícitas, quanto pela naturalização e incentivo do consumo do álcool, o que não oportuniza o verdadeiro entendimento e postura crítica, por parte da sociedade civil, no que se refere ao consumo de drogas, enquanto uma expressão da questão social na realidade brasileira.

Nas associações de moradores estudadas, observou-se que a opinião dos líderes comunitários e a realização de ações, através da leitura das atas, enfatizavam o consumo das drogas ilícitas como um mal a se combater, enquanto o consumo do álcool foi citado de maneira simplória.

Paralelo a essa ênfase dada às drogas ilícitas está a minimização dos efeitos negativos do consumo do álcool, o que ficou claro durante as entrevistas, momento em que os líderes comunitários gastaram maior tempo com essa questão destacando o papel dos órgãos públicos no que se refere ao combate. Essa atribuição dada aos órgãos públicos (e em algumas associações dada a polícia), ao mesmo tempo em que representa a noção de responsabilidade de implementação e execução por parte dos órgãos governamentais (Executivo, Legislativo e Judiciário), representa também um entrave para o debate no interior desses movimentos que não se veem como atores envolvidos no processo político.

Como foi possível verificar, a temática “drogas” não teve grande destaque na pauta das associações de moradores, quando foram debatidas, apareceram de forma pontual, associadas a questão de segurança pública e como reprodução da lógica repressiva. E ainda, apesar de reconhecerem a drogas como problema nos bairros, as associações não ocupam os lugares - como o Conselho sobre Drogas - nem mesmo para questionar sobre o consumo de drogas ilícitas, problema destacado na maioria desses espaços.

Entretanto, a principal causa no que se refere ao reduzido debate no interior desses movimentos, está ligada ao medo e aos interesses em jogo, tanto por parte dos líderes quanto por parte da comunidade, em um contexto urbano em que a violência, invariavelmente está associada ao tráfico de drogas.

No que diz respeito a ausência de participação no Conselho sobre drogas, notou-se que algumas associações não tinham conhecimento da existência desse espaço. Por outro lado, as que reconheciam tal existência criticavam as ações, que seriam pontuais, bem como as discussões em seu interior que seriam impostas e não abertas as propostas da comunidade. Desta forma, observou-se que as associações de moradores não reconheciam a importância da sua representatividade neste espaço.

As ações existentes nas associações se referem, em sua maioria, ao apoio e a coordenação de projetos sociais. No entanto, a função da associação é discutir, elaborar propostas e ocupar os espaços de deliberação, de maneira a participar e influenciar nas decisões públicas.

O desafio que está posto refere-se a necessidade e a urgência do debate dentro das associações de moradores. Estas poderão se constituir em atores na proposição e geração de pautas no interior da elaboração das políticas públicas voltadas ao enfrentamento do consumo indevido de álcool e outras drogas numa perspectiva de saúde pública. Enfim, a pesquisa adentra um “universo” que precisa ser debatido e reconhecido como arena de discussão crítica que possa interar a sociedade sobre a complexidade do fenômeno das drogas para que esta possa participar efetivamente dos espaços de proposição.

4. REFERÊNCIAS

1. ADÈS, J.; LEJOYEUX, M. **Comportamentos alcoólicos e seu tratamento.** Lisboa, Climepsi Editores, 1997.
2. AFONSO, M. R. [et al]. **Estudo dos Movimentos Reivindicatórios de Bairros do Município de Vitória.** Universidade Federal do Espírito Santo, 1990.

3. Alcoólicos Anônimos. **Informações sobre Alcoólicos Anônimos**. Disponível em: <http://www.alcoolicosanonimos.org.br/>. Acesso em: 25 de junho de 2008.
4. ANDRADE, M. T. **Política de proibição às drogas: solução ou problema?**, Campinas (SP), 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2003.
5. ARAGÃO, M. **Grupos de pressão no congresso nacional: como a sociedade pode defender licitamente seus direitos no poder legislativo**. São Paulo: Maltese, 1994.
6. BASILIO, M. C. V. **O Legislativo Municipal de Vitória e a Política de Enfrentamento às Drogas: Atos, Debates, Formulações e Não Decisões**. Projeto de Dissertação submetido ao programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito do Exame de Qualificação. Vitória, 2008.
7. BERTOLOTE, J. M. **Alcoolismo hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. cap. 8, p. 131-138.
8. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Brasília, 2003.
9. BUCHER, R. OLIVEIRA S. R. M **O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias**. In Revista de Saúde Pública, 28 (2) 134-145, 1994.
10. CARLINI-CONTRIN, B. Drogas: estranhando o óbvio. In: ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (orgs.). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortes, 2000.
11. CHARPINEL, D. S; GARCIA, M. L. T. **Drogas e Participação Popular: o debate no interior das associações de moradores de Vitória**. Trabalho apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
12. CHEIBUB, W. B. **Práticas Disciplinares e Usos de Drogas: A Gestão dos Ilegalismos na Cena Contemporânea**. In: Psicologia Ciência e Profissão, 26 (4), 548-557, 2006.
13. CUNHA, J.K.A; GARCIA, M.L.T. **Política de Atenção à Dependência Química: um estudo na ótica do controle social**. Vitória: FAPES, 2007.
14. DAGNINO, E. **Cultura, Cidadania e Democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana**. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org). **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 63-102.
15. DOIMO, A. M. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995.
16. DURIGUETTO, M. L. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Serviço social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n 81, 2005.

17. EDWARDS, G [et al]. **A Política do Álcool e o Bem Comum**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
18. ESPÍRITO SANTO. **Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES) - Disque 190**. Disponível em: http://www.es.gov.br/site/cidadaos/pol_ciodes.aspx. Acesso em: 26 jun. 2008.
19. FILHO C. C. B. et al. **Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999**. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (5):1163-1171, set-out, 2001.
20. GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere – Maquiavel**. Notas sobre o estado e a política. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
21. GUIMARAES, A. L. C. **Tráfico de Drogas: percepções e concepções de seus agentes na Cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da USP – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.
22. HERKENHOFF, B.L. **O papel do líder comunitário**. Vitória: UFES/ Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.
23. KARAM, M. L. Legislação Brasileira Sobre Drogas: História Recente- A Criminalização da diferença. In: ACSELRAD, G. (org). **Avessos do Prazer: Drogas, Aids e Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.
24. KOOP, P. **A Economia da Droga**. M. E. O. O. Assumpção, Trad: Bauru: EDUSC, 1998.
25. LEAL, F. X. **Conselhos Municipais Antidrogas: entre o sonho e a realidade**. Dissertação (Mestrado Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: FAPES, 2007.
26. MINAYO, C. S.; DESLANDES, S. F. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro: v. 14, n.1. p., 73. 1998.
27. OLIVEIRA, R. **ES em destaque no mapa da violência: Serra é o 4º. do País em homicídios**. 2008. Disponível em: http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2008/janeiro/29/noticiario/crime/29_01_04seg.asp. Acesso em: 10 jun. 2008.
28. PINSK, I. **Análise da Propaganda de Bebidas Alcoólicas na Televisão Brasileira**. 1994. (Mestrado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo. 1994.
29. ROCHA, M. In: **Século Diário**. Disponível em: http://www.seculodiario.com/arquivo/2003/mes_03/10/noticiario/crime_organizado/02.htm. Acesso em: 15 jun. 2008
30. RUA, M. das G. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. s/d. 19p.

31. SANTOS, B.S. Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In: SANTOS, B.S. (org). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.455-559.
32. SANTOS E. C. R. **Conceito de Segurança pública**. Monografia Jurídica apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Minas Gerais, 2006.
33. SERRA. Prefeitura Municipal da Serra. **Conselho Antidrogas**. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br>. Acesso em: 26 jun 2008.
34. TEIXEIRA, E. **Participação Política e Sociedade Civil**. In: O Local e o Global. São Paulo: Cortez, 2001.
35. VAISSMAM, M. **Beber, fumar e se drogar, é possível reduzir danos?** s/d. Disponível em: www.psiqweb.com.br. Acesso em: 24 jul. 2006.

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL: O “ESTADO DA ARTE” E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO

Marcilene Campo Dall’Orto²⁴

RESUMO

O estudo em questão discute o trabalho do assistente social em instituições públicas, a partir da análise dos trabalhos apresentados nos cursos de Mestrado e Doutorado em Serviço Social ou áreas afins no Brasil e presentes no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, entre os anos 1987 e 2009. O objetivo é esboçar o “estado da arte” nesse campo de investigação, evidenciando as temáticas mais discutidas e as ainda não suficientemente exploradas a respeito do profissional do serviço social e o desenvolvimento de seu trabalho. Caracterizadamente bibliográfico e restrito à produção acadêmica da área acima citada, a pesquisa evidenciou as influências da globalização e do neoliberalismo no agravamento das crises sociais o que, por conseguinte, acaba por afetar o trabalho do Assistente Social precarizando-o, além de aumentar e complexificar as demandas, com o surgimento de novos espaços de atuação e do uso de novas ferramentas para o desenvolvimento de seu trabalho. Também a falta de formação mais eclética e abrangente contemplando segmentos específicos de usuários é um aspecto apontado como merecedor de maiores e melhores investigações.

Palavras-Chave: Produção acadêmica; Pesquisa do tipo estado da arte; Trabalho do assistente social.

ABSTRACT

This study discusses the work of social workers in public institutions, from the analysis of the papers presented in the Master and PhD in Social Work or related areas in Brazil and present on Bank of Thesis for the Coordination of Improvement of Personnel Higher, between the years 1987 and 2009. The objective is to outline the "state of the art" in this field of research, highlighting the themes discussed and the still not sufficiently explored regarding the professional social service and development of their work. Markedly restricted to literature and academic research area mentioned above, the research showed the influences of globalization and neoliberalism in the aggravation of social crises, which therefore, ultimately affect the work of the Social Worker undermining it, as well as increasing and complicating their demands, with the emergence of new areas of operation and use of new tools for developing their work. Also the lack of training most eclectic and comprehensive addressing specific segments of users is identified as an aspect worthy of more and better research.

Key Words: Academic production; Research using state of the art; work of social workers.

²⁴ Aluna do Curso Superior de Serviço Social da Faculdade Capixaba de Nova Venécia (turma 2006/2).

1. INTRODUÇÃO

O campo de atuação do profissional do Serviço Social é por si só, bastante amplo e complexo. Pode ser desenvolvido em diferentes tipos de instituições, sejam elas públicas, privadas, filantrópicas entre outras, nos mais variados setores, tais como saúde, educação, no judiciário, em empresas, entre tantas mais. Em todas, porém, seu objetivo deve ser a garantia dos direitos dos usuários.

No entanto, no cotidiano onde desenvolve o seu trabalho, o Assistente Social²⁵ depara-se com uma série de problemas que descaracterizam, dificultam ou até mesmo impedem que seu trabalho seja realizado. Nesse sentido, entendemos que discutir sobre a atuação do profissional do Serviço Social nas instituições sem considerar que o trabalho do mesmo sofre os impactos da nova face da internacionalização da economia, conhecida como globalização, regida sob os princípios do neoliberalismo não é possível. A mesma desencadeou um redimensionamento da divisão internacional do trabalho, forçou a reestruturação produtiva com a inserção dos avanços da ciência e da tecnologia e alterou as relações entre Estado e sociedade (COSTA, 2003; IAMAMOTO, 2005).

Devido ao conjunto dos elementos acima colocados, a globalização e o neoliberalismo foram responsáveis por agravar os problemas sociais, pois enfatizaram e enfatizam a concentração de renda e poder nas mãos de poucos. Além disso, contribuiu/contribui para alimentar a manutenção do desemprego estrutural e do subemprego, marginalizando uma parcela considerável da população mundial, de maneira geral, e nacional, em particular (COSTA, 2003; IAMAMOTO, 2005).

Como afirma Iamamoto (2005, p. 9) “é esse cenário que, não apenas emoldura, mas molda novas condições de trabalho do assistente social, redimensionando a profissão”. No entanto, esse mesmo cenário apresenta-se como possível desencadeador de um movimento de reflexão coletiva sobre o processo de formação inicial e continuada e da atuação do profissional do Serviço Social, ratificando a historicidade das condições e das relações de trabalho em que os mesmos estão envolvidos.

Assim, refletir sobre como essa nova ordem econômica mundial se apresenta no Brasil, sobretudo considerando a relação entre Estado e a garantia dos direitos sociais da população e com a finalidade de responder onde e como tem sido desenvolvido o trabalho do profissional do Serviço Social, buscamos mapear e discutir o conhecimento produzido na área do Serviço Social na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, dos cursos de Mestrado e Doutorado do Brasil (a partir de 1987²⁶), com o propósito de esboçar o “estado da arte” neste campo de investigação. Os trabalhos do tipo “estado da arte” caracterizam-se por se tratar de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa.

Para constituirmos o corpus para análise, foi necessário identificar quais das dissertações e teses que compõem o Banco, tratavam sobre o profissional do Serviço Social e seu trabalho. Foi utilizada a expressão “trabalho do assistente social” como chave de busca. Diante disso,

²⁵ Usaremos a expressão no masculino quando nos referirmos ao profissional do Serviço Social ou a categoria profissional.

²⁶ O Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, disponibiliza em seu portal os resumos dos trabalhos defendidos nos cursos de Mestrado e Doutorado no Brasil. No entanto, no referido Portal, é possível encontrar os resumos dos trabalhos defendidos a partir do ano de 1987.

obtivemos 44 (quarenta e quatro) estudos em nível de Mestrado (Dissertações) e 07 (sete) em nível de Doutorado (Teses), que têm como assunto de discussão o trabalho do profissional do serviço social. Esse *corpus* nos possibilita conhecer o que vem sendo produzido em termos de pesquisa no país, bem como propicia-nos visualizar as temáticas estudadas com maior ou menor ênfase nos Programas de Pós-Graduação.

Os trabalhos levantados, mesmo tendo como eixo articulador o trabalho do assistente social, diferem muito entre si quanto ao local onde esse trabalho é realizado. Assim sendo, foi possível agrupá-los a partir de três vertentes: 1) o trabalho do assistente social nas empresas privadas; 2) o trabalho do assistente social no terceiro setor e; 3) o trabalho do assistente social em instituições públicas. No artigo em questão, consideraremos apenas os estudos que abordam o trabalho do assistente social em instituições públicas, o que totalizou 39 (trinta e nove) trabalhos.

A situação identificada sinaliza que há uma quantidade significativa de estudos que tratam do trabalho do assistente social nas instituições de modo geral, e nas instituições públicas de modo particular.

2. TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Os 39 (trinta e nove) estudos que discutem o trabalho do assistente social em instituições públicas, por sua vez, foram subdivididos em quatro grandes áreas de atuação, a saber: a) na área da saúde; b) no judiciário; c) na educação e; d) na assistência social.

2.1. O trabalho do assistente social em instituições públicas na área da saúde

Foram identificados 13 (treze) trabalhos que abordam direta ou indiretamente a atuação do assistente social na saúde. Verifica-se a ocorrência de uma pulverização de temas, tais como: os impactos do neoliberalismo nas políticas públicas de saúde no Brasil (COSTA, 2003); a prática do serviço social construída no Sistema Único de Saúde – SUS (SARRETA, 2003; SANTOS, L. M., 2004); em unidades básicas de saúde (SOUSA, 2000); em ambulatórios de planejamento familiar (SILVA, E., 2007); no Programa de Saúde da Família – PSF (PACHECO, 2006; HOFFMANN, 2007); em hospitais (ALMEIDA, 2002; BEZERRA, 2004; REIS, R. S., 2008); em programas específicos tais como DST/HIV/AIDS (TOMAZ, 1999; BRUMATTI, 2008); e que discutem sobre a qualidade de vida do assistente social no trabalho (LANCHA, 2003).

Em seu estudo, Costa (2003) aborda o impacto do neoliberalismo na sociedade brasileira, dando destaque ao setor saúde e discute as possibilidades de trabalho do Assistente Social frente ao contexto de despolitização da questão social, apontando a ocorrência de um agravamento do quadro social no governo liberal de Fernando Henrique Cardoso. Analisa as repercussões da reforma neoliberal na área da saúde e discute como a desigualdade existente no país pode ser demonstrada a partir dessas reformas neoliberais que afetaram o setor da saúde pública. Afirma que essas transformações têm apresentado desafios ao profissional de Serviço Social no seguimento do projeto ético-político da categoria no cotidiano das instituições de saúde.

Com o objetivo analisar a construção da prática profissional desenvolvida pelo Serviço Social no Sistema Único de Saúde - SUS de Franca/SP e os subsídios utilizados pela equipe na efetivação do direito à saúde e no atendimento às necessidades básicas da população, Sarreta (2003) analisa a implantação do SUS no município e o suporte de aprimoramento profissional adotado pela equipe de assistentes sociais desde 1990, com a finalidade de conhecer as estratégias para ações de educação em saúde visando contribuir com o desenvolvimento humano e a qualidade do atendimento, pautados na defesa dos princípios do projeto ético-político profissional e do SUS. Uma nova visão sobre a saúde passa a ser adotada, sendo a mesma entendida como um recurso para a vida, elemento central do desenvolvimento humano e, como tal, como um grande investimento social. Segundo a autora, a criação do SUS na Constituição Federal de 1988, reconhecendo a saúde como direito de todos e dever do Estado, ampliou as possibilidades de trabalho do assistente social na área, em ações de defesa dos direitos como de proteção social.

Quanto ao trabalho de Santos, L. M. (2004), o mesmo aborda os processos de trabalho de assistentes sociais na Secretaria Municipal de Saúde - SMS do Município de Porto Alegre, bem como sobre os desafios e as possibilidades enfrentados por esses profissionais na contemporaneidade. A autora tinha como objetivos da pesquisa colaborar para a reflexão do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre e contribuir para esse campo do conhecimento na perspectiva da efetivação do Sistema Único de Saúde.

Sousa (2000) investiga a dimensão ético-política da atuação dos Assistentes Sociais que trabalham em Unidades Básicas de Saúde - UBSM - na Cidade de Mossoró – RN e tem como objetivo principal desvendar os determinantes ético-políticos presentes no cotidiano de trabalho destes Assistentes Sociais e, ao mesmo tempo, verificar suas referências com as orientações do Projeto Ético-Político da profissão. Situa o trabalho do Assistente Social no atual contexto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do capitalismo e seus reflexos na profissão e na realidade de concretização dos princípios ético-políticos do Serviço Social. Relaciona essa discussão com a realidade de concretização dos princípios Ético-políticos do Sistema Único de Saúde - SUS. Conclui que apesar dos desafios colocados ao Serviço Social na atual realidade, o trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde de Mossoró, revela uma correspondência, mesmo que, indiretamente, com o Projeto Ético-Político da categoria.

Com o objetivo fazer uma aproximação da realidade vivenciada pelas mulheres que fazem uso do Ambulatório de Planejamento Familiar, equipamento de saúde pertencente à Secretaria Municipal de Saúde no município de Franca/SP, Silva, E. (2007), buscou investigar qual conhecimento estas mulheres têm sobre o planejamento familiar, considerando serem elas as maiores usuárias dos serviços de saúde e, em geral, quem decide qual método contraceptivo será usado pelo casal, mesmo quando quem vai se submeter à cirurgia de esterilização seja o seu companheiro. Observou-se que munidas dessas reflexões essas mulheres têm maiores condições de decidir sobre suas vidas, mesmo dentro do contexto e influência da sociedade a qual pertencem e do meio em que vivem. A análise favoreceu a elaboração de um perfil das usuárias do ambulatório, bem como identificação das crenças e valores por elas relatados. O estudo favoreceu uma compreensão da vida dessas mulheres que ressaltam a maternidade como umas das vantagens em ser mulher, mas num paradoxo a colocam como um peso, um fardo, e expressam suas insatisfações em se aterem à vida privada, deixando explícito o desejo de se interarem do mundo público.

Pacheco (2006) analisa o trabalho do assistente social no Programa Saúde da Família - PSF, tomando por base o município de Ipatinga – MG. Busca mostrar a concepção de parte da gestão local da Política de Saúde e dos profissionais da equipe básica do programa sobre o trabalho do assistente social na saúde e no PSF, e se esse profissional tem conseguido realizar um trabalho que contribua para a efetivação do programa enquanto estratégia de reorientação do modelo assistencial. O estudo apontou que, o assistente social não vem conseguindo realizar um trabalho em conjunto com o Programa Saúde da Família, se limitando ao atendimento de casos isolados, assumindo papel complementar e subsidiário aos profissionais da equipe básica, não conseguindo assim, contribuir para a concretização do programa enquanto estratégia que traga mudanças na organização dos serviços de atenção básica em saúde no município. Segundo o estudo de Hoffmann (2007), o trabalho do assistente social ocupa lugar contraditório no espaço sócio-ocupacional do Programa Saúde da Família.

O tema de investigação é relevante para o Serviço Social no sentido de que, embora ainda não componha a equipe básica do Ministério da Saúde, com a expansão dos PSFs em todo o Brasil tem-se incluído o assistente social entre os profissionais que trabalham no programa. A pesquisa procura desvendar as contradições desse espaço, mostrando como de fato se efetiva o processo de trabalho do assistente social, apontando para as contribuições profissionais para esse programa e sua equipe básica. As análises do estudo direcionam para os limites e possibilidades vivenciadas pelos assistentes sociais no PSF e que são indissociáveis do processo de reestruturação produtiva e as transformações no mundo do trabalho. Contudo, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, é demandado a responder às refrações da questão social e a desenvolver competências para atuar na gestão, formulação e planejamento das políticas sociais. Assim, potencializando o projeto ético-político, que se rege pelo princípio da emancipação dos sujeitos, reforçam-se princípios democráticos, na perspectiva da garantia de direitos, defendidos na Reforma Sanitária, SUS e pela profissão.

Sobre o trabalho do assistente social em hospitais, encontram-se os trabalhos de Almeida (2002), Bezerra (2004) e Reis, R. S. (2008). O primeiro estudo apresenta a evolução dos transplantes de órgãos especificando a modalidade fígado, sua caracterização no Brasil e Estado de São Paulo Para tanto, discute o conceito de morte e morte encefálica, tomando como referência legislação, aspectos religiosos, culturais e éticos, incorporação da bioética como resposta aos questionamentos éticos decorrentes do tema. Aponta como necessidades a construção e regulamentação das políticas de transplantes na esfera federal e estadual, criação das centrais de captação e distribuição de órgãos no estado de São Paulo. Enfatiza nessa discussão os aspectos que envolvem atuação do Assistente Social nessa área da saúde, tomando por referencial os pressupostos éticos que fundamentam essa prática.

O segundo estudo discute as demandas colocadas para o trabalho do assistente social no Complexo Hospitalar de Atenção à Saúde da UFRN, a partir dos anos 90. Apresenta como referencial o contexto das relações entre o Estado e a sociedade observando as determinações sociais que configuram e reconfiguram a crise capitalista das últimas décadas e suas conseqüências, principalmente na esfera estatal e, por conseguinte, nos serviços públicos de saúde. Diante do quadro exposto, o Serviço Social se depara com as exigências postas por uma realidade de precarização do trabalho e de Estado mínimo para a implementação das Políticas Sociais. Como contribuições, a pesquisa identificou o aumento e complexificação das demandas postas para o Serviço Social; verificou a inserção dos assistentes sociais em novos processos de trabalho, através da participação em projetos e programas institucionais, nas ações de recursos humanos e nos Conselhos, sinalizando as novas demandas e as novas

requisições postas para o exercício profissional dos assistentes sociais, bem como os limites e desafios na operacionalização das demandas.

No estudo de Reis, R. S. (2008), discute-se como o assistente social, inserido no hospital público, pode trabalhar as demandas sociais das famílias de crianças internadas por doenças evitáveis. O estudo analisa as contribuições da intervenção profissional nas condições de vida destas famílias, especialmente, a partir da ação intersetorial, entendida como um dos pilares da integralidade, capaz de possibilitar um atendimento mais efetivo às necessidades dos usuários.

Quanto aos programas específicos na área da saúde, temos os trabalhos de Tomaz (1999) e Brumatti (2008) que discutem DST / HIV / AIDS. Segundo Tomaz (1999), faltam estudos que orientem o trabalho do assistente social no desenvolvimento de atividades direcionadas para este segmento de pacientes. Ficaram evidentes a necessidade de, ao lado da abordagem individual, a implementação de espaço dedicado às atividades educacionais que poderiam envolver o serviço social de grupo, tendo em vista, o aprimoramento da apreensão de conhecimento sobre a transmissão do HIV. Finalmente, foi ressaltada a importância de elaboração de projeto social-pedagógico, cientificamente orientado, como suporte para o atendimento do serviço social ao hemofílico.

Brumatti (2008), em seu estudo, trata do perfil sócio-demográfico e do mundo do trabalho de pessoas portadoras do vírus HIV/AIDS, usuárias do Programa Municipal de DST/AIDS de Catanduva/SP. Discute-se a centralidade do trabalho na vida do homem e a doença como uma das expressões da questão social, foco do trabalho do assistente social. Problematiza o avanço e o enfrentamento da epidemia de AIDS no Brasil e no mundo, considerando o estigma que a doença carrega. Os resultados demonstram que a grande maioria dos sujeitos apresenta baixa escolaridade, sendo que grande parte deles tem conhecimento da sorologia positiva para o vírus HIV há mais de 6 anos e faz uso de medicamentos ARV. Muitos percebem melhoria das condições de saúde após início do tratamento, inclusive para realizar o mesmo trabalho da época do diagnóstico, o que não significa garantia de acesso ao trabalho. Grande parte dos sujeitos, em algum momento contribuiu com a Previdência Social. Entre as ocupações mais afetadas pela epidemia destacam-se as tipicamente manuais. Os afastamentos do trabalho são frequentes e de longa duração quando surgem as manifestações da doença, e não raros são os apontamentos de situações de discriminação e preconceito. A pesquisa demonstra a precariedade da renda mensal, sendo de um salário mínimo para a maior parte dos sujeitos. Em aspectos importantes relacionados ao nível sócio-econômico, como escolaridade e renda, as mulheres apresentam nítida desvantagem em relação aos homens. Muitos sujeitos, ainda que aposentados por invalidez ou beneficiados pelo BPC, mantêm o trabalho como garantia de subsistência, o que demonstra a insuficiência de articulação entre as políticas que compõem o tripé da Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social.

Por fim, mas não menos importante, está o trabalho de Lancha (2003), que tem como objetivo analisar a Qualidade de Vida no trabalho do assistente social, considerando ainda as peculiaridades inerentes a esta atividade profissional. A pesquisa permitiu concluir que o tema Qualidade de Vida no trabalho ainda é muito pouco refletido pelos assistentes sociais pesquisados em detrimento de outras questões relativas ao mundo do trabalho, e da realidade desta área de atuação, o Serviço Social. Desta forma, os assistentes sociais sabem o que é qualidade de vida no trabalho e sua importância, mas na maioria das vezes, não a estão vivenciando, pois acreditam que isto se dá em virtude das próprias dificuldades da profissão na atualidade. Demonstra que o assistente social, mesmo diante deste quadro, busca

incessantemente a superação dos problemas, alternando-se períodos de maior e de menor satisfação quanto à profissão.

2.2. O trabalho do assistente social em instituições públicas no judiciário

Quanto aos trabalhos (05) que discutem a atuação do assistente social no judiciário, foram identificados os que seguem: Machado (2001), Souza (2004), Fuziwara (2006), Santa (2006) e Tavares (2008). Também aqui é possível observar uma diversidade de temas tratados pelos autores, como explicitado abaixo.

Em seu estudo, Machado (2001) procura identificar o processo de trabalho do assistente social no âmbito do Poder Judiciário nas destituições do pátrio poder. A autora constata em seu estudo que o Serviço Social oferece suporte às decisões judiciais como um saber especializado na divisão sócio-técnica do trabalho.

Conclusão semelhante obteve Fuziwara (2006) em seu trabalho, que buscou levantar a contribuição do profissional do serviço social junto ao Poder Judiciário, nos casos relacionados ao direito da criança e do adolescente. A autora refletiu sobre o papel da ciência na contemporaneidade, abordando as expressões ideológicas e suas implicações nas metodologias adotadas. O estudo demonstrou que os operadores do Direito reconhecem a importância do trabalho do assistente social para subsidiar sua atuação.

Com o objetivo de analisar e qualificar as particularidades do processo de trabalho do assistente social nos órgãos do poder judiciário sediados em Brasília e tendo como hipótese de que estando o assistente social inserido numa instituição com funções jurídicas, e não executiva como tradicionalmente tem ocorrido, o que tornaria a natureza do seu trabalho, o seu objeto de intervenção, os meios e instrumentos e o resultado do seu trabalho, diferenciados de outros espaços institucionais historicamente ocupados pelo assistente social, Souza (2004) parte para a análise das condições, determinações e particularidades do processo de trabalho do assistente social nos órgãos do judiciário sediados em Brasília, perpassando pela natureza do trabalho, das demandas que se tornam objeto de seu trabalho, dos meios e instrumentos e dos resultados finais do seu trabalho. Os resultados do estudo mostraram que o trabalho do assistente social no judiciário guarda mais semelhanças que diferenças em relação ao trabalho do assistente social em outras instituições e, principalmente, entre os próprios órgãos do poder judiciário, o que permite afirmar que as particularidades que a profissão assume nos órgãos do poder judiciário não são suficientes para qualificá-lo como serviço social sócio-jurídico ou serviço social judiciário.

Santa (2006) apresenta uma análise do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA, que tem como objetivo principal a redução da impunidade, criando condições de segurança para pessoas capazes de prestar testemunho, apesar de ameaçadas. A pesquisa teve como objetivo central estudar o papel do Serviço Social no Programa, abordando questões relacionadas às atribuições, objetivos e desafios do trabalho do assistente social. A prática profissional foi refletida pelo prisma da defesa dos direitos humanos, de acordo com o preconizado no Código de Ética profissional. A autora conclui que, entre outros fatores, a prática do assistente social no referido Programa, foi sempre permeada pelo desafio do compromisso com os sujeitos de sua prática, em busca da promoção da cidadania e da emancipação, para possibilitar ao protegido condições de luta por seus direitos, durante o processo de proteção e, sobretudo, depois.

Por fim, dentro dos trabalhos voltados para a atuação do assistente social junto ao judiciário, a violência contra a mulher é a temática sobre a qual se ocupou Tavares (2008), que teve como objetivo principal analisar o processo de trabalho realizado pelos Assistentes Sociais junto às mulheres em situação de violência doméstica, com vista a contribuir para a formulação de uma proposta de atuação que tenha como eixo norteador a busca pelo enfrentamento destas situações, desvinculando-as do ciclo de violência que se encontram. Analisou os principais fatores que envolvem a situação de submissão das mulheres em situação de violência doméstica, assim como os motivos que as levam a permanecerem inseridas no Ciclo de violência; e verificar os limites e possibilidades da rede de Serviços de Atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a influência no processo de trabalho do Assistente Social. Para o autor, o trabalho do assistente social contribui para o fortalecimento das resistências das mulheres em situação de violência doméstica frente às diferentes agressões sofridas.

2.3. O trabalho do assistente social em instituições públicas na área da educação

Sobre a atuação do assistente social na educação, foram identificados os trabalhos de Silva, J. O. (1996), que discute o processo de formação inicial dos assistentes sociais e sua inserção no mercado de trabalho; Reis, J. G. (1999), que investiga as interrelações entre o Serviço Social e a Educação Ambiental; Souza (2003) e Silva, S. M. (2007), que investigam as demandas presentes no espaço escolar e que justificam a presença do profissional do serviço social.

Em seu trabalho, Silva, J. O. (1996) busca compreender como ocorre a educação do assistente social no processo de trabalho capitalista. Investigando os egressos do curso de serviço social da UNISINOS, buscou-se conhecer as dimensões educativas do trabalho dos assistentes, no seu processo de inserção no mercado de trabalho. Frente aos achados da pesquisa emerge a tese de que a unidade contraditória especificidade / inespecificidade do posto de trabalho media a educação do trabalhador assistente social, em um processo que inclui formas de resistência à alienação do trabalho capitalista. Profissional vinculado aos mecanismos de reprodução do sistema capitalista é exatamente esta unidade que viabiliza elementos de superação aos mecanismos alienantes engendrados pela pedagogia do trabalho, possibilitando romper com: (a) a dicotomia imposta entre o trabalho manual e intelectual, embora os egressos enfatizem as atividades operacionais às intelectuais; (b) o controle hierárquico, quando este profissional, pelo próprio desconhecimento de suas potencialidades, percebe-se detentor de poder de decisão ao nível de implantação das atividades necessárias à consecução das metas estabelecidas pela instituição, incluindo sua recodificação e transgressão; e por fim, (c) a fragmentação/desqualificação do posto de trabalho esbarra na necessidade de flexibilidade do mesmo frente à cotidianidade do trabalho e às formas difusas da "questão social".

Com o objetivo de desenvolver um intercâmbio entre o Serviço Social e a Educação Ambiental, que possa contemplar novos elementos de compreensão da totalidade da vida humana, em seus aspectos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais, Reis, J. G. (1999) investiga a atuação do assistente social em Educação Ambiental. A prática profissional do assistente social tem perspectiva interdisciplinar, privilegiando o diálogo contínuo com a equipe técnica, os usuários e demais parceiros. Além do levantamento das atividades, estratégias e objetivos do trabalho, este estudo procurou constituir-se um espaço para emersão do pensamento dos sujeitos de pesquisa sobre Educação Ambiental e qualidade de vida. A

interlocução entre o Serviço Social e a Educação Ambiental aponta para a construção de propostas educativas que privilegiem a participação dos indivíduos e comunidades na luta pelos direitos à qualidade ambiental e das relações sociais, sinalizando novas temáticas no âmbito destas disciplinas.

Com o objetivo de identificar as demandas presentes no espaço escolar que venham a revelar a necessidade do Profissional do Serviço Social atuando e contribuindo no processo social, pedagógico e político desse cenário, Souza (2003) apresenta a escola, enquanto instituição que passa por um processo de re-significação dos valores humanos. Procurou-se investigar qual a visão da Gestão e da Coordenação Pedagógica sobre o trabalho do Assistente Social em escolas e quais as demandas presentes na escola que podem ser objeto de trabalho do Assistente Social. O trabalho com a família, com a comunidade, o diagnóstico sócio-familiar do alunado foram registrados como as linhas de ação do trabalho do Assistente Social nas escolas. O olhar sobre este profissional ainda centra-se naquele que apenas trabalha os distúrbios e conflitos do aluno e, por extensão, da família, problemas que comprometem o processo educativo da escola.

O Assistente/ Educador Social passa a ter um papel importante para a escola quando suas ações se estendem para a elaboração de projetos sociais, de articulação com órgãos de defesa e de direitos humanos, de proposição de estudos e pesquisas, de contribuição na capacidade humana e do trabalho. Portanto, sendo a escola um campo de trabalho de significativa contribuição do Assistente Social, se faz necessária a articulação entre Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, profissionais da área, parcerias entre Secretarias de Educação e poder local para legitimar e reconhecer o ganho que as escolas e que a Educação pode obter com a inserção de novos profissionais para trabalhar as suas complexas demandas e relações.

Por fim, temos o trabalho de Silva, S. M. (2007), que analisou a atuação do Serviço Social no campo da educação, através do relato de duas experiências profissionais de Assistentes Sociais, centradas no entendimento da educação enquanto direito social, garantido nas diversas legislações, como a Constituição Federal, o ECA e a LDB e no entendimento de que o assistente social é um ator profissional que luta em prol dos direitos sociais. A autora constatou que há um reconhecimento e um movimento de legitimidade da importância da atuação do assistente social na perspectiva da garantia da educação enquanto um direito social. As experiências demonstram que em resposta a dinâmica social, o assistente social utiliza-se de certos instrumentos para intervir na realidade presente no universo escolar.

2.4. O trabalho do assistente social na assistência social.

O último item construído para agregar os trabalhos levantados contempla 17 (dezessete) estudos, que abordam os mais variados temas. Pesquisas que investigam a grande quantidade de mulheres na profissão de assistente social (REALI, 1989); a importância da pesquisa no trabalho dos assistentes sociais (SILVA, R. M. 2008); o sistema previdenciário brasileiro (DIAS, 2004); o uso da informática no desenvolvimento do trabalho do assistente social (FÁVARO, 2003; VELOSO, 2006); a participação dos assistentes sociais nos Conselhos (MERIGO, 2002); o trabalho com idosos (KIST, 2008); os programas de renda mínima (DORNELLES, 2000; PERES, 2000) e; os processos de trabalho do assistente social (VAZ, 1997; ROCHA, 1999; OLIVEIRA, M. T., 2002; PRATES, 2003; OLIVEIRA, L. R., 2004; FONSECA, 2008; MELLO, 2008; OLIVEIRA, J. L., 2008).

O trabalho de Reali (1989) investiga sobre a escolha profissional, as condições de trabalho, as posições e papéis assumidos pela mulher como assistente social, numa perspectiva histórica. Investiga as diversas posições teóricas das ciências sociais na pesquisa e no estudo sobre a mulher, bem como analisa-se a construção da mulher em ocupações consideradas femininas. Busca-se melhor entendimento da dimensão mulher-trabalho, sua formação, suas motivações prévias para a busca dessa profissão, participação política nas sociedades. Conclui-se que a profissão (mais buscada por mulheres) corresponde a um espaço, a atribuições e posições reservadas e adequadas às mulheres. Estes são determinantes pelo tipo de atividade que as assistentes sociais se ocupam, pela semelhança com as tarefas realizadas no mundo privado da família; pelo controle necessário dessa atividade; pela manutenção de papéis diferenciais e desiguais entre os sexos e classes sociais.

Buscando compreender a pesquisa como subsídio ao trabalho do Assistente Social, Silva, R. M. (2008) demonstrou que a pesquisa científica é pouco realizada pelo profissional do serviço social. No entanto, chama a atenção para a necessidade de tentar compreender porque a pesquisa científica não é realizada ou pouco realizada no exercício profissional do Assistente Social. Segundo a autora, essa compreensão é essencial para buscar a superação desta realidade e levar a profissão a avançar no desafio de fazer da pesquisa componente presente no trabalho profissional e na busca da superação da dicotomia entre prática profissional e pesquisa científica.

Dias (2004), em seu trabalho, apresenta a trajetória histórica do Sistema Previdenciário Brasileiro, desde a sua criação. Relata as mudanças no decorrer da história que ocorreram para ajustar a Previdência Social às condições econômicas e sociais do país. Destaca a inclusão da Previdência Social como direito social no âmbito da Seguridade Social nas últimas décadas, seguindo as determinações internacionais no contexto neoliberal, afetando diretamente os direitos sociais dos trabalhadores e, conseqüentemente, repercutindo nas condições de trabalho do assistente social no INSS. Retrata as transformações pelas quais passou o serviço social conforme foram sendo modificados os paradigmas do sistema previdenciário brasileiro. Analisou a visão do usuário da Previdência Social em relação ao trabalho do assistente social neste contexto institucional, revelando que os sujeitos pesquisados percebem de forma positiva a contribuição do trabalho do assistente social na efetivação dos seus direitos sociais no INSS.

Os trabalhos de Fávoro (2003) e Veloso (2006) discutem sobre o uso da informática no desenvolvimento do trabalho do assistente social. Fávoro (2003), em seu estudo, investiga o avanço da informática na contemporaneidade e seu reatamento no Serviço Social, destacando que houve, nas últimas décadas, uma crescente informatização no processo de trabalho dos assistentes sociais. Destaca a importância de que o assistente social explore cada vez mais a potencialidade deste recurso privilegiando-o como mais uma estratégia da profissão com enfoque na conquista dos direitos e de cidadania dos usuários. Seguindo a vertente apresentada por Fávoro (2003), Veloso (2006) reafirma a potencialidade da tecnologia da informação para o trabalho do assistente social e destaca que a mesma pode contribuir para o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Verificou uma valorização do uso da tecnologia da informação, mas ressaltou a ocorrência de alguns obstáculos a sua efetiva incorporação, tais como as inadequadas condições de trabalho nas instituições e as lacunas existentes no tratamento do tema na formação profissional.

Merigo (2002) discute o processo de participação dos Assistentes Sociais nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS). Reflete a respeito das possibilidades e limites de

atuação destes profissionais junto aos conselhos, tendo por base discussões sobre o comprometimento ético-político, o fazer-profissional, e a assessoria.

Kist (2008) analisa o processo de trabalho do Assistente Social junto a grupos de idosos, com vistas a identificar se as estratégias utilizadas contribuem, de forma efetiva, para a garantia de direitos e o fortalecimento dos mesmos. Destaca a importância da compreensão do fenômeno do envelhecimento em função do aumento acentuado da expectativa de vida da população como um todo, especialmente no Brasil, bem como a abordagem grupal como dimensão técnico-operativa do trabalho do Assistente Social com grupos de convivência de idosos. Constatou-se que o processo de participação dos idosos nos grupos de convivência significa uma forma de (re)inserção social, sendo que, em sua grande maioria, as pessoas nesta fase da vida estão enfrentando problemas decorrentes de diversas perdas: de familiares, de amigos, do trabalho, entre outros, na qual o grupo possibilita-lhes a descoberta de novos projetos de vida. Evidencia-se a importância da abordagem grupal como estratégia de intervenção do Assistente Social, tendo em vista a participação efetiva da população idosa através do exercício pleno da cidadania, viabilizando a realização de processos coletivos que garantam sua autonomia e a efetivação de seus direitos sociais.

Os trabalhos de Dornelles (2000) e Peres (2000) discutem sobre os programas de renda mínima e a atuação do assistente social junto aos mesmos. Segundo Dornelles (2000), o contexto do capitalismo internacional vem, desde meados dos anos 70, sendo alvo de constantes transformações de caráter político, econômico e social. Segundo a autora, as profundas alterações, às respectivas bases produtivas das diferentes economias capitalistas, provocadas pela reestruturação produtiva tem resultado no aprofundamento da questão social, com destaque para o significativo aumento das taxas de desemprego estrutural e suas repercussões. Os programas de renda mínima têm sido apresentados por governos como resposta à situação descrita e como alternativa à recuperação das desigualdades sociais oriundas deste movimento. Ressalta a importância do conhecimento aprofundado destas categorias para o trabalho do Assistente Social no contexto destas transformações. Peres (2000) busca desvelar as determinações mais amplas e complexas na escolha dos sujeitos assistidos por essas políticas sociais. Analisa o Programa Bolsa Escola do Município do Rio de Janeiro e conclui que o referido programa acaba por reproduzir práticas assistenciais tradicionais no município, obstruindo a construção de canais públicos de participação dos sujeitos em seu processo de elegibilidade.

Por fim temos os trabalhos de Vaz (1997), Rocha (1999), Oliveira, M. T. (2002), Prates (2003), Oliveira, L. R. (2004), Fonseca (2008), Mello (2008) e Oliveira, J. L. (2008), que têm como eixo central o trabalho do assistente social discutido em suas dimensões políticas, éticas, filosóficas e teórico-metodológica.

Vaz (1997) investiga sobre a Relação de Ajuda a partir da perspectiva fenomenológica, buscando tornar o sujeito, através da experiência compartilhada, o construtor de sua própria transformação, no atendimento individualizado prestado pelo Assistente Social aos usuários. Estabelece relações entre o processo de trabalho do Assistente Social no atendimento individualizado ao usuário e o relacionamento estabelecido entre eles.

Por sua vez, Rocha (1999) buscou conhecer no que consiste a dimensão política do processo de trabalho do Assistente Social. Demonstra que a dimensão política é inerente ao trabalho do Assistente Social, por situar-se no contexto das relações de poder enquanto profissão interventiva. Sua fundamentação se dá através de pressupostos axiológicos, vinculados a um

referencial teórico, traduzido pelos princípios de cidadania, democracia, liberdade e justiça social. A materialização da dimensão política no processo de trabalho do Assistente Social se dá nas mediações estabelecidas, no desenvolvimento dos processos sociais, na ampliação e garantia dos direitos e só pode ser percebida na medida em que o Serviço Social for concebido numa perspectiva de trabalho, ou seja, enquanto atividade produtiva que gera valor de uso e de troca.

O processo de apreensão teórico-metodológica sobre o projeto ético-político do Serviço Social pela categoria profissional é o objeto de investigação de Oliveira, M. T. (2002). Busca compreender a trajetória histórica de construção do projeto ético-político profissional, evidenciando seus avanços, suas contradições e seus enfrentamentos com o projeto neoliberal que persiste em nossa sociedade. Segundo Oliveira, M. T. (2002), a viabilização do projeto ético político do Serviço Social ocorre, sobretudo, através de dois instrumentos; o primeiro é o Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Prates (2003) discute fundamentar a intervenção do Assistente Social em âmbitos diversos de sua atuação, seja no atendimento direto a usuários dos seus serviços, seja nos processos de ensino, em funções de gestão institucional ou na condução de pesquisas, utilizando a teoria marxiana. Defende a relevância das produções marxianas em termos de teoria e método como conhecimentos fundamentais para a formação do Assistente Social.

O estudo de Oliveira, L. R. (2004) buscou compreender como a Política de Assistência Social, o processo de construção da cidadania e o trabalho do assistente social se efetua na prática dos profissionais. Analisou o processo de intervenção dos sujeitos e constatou-se que os mesmos identificaram o trabalho em rede como a forma mais efetiva para que a política de Assistência Social e o processo de construção da cidadania se concretizem em sua prática. Identificou-se que para obter uma política de assistência social efetiva é necessário realizar uma interface com as demais políticas e Instituições. Os sujeitos expressaram que a falta de cumprimento do que está previsto na lei, torna difícil efetuar-se a política de Assistência Social.

Conhecer quais os meios e os produtos do processo de trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos CASs dos municípios de Gestão Plena do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como os ajustamentos e as possibilidades dele decorrentes para a efetivação do controle social foi o objetivo de Fonseca (2008). Os produtos do processo de trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos CASs, a sua contribuição para: o exercício do controle social, através da publicização da PAS e da forma de acesso aos seus serviços; a fiscalização dos serviços de assistência social e a avaliação de programas e projetos sociais; a socialização da participação política com a base representada e/ou usuários(as) da PAS, com os(as) outros(as) conselheiros(as) e com outros espaços de controle social. Os meios de trabalho mais usados são: as reuniões e/ou sondagens, realizadas antes das plenárias do CAS, que visam a organizar propostas dos(as) representados(as); os encaminhamentos das propostas dos(as) seus(suas) representados(as) e a devolução das discussões e deliberações do CASs aos(às) representados(as) e, além disso, a estrutura física dos Conselhos (recursos materiais e financeiros que esse espaço mantém), e os referenciais teórico-metodológicos, técnico-operativos e éticopolíticos aprendidos no processo de formação profissional. Mesmo contribuindo para a efetivação do exercício do controle social, os(as) Assistentes Sociais sofrem, também, ajustamentos inerentes à sua condição de empregado(as) que, muitas vezes, impõe à representação interesses corporativistas, que primam pela privatização dos serviços sociais na PAS. O conflito de interesses, que atravessa o processo de trabalho dos(as)

Assistentes Sociais nos CASs, deflagra a necessidade de agregar esforços da categoria e das diversas organizações, para a criação de estratégias capazes de contribuir com a aglutinação de interesses comuns das classes subalternas. Isso contribuirá para guiar o exercício do controle social, por meio da participação crítica e livre, garantindo, ampliando e qualificando.

Em seu estudo, Mello (2008) aborda o trabalho do assistente social no Estado. O profissional é identificado aos demais trabalhadores da sociedade capitalista, submetido às mesmas condições de alienação, assalariamento e cerceamento de sua ação criadora. Como representante do Estado, não produz valores ou mercadorias, mas contribui para a redistribuição da mais-valia social – com importante papel na intermediação entre Estado e classes. Seu trabalho é voltado para atuação em políticas sociais, especialmente assistência social, saúde e implantação de conselhos municipais; enfatiza o atendimento individual e familiar; é impactado pela precariedade de recursos institucionais, que ameaçam até mesmo a permanência no posto de trabalho. Características que não são exclusivas do Serviço Social, mas expressam o tempo histórico e as relações sócio-econômicas vigentes. Desta forma, conhecer o trabalho do assistente social supõe entender as relações que presidem seu exercício em detrimento de observar apenas instrumentos e rotinas empregados diariamente. O ato de trabalhar é identificado em sua utilidade social, na teia de trabalhos coletivos, diferente, portanto, da absolutização de instrumentos e estratégias concretas.

Por fim, a pesquisa de Oliveira, J. L. (2008) evidencia aspectos do processo de trabalho do Assistente Social na abordagem com moradores de rua, em instituições de proteção social para este segmento populacional.

3. PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

Do levantamento dos trabalhos acima apresentados podemos extrair elementos comuns e/ou reiteradamente presentes nos estudos empreendidos e que contribuem para se pensar o trabalho do assistente social nas instituições públicas.

Muitos trabalhos como os de Dornelles (2000), Peres (2000), Sousa (2000), Merigo (2002) e Costa (2003), dão especial destaque ao agravamento da questão social no mundo e no Brasil, em decorrência da adoção de políticas neoliberais. Segundo os autores mencionados, essas reformas têm posto novos desafios aos assistentes sociais no desempenho de sua profissão, bem como no seguimento do projeto ético-político da categoria.

Com todas as mudanças em nível macro, também alterações em nível específico da profissão de assistente social foram percebidas. Mudanças nas políticas de assistência social, em função das reestruturações político-econômicas desenvolvidas no país foram estudadas por Oliveira, L. R. (2004).

Esse cenário, via de regra, contribuiu para a precarização das condições de trabalho do assistente social nas instituições públicas, como demonstrado por Reali (1989) e Bezerra (2004). Além de precarização, o aumento e a complexificação das demandas postas ao profissional do serviço social foram estudadas por Bezerra (2004), enquanto Lancha (2003) denunciava o descuido com a qualidade de vida no trabalho do assistente social, em virtude dessa precarização. Assim, é possível perceber-se a ocorrência de fatores externos como

causadores da ocorrência de fatores internos que comprometem o desenvolvimento profissional do assistente social.

Dois grupos de estudos têm apontado caminhos diferentes e antagônicos quanto à importância do trabalho dos assistentes sociais. Os estudos de Pacheco (2006) e de Hoffmann (2007) sinalizam que o assistente social não tem conseguido realizar seu trabalho de forma satisfatória, assumindo papel secundário, subsidiário e complementar quando em equipes multidisciplinares. Em oposição a idéia apresentada, os estudos de Machado (2001), Fuziwara (2006), Santa (2006) e Tavares (2008) revelam que o trabalho do assistente social facilita a ocorrência da garantia dos direitos à vida, à justiça, entre outros e oferece suporte às decisões judiciais.

Também é possível perceber nos estudos analisados o surgimento de novos espaços de atuação do assistente social, tais como retratam Reis, J. G. (1999), Sarreta (2003), Souza (2003), Santos, L. M. (2004) e Silva, S. M. (2007). Entre esses espaços está a educação e a ampliação da atuação do assistente social na área da saúde.

Além de novos espaços, novas ferramentas passam a ser incorporadas e utilizadas pelo profissional do serviço social no desenvolvimento de seu trabalho. É o caso da informática, como discutem os estudos de Fávoro (2003) e Veloso (2006).

Os processos de trabalho dos assistentes sociais são estudados de forma mais focalizada por Vaz (1997), Rocha (1999), Oliveira, M. T. (2002), Fonseca (2008), Mello (2008) e Oliveira, J. L. (2008), que apontam especificidades conforme o segmento da população a ser atendido. No entanto, Tomaz (1999), em seu trabalho, denuncia que a falta de formação do assistente social para trabalhar justamente com segmentos específicos tem se colocado como um fator que em muito dificulta uma atuação mais eficaz desse profissional na resolução dos problemas daqueles usuários.

Por fim, destacam-se os trabalhos de Machado (2001), Fuziwara (2006) e Reis, R. S. (2008), que discutem, mesmo que de forma secundária, a atuação do assistente social no trato de questões sobre a criança e a adolescência em situação de risco e vulnerabilidade social.

4. REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Denise Beatriz Rack de. **Política e ética no transplante de fígado: questões para o trabalho do assistente social no Estado de São Paulo**. 2002. 65 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
2. BEZERRA, Suely de Oliveira. **Desvendando as demandas para o serviço social no complexo hospitalar e de atenção à saúde da UFRN, a partir dos anos 90: limites e desafios**. 2004. 247 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
3. BRUMATTI, Paula Antonia Pansa. **O perfil dos portadores do vírus HIV / AIDS usuários do Programa Municipal de DST/AIDS de Catanduva/SP: retrato de desigualdade**. 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-

Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca-SP, 2008.

4. COSTA, Cristiane de Carvalho Cerqueira. **O impacto das políticas neoliberais no serviço social de saúde: um estudo sobre o trabalho dos assistentes sociais no HEMORIO.** 2003. 127 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
5. DIAS, Nereide Rodrigues. **O Serviço Social no INSS: uma trajetória de contribuição na efetivação dos direitos sociais.** 2004. 209 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 2004.
6. DORNELLES, Aline Espíndola. **Reestruturação produtiva, exclusão social e programas de renda mínima: variantes de uma metamorfose contemporânea.** 2000. 116 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
7. FÁVARO, Cláudia Renata. **A informática no processo de trabalho do Assistente Social em face das transformações societárias.** 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2003.
8. FONSECA, Fernanda Fonseca da. **O processo de trabalho dos(das) Assistentes Sociais nos Conselhos de Assistência Social: ajustamentos e possibilidades.** 2008. 128 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS, 2008.
9. FUZIWARA, Aurea Satomi. **Contribuição do assistente social para a justiça na área da infância e da juventude: o laudo social e a aplicação da lei – encontros e desencontros.** 2006. 265 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
10. HOFFMANN, Edla. **O trabalho das assistentes sociais no Programa de Saúde da Família (PSF) na região norte do Estado do Rio Grande do Sul.** 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
11. IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
12. KIST, Rosane Bernardete Brochier. **O processo de trabalho do assistente social e a garantia de direitos do idoso a partir da abordagem grupal.** 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
13. LANCHÁ, Raquel de Souza Palma. **Qualidade de vida do assistente social no trabalho: desafio, utopia e possibilidades.** 2003. 114 f. Tese (Doutorado em Serviço

Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca-SP, 2003.

14. MACHADO, Joana Maria Matos. **O trabalho do assistente social como suporte às decisões judiciais:** um estudo sobre a intervenção nos processos de destituição do pátrio poder. 2001. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 2001.
15. MELLO, Clara Pinto Vaz Pereira. **O trabalho do assistente no Estado:** o cotidiano profissional em pequenos municípios na Zona da Mata mineira. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
16. MERIGO, Janice. **Assistentes sociais nos conselhos:** uma questão de participação ou pseudo-participação. 2002. 83 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
17. OLIVEIRA, Jairo da Luz. **O processo de trabalho do assistente social e sua abordagem com moradores de rua.** 2008. 220 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
18. OLIVEIRA, Luciane da Rocha. **Assistência social e cidadania:** elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social. 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
19. OLIVEIRA, Márcia Terezinha de. **As expressões e manifestações sobre o projeto ético-político do Serviço Social no processo do trabalho do assistente social:** atuação do CRESS – 11ª Região. 2002. 62 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
20. PACHECO, Valdirene Firmina. **O trabalho do assistente social no Programa Saúde da Família (PSF) de Ipatinga/MG:** limites e possibilidades. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
21. PERES, Fernanda Rodrigues Esteves. **Elegibilidade e pobreza:** entre a universalização e a focalização. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
22. PRATES, Jane Cruz. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social.** 2003. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

23. REALI, Cristina Fernandes. **A marca feminina na profissão de assistente social: um estudo da realidade em Porto Alegre-RS.** 1989. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.
24. REIS, Janete das Graças. **Uma interlocução entre o serviço social e a educação ambiental.** 1999. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
25. REIS, Regina Sá dos. **O trabalho do assistente social frente à determinação social da saúde da criança.** 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, 2008.
26. ROCHA, Simone Rocha da. **Desvendando a dimensão política do processo de trabalho do assistente social.** 1999. 142 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
27. SANTA, Elaine Christina. **Programa de Proteção à Vítima e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA: um estudo sobre o serviço social.** 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
28. SANTOS, Liliane Maria dos. **Os desafios éticos e políticos e os processos de trabalho dos assistentes sociais na saúde pública de Porto Alegre.** 2004. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
29. SARRETA, Fernanda de Oliveira. **A prática do Serviço Social na saúde pública de Franca/SP: trabalho em equipe para a educação em saúde.** 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 2003.
30. SILVA, Edileusa da. **O planejamento familiar na perspectiva feminina.** 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 2007.
31. SILVA, Jacqueline Oliveira. **Educação e trabalho: em busca da ressignificação do serviço social no processo de trabalho.** 1996. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
32. SILVA, Rosiane Maria da. **A pesquisa como subsídio ao trabalho do assistente social.** 2008. 117 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 2008.

33. SILVA, Sandra Maria da. **Análise de atuação do Serviço Social no campo da educação.** 2007. 89 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
34. SOUSA, Aione Maria da Costa. **A dimensão ético-política do trabalho dos Assistentes Sociais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde de Mossoró - RN.** 2000. 61 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
35. SOUZA, Iris de Lima. **Assistentes sociais na escola: revelando demandas para legitimar espaço.** 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
36. SOUZA, Marcos Francisco de. **Contradições, determinações e particularidades do processo de trabalho do assistente social nos órgãos do poder judiciário sediados em Brasília.** 2004. 228 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
37. TAVARES, Fabrício André. **Das lágrimas à esperança: o processo de fortalecimento das mulheres em situação de violência doméstica.** 2008. 235 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
38. TOMAZ, Madalena dos Reis. **Reavaliando conhecimentos acerca da transmissão do HIV e AIDS entre pacientes hemofílicos acompanhados na UNIFESP.** 1999. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1999.
39. VAZ, Eliete Cibele Cipriano. **Uma compreensão mais significativa da relação de ajuda, na abordagem individualizada, como forma de atendimento no Serviço Social.** 1997. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – *Campus* de Franca, Franca, 1997.
40. VELOSO, Renato dos Santos. **Tecnologia da informação: contribuição importante para o exercício profissional?** 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TEMPOS DE VIDA E TEMPOS DE MORTE – A DURA REALIDADE NOS CANAVIAIS DE SÃO PAULO - JUVENTUDE CAMPONESA E MIGRAÇÕES SAZONAIS

Paulo Rogério Adamatti Mansan²⁷

RESUMO

O governo brasileiro, nos últimos anos, fez a opção por um modelo que prioriza o plantio em larga escala de cana-de-açúcar para produção de agrocombustíveis. O Brasil possui em torno de 6,6 milhões de hectares plantados e precisa triplicar essa área, para atingir as metas dos acordos internacionais. Grande parte do trabalho nas lavouras da cana no País é executado por jovens nordestinos. Hoje, cerca de 30.000 jovens migram da Paraíba para São Paulo. A problemática do nosso trabalho se centra no estudo dos motivos dessas migrações. Este estudo teve como objetivo, após identificar as principais motivações da migração, elaborar um perfil das migrações no município de Tavares, no estado da Paraíba. O recorte analítico teve como base a escolaridade, o sexo, a renda, a idade, e centrou atenção na metodologia da história oral e da etnografia. Ao longo do trabalho, chama a atenção o tema da renda adquirida pelos jovens e do destino dos gastos da mesma: a terra natal. Há muita determinação dos jovens no sonho pela melhoria de vida, dada a condição inumana em que vivem. Ganha destaque a organização destes trabalhadores na luta por direitos, dignidade e sentido a serem dados ao seu trabalho.

Palavras-Chave: juventude rural, migrações sazonais, corte cana-de-açúcar, agrocombustíveis.

ABSTRACT

The Brazilian government, in recent years, made the choice of a model that prioritizes the large scale planting sugar cane for biofuel production. Brazil has around 6.6 million hectares planted and need to triple this area, to achieve the goals of international agreements. Much of the work in the sugar cane plantations in the country is run by young people from the Northeast. Today, about 30,000 young people migrate from Paraíba to Sao Paulo. The problem of our work focuses on studying the reasons for such migration. This study aimed to identify after the main motivations of migration, develop a profile of migration in the city of Tavares in the state of Paraiba. The analytical approach was based on education, gender, income, age, and focused attention on the methodology of oral history and ethnography. Throughout the work, draws attention the issue of income gained by young people and the fate of spending the same: the homeland. There are a lot of determination among young people by improving the dream of life, given the inhuman condition in which they live.

²⁷ Pesquisador-Coordenador bolsista do projeto Coletivo Latinoamericano de Jovens Promotores de Juventude, da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO). **Paulo Rogério Adamatti Mansan**, natural de Barra do Ouro Maquiné - RS, filho de camponeses. Militante orgânico da PJR – Pastoral da Juventude Rural e da VIA CAMPESINA. Formado em filosofia pela FAFIMC, Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Imaculada conceição, Viamão - RS. Especialista em Projeto Sociais e Culturais pela UFRGS, e Mestre em Sociologia pela UFCG-UFPB – atualmente professor da UNIVEN, curso de Serviço Social, Enfermagem e Direito e na Escola Família agrícola ensino médio – técnica em agropecuária ecológica no município de Barra de São Francisco-ES. pmansan@gmail.com

Gained prominence in the organization of the workers struggle for rights, dignity and meaning to be given to their work.

Key Words: rural youth, seasonal migrations, cutting cane sugar, biofuels.

1. INTRODUÇÃO

A problemática central deste trabalho é o estudo das migrações sazonais de longa distância de jovens, em especial os procedentes da Paraíba para o trabalho em canaviais localizados em São Paulo. Há indicação de que saem do nordeste mais de duzentos mil (200.000) trabalhadores para o corte da cana de açúcar. Desses, cerca de 90% estão na faixa etária de 18 a 29 anos, sendo considerados jovens, portanto, segundo a classificação adotada pelo governo federal. O Ministério do Trabalho estima que, apenas no estado da Paraíba, cerca de trinta mil (30.000) jovens migrantes.

Justificamos a realização desse trabalho a partir de quatro motivos. O primeiro diz respeito ao grande quantitativo de jovens afetados por essas migrações. O segundo refere-se à política do governo brasileiro em relação aos agrocombustíveis. Atualmente, temos por volta de 6,6 milhões de hectares de cana de açúcar plantados no Brasil; desses, 3,6 milhões estão no Estado de São Paulo. Para atingir as metas dos acordos do governo brasileiro com os EUA, a China e os países da União Européia, o país teria que triplicar a área plantada. Segundo o governo brasileiro, o Brasil pode potencializar a plantação de cana de açúcar quadruplicando a área reservada para essa cultura. De onde sairá força de trabalho para oferecer suporte a tal propósito? Observando a atual realidade do agronegócio brasileiro, podemos dizer que dos braços dos jovens nordestinos.

O terceiro motivo refere-se à comprovação de que os jovens vão para São Paulo a fim de garantir condições mínimas para se manterem no sertão; o que significa dizer que a juventude sertaneja quer ficar no sertão com condições de vida dignas.

Por último, destacamos que, mesmo não tendo sido possível nos marcos desse trabalho aprofundar a discussão sobre a migração, temporária ou não, para outros estados, sabemos que ela é a alternativa utilizada por muitos jovens – principalmente homens – para suprirem suas necessidades, bem como as de suas famílias.

Nesse trabalho, propomo-nos a entender quais são as causas centrais que levam os jovens a sair de suas casas, migrando para um trabalho como o do corte da cana. Com ênfase no estudo das migrações sazonais de longa distância de jovens do Nordeste, em especial, procedentes da Paraíba, para o trabalho em canaviais localizados em São Paulo, buscamos investigar a questão apontada, observando o peso que as necessidades materiais de sobrevivência têm na decisão pela migração para o corte da cana.

Os objetivos específicos dessa pesquisa foram: 1) identificar as principais motivações dos jovens que migram para o corte da cana; 2) compreender a visão e as percepções dos jovens sobre o trabalho no corte da cana de açúcar; 3) elaborar um perfil das migrações por escolaridade, sexo, renda e idade, no município de Tavares-PB; 4) delinear algumas perspectivas de trabalho para o futuro dos jovens que migram para o corte da cana; e 5)

apontar as principais organizações de âmbito local que surgem para discutir alternativas à migração desses jovens.

Para alcançar esses objetivos, nosso primeiro passo metodológico foi realizar uma revisão de literatura acerca das temáticas juventude e migração. Há muito material sobre ambos os temas, mas poucos que relacionam os dois assuntos. Apesar dessa primeira dificuldade enfrentada, conseguimos avançar o suficiente no sentido de suprir as necessidades apontadas pelo trabalho proposto.

O trabalho de campo foi desenvolvido por quatro jovens pesquisadores (um bolsista e três auxiliares) no interior do Estado da Paraíba. Passamos alguns dias no sertão paraibano, no município de Tavares que fica a 440 km de João Pessoa, capital do estado. Percebemos, assim, que a distância seria uma das dificuldades que viríamos a enfrentar. Para superar isso, passamos quinze (15) dias em Tavares, em dezembro de 2007, onde ficamos até a véspera do Natal. Nesse período, buscamos acompanhar o retorno dos cortadores da cana-de-açúcar à cidade de origem; fizemos entrevistas, aplicamos formulários, fotografamos e filmamos essa chegada, os sítios onde eles moram e os espaços e as relações que constroem quando retornam.

Esse foi um dos momentos mais importantes da pesquisa, pois além de nos aproximarmos dos jovens cortadores de cana na sua intimidade, coletamos vasto material, composto por gravações de 10 entrevistas²⁸ com esses jovens. Registramos, ainda, a euforia da chegada dos jovens cortadores, há oito meses distantes de sua cidade natal, bem como o momento de reencontro com os familiares e aquilo que esses jovens experimentaram quando se reinseriram no antigo local de moradia.

Realizamos também outras três (03) entrevistas importantes. A primeira, na prefeitura, onde estavam presentes o chefe de gabinete do prefeito e um funcionário da Secretaria da Agricultura, os quais nos deram informações importantíssimas sobre a realidade e a população de Tavares, e sobre os impactos das migrações na cidade. A segunda foi realizada com dois lojistas: o proprietário de uma revenda de motos e o proprietário de uma loja de roupas. Eles nos falaram sobre como a chegada dos jovens tem causado impacto à economia local.

A terceira entrevista foi realizada com o proprietário da principal empresa que transporta os canistas²⁹ de Tavares para São Paulo. Nessa conversa, tivemos uma noção mais exata da quantidade de indivíduos que trabalham no corte da cana de açúcar, mas tivemos dificuldades significativas no que diz respeito ao levantamento de informações sobre a chegada dos veículos. Isso aconteceu porque o entrevistado, sendo o principal empresário que faz a locomoção dos cortadores, supôs que éramos olheiros de seus concorrentes ou fiscais do governo disfarçados. Somente com muito esforço conseguimos ganhar a sua confiança e acessar alguns materiais.

De acordo com as informações obtidas, essa empresa disponibiliza mais de cem (100) ônibus para o transporte dos cortadores. Recebemos autorização do proprietário para entrar em alguns desses veículos, filmá-los e fotografá-los, mas esse registro não foi possível porque os motoristas não aceitaram. Tivemos a impressão de que estavam com os documentos ilegais e que os ônibus utilizados não poderiam fazer transporte de passageiros e que por esse motivo

²⁸ Mudamos os nomes dos entrevistados, pois algumas das revelações sobre as condições de trabalho na atividade do corte da cana poderiam ser motivo de represália por parte de seus patrões.

²⁹ Denomina-se de *canistas* os indivíduos que trabalham no corte da cana de açúcar.

houve resistência à ação da equipe de filmagem, tendo em vista a possibilidade de serem denunciados. Somente após várias tentativas e muita insistência conseguimos, enfim, entrar em um ônibus e realizar as fotos e as filmagens.

Em um primeiro momento, tivemos dificuldades para nos aproximar dos jovens cortadores de cana, pois eles se assustaram com a composição de nossa equipe de trabalho – quatro homens jovens e uma grande quantidade de equipamentos. No segundo dia, conseguimos quebrar a resistência inicial quando agregamos à nossa equipe um jovem da cidade de Tavares. A partir desse momento nos foi possível o acesso a todos os espaços que eles partilhavam como os bares que frequentavam, suas casas e uma grande festa da qual também participamos. Documentamos todos esses momentos e conseguimos coletar um excelente material para ser editado.

A cidade de Tavares se vê completamente transformada com a chegada dos cortadores de cana de açúcar. Em média, três mil (3.000) habitantes do município vão para o corte da cana nas migrações sazonais, ficando 9 meses no corte em São Paulo e 3 meses em Tavares – PB. Com a volta dos jovens, o município de treze mil quinhentos e oitenta e quatro (13.584) habitantes fica completamente modificado, pois são três mil pessoas a mais para movimentar a cidade. Tudo ganha vida nova e há movimentação de muito dinheiro nos bares, nas concessionárias de motos, nas festas, nas feiras, etc.

Em estudos que envolvem a participação de diversos atores sociais, é necessário ganhar a confiança dos sujeitos envolvidos na pesquisa. No nosso caso, a investigação se realizou com maior fluência a partir do momento em que Sebastião, um jovem tavaresiense, e João Paulo, um jovem canista, passaram a nos acompanhar e a fazer parte do nosso grupo. No mês de janeiro, entre os dias 15 e 25, continuamos na cidade de Tavares realizando as atividades da pesquisa. Foi a partir da colaboração do jovem João Paulo que tivemos acesso a detalhes da vida dos jovens migrantes, sua presença, sendo um jovem cortador, facilitou nosso acesso à região interna da vida deles. (GOFFMAN, 1985).

Para traçarmos o perfil dos jovens cortadores, aplicamos um formulário de pesquisa a cento e dois jovens canistas – aqueles que foram para a safra da cana de 2007 e pretendiam ir à safra de 2008. Essa pequena amostra teve a participação de jovens entre 18 e 29 anos, todos do sexo masculino. Os formulários foram aplicados entre os dias 17 e 18 de dezembro de 2007. Essa atividade ocorreu em nossa primeira ida a campo, na praça central da cidade de Tavares (local onde se concentram os canistas quando estão no município).

Segundo dados do gabinete do prefeito, dentre as 3.000 pessoas que vão para o corte da cana, aproximadamente 80% encontram-se na faixa etária de 18 a 29 anos. Como não possuímos condições e recursos para fazer uma pesquisa com amostra probabilística com um bom grau de confiabilidade, optamos pela aplicação aleatória de um formulário. Os formulários, em nossa compreensão, nos permitiram ter uma noção da situação dos jovens sujeitos de nossa pesquisa.

Utilizamos também como metodologias para a ida a campo, a etnografia e a história oral. Realizamos entrevistas semiestruturadas, análises de reuniões e dos discursos dos jovens canistas. O método etnográfico foi necessário para percebermos os vários aspectos sociais da vida dos jovens canistas. Segundo Malinowski:

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, caleidoscópio da vida tribal. (MALINOWSKI, 1978, p. 23)

A contribuição da etnografia para o trabalho se deu na possibilidade de relatarmos a heterogeneidade e a diversidade dos atores sociais que vão para o corte da cana uma vez que é traçada uma rede complexa de interpretações devido às variadas condições históricas, econômicas e culturais que constituíram suas trajetórias de vida.

Para compreender a realidade dos canistas, trabalharemos a partir dos relatos dos jovens cortadores de cana. Buscaremos entender as motivações e as causas da ida dos jovens para a atividade de corte da cana. Questionaremos também sobre as perspectivas desses jovens ao retornarem à cidade de origem, no que se refere aos seus projetos de vida.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Adotamos, nesse trabalho, dois eixos temáticos centrais: juventude, mais especificamente a juventude rural, e a questão das migrações. Neste tópico, discutiremos as temáticas a partir de autores importantes para os questionamentos propostos por essa pesquisa.

2.1. Juventude

A juventude é uma criação da sociedade moderna e esteve, ao longo do tempo, presente nos estudos das Ciências Sociais. Os jovens foram vistos a partir de diferentes modos e de variados métodos. Em alguns momentos, a partir de uma ideia genérica de juventude; já em outros, foram enfatizadas as suas especificidades. Os estudos sobre a juventude, nos quais nos fundamentamos, indicam que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica, intimamente ligada às transformações contemporâneas. É importante para o presente estudo a perspectiva de Abramo (1997). A autora afirma que a categoria juventude situa-se no contexto histórico:

[...] a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas. (ABRAMO, 1997, p. 7)

Entendemos, assim, que a juventude é uma categoria em movimento, em constante construção e que possui atributos que se definem de acordo com o contexto histórico. Groppo (2000) partilha dessa mesma definição. Para ele, a juventude não pode ser definida simplesmente como uma faixa etária, mas sim a partir das realidades sociais e culturais em que os sujeitos estão inseridos:

[...] ao ser definida como categoria social a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social. “Ou seja, a Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens”. (GROPPO, 2000, p. 7).

Não circunscreveremos a juventude em classificações etárias como as utilizadas por organismos, tal qual a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou ainda por órgãos governamentais. Essas classificações procuram homogeneizar o conceito de “juventude” a partir de limites mínimos de idade para a entrada no mundo do trabalho reconhecido internacionalmente, ou através dos limites máximos de idade para o término da escolarização formal (básico e médio).

Acreditamos que a idade, enquanto categoria classificadora e transitória, só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Desse modo, ela continua sendo utilizada como referência na aplicação dos questionários, em que adotaremos o recorte dado pelo governo federal que identifica a juventude como a idade compreendida entre 16 e 29 anos.

Na revisão bibliográfica de Foracchi (apud CASTRO, 2005), identifica-se que duas gerações convivem em um dado contexto histórico, sendo a “juventude” caracterizada como um momento do ciclo de vida do indivíduo em oposição à condição “adulta”. Para Foracchi, essa abordagem contribui para problematizar a definição físico/biológica na medida em que:

[...] não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova da existência social. (FORACCHI apud CASTRO, 2005, p. 168).

Dessa forma, abordaremos a juventude como uma construção social, variando assim a depender da sociedade, dos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe.

2.2. Juventude Rural

Atualmente, a questão da juventude está sendo tratada e discutida por todos os setores da sociedade, seja nos espaços acadêmicos, entre os movimentos sociais e populares, ou nos órgãos governamentais. O mesmo acontece com a questão da juventude rural, que está na pauta das discussões dos movimentos sociais do campo, e que tem despertado o interesse recente de vários pesquisadores que se dedicam aos estudos rurais no Brasil.

Alguns estudos chamam a atenção para a “invisibilidade da juventude rural” por parte de pesquisadores e autoridades públicas (WANDERLEY, 2003; BRUMMER, 2000; WEISHEIMER, 2004; MENEZES, 2004; CASTRO, 2005). Recentemente, alguns estudos têm sido dedicados à questão da juventude rural, mais especificamente a partir da década de 90 (CARNEIRO, 1998; ABRAMOVAY, 1998; TORRENS, 2000; STROPASOLAS, 2004).

Os esforços empreendidos nesses estudos foram realizados no sentido de analisar os “jovens rurais” no que diz respeito à questão da herança, da sucessão da pequena propriedade familiar, dos projetos de vida, da migração rural/urbano e das construções identitárias das juventudes rurais. Existem ainda estudos que abordam as migrações sazonais para o corte da cana de açúcar, como os de Menezes e Silva (2007), com o enfoque na migração dos jovens de áreas rurais para áreas urbanas. Ao analisar as percepções sobre a juventude rural, as autoras observam semelhanças entre as abordagens dadas a este grupo e aquelas que se referem à “juventude” ou à “juventude urbana”.

Partimos do pressuposto que a juventude rural, ainda que passe por grande parte dos processos vividos pela juventude urbana, tem suas especificidades. Para tratar dessa categoria, teremos como referencial as ideias de Castro (2005) e de Menezes (2006), visto que as autoras concordam com a concepção de juventude enquanto construção social, histórica e dinâmica, e a aplicam à realidade rural.

Castro trabalha com a categoria “juventude rural” que se constrói nos processos de socialização dos indivíduos. Segundo esta autora, “[...] neste contexto, a própria categoria jovem é construída e seus significados disputados (...)” (CASTRO, 2005, p. 12).

Menezes, trabalhando no mesmo viés, salienta que:

É preciso compreender as formas como os grupos sociais constroem as diferenciações entre as fases da vida. Nesse sentido, trata-se de verificar as diferenças entre as juventudes, como por exemplo entre jovens em famílias camponesas, trabalhadores assalariados rurais e nas camadas populares. (MENEZES, 2006, p. 2).

As autoras trabalham a concepção de juventudes rurais numa perspectiva histórica, como uma categoria em transição e em constante ressignificação. Dessa forma, é possível afirmar que existem juventudes, e não apenas uma juventude.

2.3. Migrações

A temática das migrações tem sido alvo de intensos debates na área da sociologia. No entanto, encontramos na área acadêmica uma visão unívoca sobre esse tema – as migrações são vistas como meros deslocamentos de pessoas. Nesse sentido, estudar o fenômeno migratório se reduz à análise de dados censitários, desconsiderando a complexidade desse processo.

As discussões sobre o processo migratório acontecem sob dois pontos de vista: o da estabilização das migrações e o da intensificação de outras modalidades migratórias. Como exemplos deste último, têm-se as migrações de retorno ou a coexistência de modelos agrários complementados por experiências de migrações sazonais, partindo do meio rural ou urbano, para safras agrícolas.

Em termos teóricos amplos, pode-se falar em duas correntes em que se dividem os estudos a respeito das migrações. Uma é a interpretação macroestrutural, abordada por autores como Lopes (1968), Singer (1975) e Durham (1973). Essa corrente enfatiza os fatores econômicos e estruturais que impulsionam o indivíduo a sair do seu espaço e a buscar melhores condições

para o provimento de seu sustento em outras regiões mais desenvolvidas. Nessa visão, evidencia-se uma dicotomia entre as noções de atraso e desenvolvimento.

Autores como Woortmann (1990), Garcia Junior (2003) Menezes (2002) e Moraes 1999, defendem um ponto de vista que se opõe à visão macroestrutural, dando um passo maior para a compreensão dos movimentos migratórios que vai além das questões econômicas e estruturais. A migração é vista também como uma estratégia de reprodução do modo de vida camponês. Partir não significa, necessariamente, o rompimento com o espaço rural e, menos ainda, o abandono das práticas rurais e a não intencionalidade de retorno ao campo. Esse ponto de vista parte do pressuposto marxista de que os homens fazem a história sob condições determinadas e, mesmo nesse caso, em que as condições objetivas impulsionam a migração, são nesses espaços dados objetivamente que os atores se movem e constroem caminhos que irão adaptar ao processo migratório.

2.4. Fatores que impulsionam a migração

Ponto central para a compreensão da questão migrante em nosso país, o livro “A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo”, de Durham (1973), aborda a questão do migrante rural. Nele, a autora aponta que o processo migratório iniciado no Brasil (principalmente no período de industrialização pós década de 1930) aconteceu devido às desigualdades econômicas regionais, de forma que os migrantes rurais saíram de seus espaços e partiram para as grandes cidades, áreas de maior desenvolvimento econômico. Para ela, o migrante certamente não sai de seu espaço de origem de forma simplesmente aventureira, mas em busca de melhores condições de vida para si mesmo e para sua família. No que diz respeito à forma como se dá esse descolamento, Durham aponta:

O estudo das áreas de imigração e a análise do processo de desenvolvimento econômico do país deixa bastante claro que o deslocamento da população rural se dá das regiões economicamente mais atrasadas para as mais prósperas e se apresenta, em grande parte como uma transferência de mão de obra para os sistemas econômicos mais produtivos. (DURHAM, 1973, p. 45).

A autora apresenta, ainda, a visão de que as regiões do país contrastam de maneira gritante entre si, com relação à distribuição dos recursos (humanos e naturais), por razão de uma desigualdade construída e legitimada através da história.

Singer (1975) aborda as migrações de maneira semelhante a Durham. Para ele é necessário buscar os fatores históricos que determinam o fluxo migratório e o processo de industrialização. De acordo com Singer (1975) há dois fatores ligados à expulsão dos camponeses de seu espaço: fatores de estagnação e fatores de mudança. Fatores de estagnação são aqueles ligados ao aumento da população e à incapacidade da terra de prover as condições materiais de existência para aqueles que vivem nesse espaço. Já os fatores de mudança são aqueles ligados à introdução de relações de produção capitalista na área rural, levando à expropriação dos camponeses.

Em nossa pesquisa, utilizamo-nos das ideias de Woortmann (1990), Menezes (2002), Garcia Junior (2003) e Moraes (1992) sobre a questão das migrações. Esses autores se opõem às ideias expostas por Durham, quando apontam que as migrações não são apenas estratégias para a melhoria das condições de vida dos migrantes, mas sim fazem parte do próprio modo

de reprodução da vida camponesa e, por conseguinte, das formas de aquisição de bens materiais e construção de bens simbólicos do homem do campo. Estes bens são constitutivos do processo de socialização dos indivíduos. É importante ressaltar, como o faz Woortmann (1990), a existência de uma ética camponesa em que o trabalho e a família são tidos como um valor que influencia diretamente nas escolhas dos indivíduos e em suas trajetórias de vida.

No processo histórico a incorporação da mão de obra livre após a desestruturação escravista e a diminuição do fluxo migratório estrangeiro não indicam uma destruição do modelo produtivo de subsistência. A associação com o grande proprietário não é suficiente para o sustento do grupo familiar, por isso, a necessidade de atividades que complementem a renda oriunda dos trabalhos e das formas habituais de ocupação da terra, tais como meação, parceria e contrato esporádico de diaristas. Dessa forma, a migração aparece também como estratégia para mudanças nas condições de vida do agricultor, que deixa sua terra e sai em busca de melhores condições econômicas. A migração, como estratégia de reprodução do grupo familiar e como assalariamento do homem rural, pode ser observada na fala Woortmann:

Já apontamos para uma das características do assalariamento e vimos que ele não nega o trabalho familiar. Ao que tudo indica, ele tem como uma de suas razões suprir deficiências quantitativas do grupo doméstico e possibilitar o trabalho familiar durante todo o ano agrícola (...). Ele torna possível ao pai desenvolver o negócio ou a arte e possibilita a migração (sazonal, temporária ou definitiva) dos filhos, necessária à reprodução social do campesinato. Em nenhum caso, ele contraria o trabalho familiar; em todos os casos, ele é determinado pelo caráter familiar da produção. (WOORTMANN, 1990, p. 26).

O choque cultural gerado pela coexistência de pessoas de diferentes realidades em uma mesma área traz novas demandas. São necessidades que não se enquadram no contexto antigo do migrante e que só podem ser supridas pelo novo contexto sócioeconômico definido pelo local de destino da migração.

2.5. O sertão nordestino e a sina das migrações

O município de Tavares, situado no Estado da Paraíba, localiza-se na microrregião da Serra de Teixeira, e conta com uma população de 13.584 habitantes dos quais cerca de 27% possuem idade compreendida entre 15 e 29 anos. Embora, oficialmente, a maioria dessa população (63%) habite as áreas consideradas como rurais, o município inteiro, dado as suas peculiaridades, encaixa-se no que alguns pesquisadores, a exemplo de Wanderley (2002), chamam de municípios rurais. Apesar de a maior parte da população de Tavares ter na agricultura uma fonte primária de renda, os pequenos agricultores acabam se unindo, numa relação de complementaridade aos comerciantes, funcionários públicos (auxiliares de enfermagem, garis, professores, etc) e profissionais liberais (médicos e advogados).

Historicamente, a população desse município, sobretudo as famílias camponesas, tem lançado mão da migração como meio de fuga dos conflitos familiares e como estratégias de sobrevivência e de melhoria de vida. Esse quadro endossa a percepção de que as práticas de migração sempre estiveram presentes no cotidiano dos camponeses, questão esta enfatizada por diversos autores que versam sobre a temática do campesinato brasileiro (Durham 1973, Carvalho, 2004, Menezes, 2002). Alguns relatos sobre a história das famílias dos jovens cortadores de cana ilustram bem esse fato. Dizer que a migração faz parte do cotidiano da população tavaresense é reconhecê-la como prática cultural. As migrações caracterizam-se

como uma prática recorrente na história, inscrita na tradição e que se reinventa a cada tempo, incorporando novos contornos e significados, conforme nos aponta Menezes:

[...] camponês-trabalhador-migrante é um termo novo, porém um fenômeno antigo (...), sua existência remonta ao século XVIII, e eles têm-se engajado em muitas atividades produtivas. Migram internacional ou internamente, sozinhos ou em grupos, e permanecem semanas, meses e anos longe de casa. (MENEZES, 2002, p. 19)

Em consonância com Silva e Menezes (1999, p. 12), entendemos que os “deslocamentos constantes se tratam de migrações ‘forçadas’”, no espaço e no tempo, que provocam muitas redefinições sociais aos que partem e aos que ficam. Moreira (1997, p. 230) diz que, no Estado da Paraíba, esse tipo de migração “está relacionado à atividade canavieira e ao deslocamento de trabalhadores das regiões agrestina e sertaneja para se ocuparem da colheita da cana de açúcar na Zona da Mata, seja na Paraíba ou em estados vizinhos”.

No estado da Paraíba, essa corrente migratória ganha expressividade a partir dos anos de 1990 e abarca um grande contingente da força de trabalho local, sobretudo a juvenil – em especial os jovens cujas famílias detêm pouco capital econômico e social. Tal migração tem sido assumida enquanto estratégia de concretização de seus projetos de autonomia pessoal; o que já foi apontado por alguns autores, a exemplo de Durham, para quem a migração juvenil aparece como “algo quase institucionalizado em muitas comunidades” (DURHAM, 1973, p. 132). Menezes, por sua vez, realça o fato de que, para os jovens, a migração pode abrir “a possibilidade de satisfação das necessidades de consumo própria deste grupo” (MENEZES, 1985, p. 97).

Marcados pela condição penosa do trabalho agrícola, os jovens veem na migração uma válvula de escape para a prática de atividades pesadas e mal remuneradas (MENEZES, 1985). Nesse sentido, eles são marcados pela tensão entre o ficar e o sair, o ir embora e o voltar (SOUSA, 2002). Em muitos casos, é devido à migração que eles conseguem garantir a própria sobrevivência e, muitas vezes, a dos que ficam. É a partir do contato com o universo mais amplo das grandes cidades, em contraste com as regiões onde o trabalho ainda é uma realidade penosa, que o jovem rural consegue enxergar a possibilidade de concretização de seus projetos de emancipação pessoal. O sair, mesmo que provisoriamente, acaba favorecendo mudanças pessoais e sociais significativas (SILVA, 2005), podendo a migração, sobretudo a sazonal, se revelar como fonte de dinamismo das regiões rurais (MENEZES, 1985). Dessa forma, reconhece-se que migrar nem sempre significa partir, e que se pode estar geograficamente longe e socialmente perto; ou o contrário, geograficamente perto e socialmente longe (MENEZES, 1985).

3. O PERFIL DA JUVENTUDE MIGRANTE: VISÕES E PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O TRABALHO NO CORTE DA CANA DE AÇÚCAR

Para compreender a realidade dos jovens cortadores de cana, trabalhamos com os cento e dois (102) questionários aplicados. A partir dos dados obtidos, traçamos um perfil desses jovens no que diz respeito à idade em que começaram a atividade do corte da cana, à escolaridade, à ocupação dos pais, às pessoas com quem moram, à percepção que têm sobre o espaço onde vivem e como caracterizam a atividade que exercem. Buscamos, também, entender as motivações e as causas da ida dos jovens para o corte da cana.

O formulário aplicado revelou dados interessantes no que se refere à escolaridade dos jovens cortadores de cana. Todos os entrevistados estão fora da escola. Desses, 7% nunca estudaram; 33% fizeram até a 4ª série; 17% pararam os estudos antes da 8ª série; 14% pararam os estudos ao concluir na 8ª série, 17% têm o segundo grau incompleto e somente 12% têm o segundo grau completo.

Quanto à ocupação dos pais, 87% são classificados como agricultores pelos jovens. No que se refere à ocupação das mães, 56% são consideradas agricultoras e 31%, donas de casa. Destacamos a questão de gênero que aqui se apresenta uma vez que, em nossas entrevistas e em nosso diário de campo, percebemos que todas essas mulheres têm jornada dupla de trabalho – além de contribuírem com as atividades de casa, trabalham na agricultura. Dessa forma, o percentual de mulheres agricultoras aumentaria, perfazendo 87%. Além dessas ocupações, destacamos ainda o índice de funcionários públicos: 4% entre os pais e 6% entre as mães.

Quando perguntados sobre as pessoas com quem moravam, 71% dos jovens disseram que com os pais e irmãos, 9% com parentes, 3% com amigos, 2% sozinhos e 15% com a esposa e os filhos. Percebemos que 86% deles convivem em uma estrutura familiar tradicional.

Aqueles que moram com a esposa e os filhos ficam em torno de oito meses longe de casa. A respeito disso, Joice, 23 anos, esposa de Joarez, diz:

“É difícil, né, somos casados há quatro anos, Joarez ficou mais tempo fora do que em casa, dos quatro anos de casados, ele passou quase 3 anos em São Paulo, se formos contar os dias. Mas fazer o quê? Isso é preciso para comermos, todo mês ele manda um dinheirinho para nós.” (JOICE, 23 anos).

Nesse caso, percebe-se como é difícil enfrentar a distância e que um dos motivos para os jovens se submeterem a esse tipo de situação é a necessidade de sobrevivência.

Quando os jovens foram questionados se gostam do local onde moram em Tavares, 94% dizem que sim, contra 6% que dizem não. Entre os principais motivos destacados estão: por ser um lugar tranquilo (55%); por ser o local onde nasceram e foram criados (58%); por morarem próximos aos amigos e à família (50%); por ser um lugar seguro (24%); por causa da liberdade que sentem (61%); e por terem comida farta e sadia (52%). Entendemos que isso aponta para uma valorização do rural, em contraposição à cidade, vista por muitos como um local agitado, violento e com apelos ilusórios. Nota-se, no entanto, que ao mesmo tempo em que afirmam gostar do sítio ou da cidade rural, os jovens também apontam o desejo de sair do município, em busca de “arrumar uma melhora”. Quando são questionados se querem continuar morando lá, o índice daqueles que não querem sobe para 25% contra 75% dos jovens que querem permanecer naquela área.

Como elencados no parágrafo acima, a tranquilidade do lugar, a liberdade que sentem e a proximidade aos familiares e amigos são apresentados como fatores de atração para a permanência na área; já como fatores de expulsão elencamos as seguintes dificuldades apresentadas pelos canistas: a falta de renda, tida como o principal problema (100%); a falta de lazer e cultura (95%); o grau de sofrimento envolvido no trabalho que ali se realiza (95%); a dificuldade para estudar (80%); a distância em relação aos centros urbanos (45%); e as dificuldades enfrentadas para o plantio (35%), devido ao clima da região, não sendo possível ter bons resultados na lavoura todos os anos.

Citaremos, a seguir, alguns dos elementos que se apresentam como entraves para a permanência na cidade de origem, ilustrando-os com as falas de alguns dos jovens entrevistados:

a) Penosidade e desvalorização: na entrevista, Josivaldo, 18 anos, conhecido como Negão e residente do Sítio Domingos Ferreira, fala sobre o trabalho em seu sítio: *“É um trabalho muito pesado. É muito cansativo. Na roça o futuro é pequeno. O cara só trabalha, trabalha e não arruma nada. É desgastante. Você trabalha e não é valorizado, por isso a agricultura não vai pra frente”*.

b) Geração insuficiente de renda: Juca, 24 anos, que mora na cidade de Tavares e trabalhava na roça com o pai, afirma que não dá para trabalhar: *“Não dá lucro. Não dá pra sobreviver da agricultura. Às vezes, não dá nem pra comer direito”*.

c) Imprevisibilidade e risco: Belarmino, 25 anos, migrante, cortador de cana-de-açúcar, solteiro e residente do Sítio Manoel do Mato: *“É Instável. Um ano tem inverno, no outro não tem. Está ficando fraco. É difícil por causa do inverno que varia muito. As chuvas são escassas e a agricultura depende das chuvas. A seca impede o trabalho”*.

d) Lazer e cultura: Inaldo, 26 anos, migrante, cortador de cana-de-açúcar, solteiro e residente do Sítio Minadouro, fala que não tem opções de lazer: *“Quando chove os açudes vazam. É uma festa! Mas isso é uma semana no ano, quando chove. Nem campo de futebol temos na comunidade. Temos que ir jogar em outro”*.

Destacamos novamente que, apesar de todos esses problemas vivenciados, 75% ainda querem ficar, morar e viver na terra. Isso revela um apego muito grande ao local de nascimento, à família e aos amigos que lá vivem.

Portanto, concluímos que não é à agricultura em si que os jovens renunciam, mas ao trabalho agrícola concreto e aquilo que ele representa, ou seja, a penosidade aliada aos poucos rendimentos. Dessa forma, faltam condições aos jovens para a satisfação de suas necessidades de consumo, tais como ir ao clube, comprar motocicletas e roupas, entre outras. Por esse motivo, os jovens acabam encontrando, na migração para o corte da cana de açúcar, uma alternativa para concretização de seus projetos pessoais de autonomia. Assim relata Juca, 23 anos, migrante, cortador de cana de açúcar e que reside na sede do município: *“[Antes de sair] pensava em clube, mas só que eu não podia ir direto, também porque não tinha dinheiro. Meu pai e minha mãe não podiam me dar, eu também não podia forçar já que eles não tinham também”*. Esse é o discurso de vários canistas com quem conversamos.

Quando perguntados sobre a quantidade de vezes que partiram para o corte da cana, 19% responderam ter ido para apenas um corte; 27%, para dois; 25%, para três; 12% para quatro; 8%, para cinco; e 9%, para mais de cinco cortes. Dentre as inúmeras observações por nós realizadas, uma em especial nos chamou a atenção: a condição física dos jovens. Percebemos facilmente a aparência envelhecida daqueles que foram para mais de quatro cortes da cana de açúcar, em comparação aos jovens que moram em Tavares e nunca exerceram essa atividade.

Quando perguntados com que idade foram para o primeiro corte da cana, obtivemos as seguintes respostas: 29% foram aos dezoito anos; 19%, aos dezenove anos; 13%, aos vinte anos; 18%, aos vinte dois anos; 11%, aos vinte três anos; 7%, aos 25 anos; e somente 3% com

mais de 25. Olhando os números, percebe-se que 90% dos jovens começam a ir para o corte da cana entre os dezoito e os vinte e três anos; ou seja, no auge do vigor físico da juventude, pois assim podem dar o máximo da sua força de trabalho.

Com isso percebemos, com pesar, que a juventude rural brasileira não tem oportunidades adequadas para seu crescimento pessoal e profissional. É nesse sentido que a juventude se desenvolve em um espaço sem perspectivas para a entrada com segurança na vida adulta. No caso dos migrantes, o jovem, no auge do seu vigor físico, precisa dedicar 100% do seu tempo para garantir a sobrevivência.

Quando perguntados se pretendiam ir para o corte da cana da safra de 2008, 83% disseram que sim, 13% responderam que não e 4% responderam que não sabiam. Os motivos apontados para realizarem a migração foram: o aumento da renda (100%), a melhoria das condições de vida (90%) e a fuga do local onde vivem (10%). Percebemos que a questão da renda e melhoria das condições de vida é praticamente unânime.

Obtivemos um dado importante sobre as vantagens financeiras da ida ao corte da cana. A partir dos valores fornecidos pelos jovens a respeito de quanto recebem com essa atividade, chegamos à média de R\$ 610,00 (seiscentos e dez reais) por trabalhador por mês. Com essa informação em mãos, perguntamos a esses jovens: se você tivesse a chance de receber R\$ 300,00³⁰ (trezentos reais) em sua cidade, mesmo assim sairia do sítio? Para nossa surpresa 92% disseram que não, e somente 8% afirmaram que sairiam, pois alegaram que esse era um valor pequeno.

A fim de complementar nossa percepção sobre como os jovens veem a migração para o corte da cana, pedimos a eles que identificassem se possível, duas propriedades que caracterizem essa atividade. Dentre as principais respostas, 85% dos jovens não hesitaram em atribuir a adjetivo penoso; 70% classificaram-na como sofrida; e 45%, como necessária para a sobrevivência.

Com essa pesquisa, percebemos que, não obstante as dificuldades da vida no campo, os jovens provenientes das regiões rurais desejam permanecer em suas localidades, mesmo que as condições materiais de sobrevivência não permitam que tal fato ocorra.

Percebemos, a partir da realidade descrita nesse trabalho, a necessidade do resgate da cidadania desses indivíduos e da afirmação de sua identidade enquanto jovens. Não podemos esquecer, também, que essa identidade é permeada por outras, que se formam a partir de determinadas condições históricas e sociais. Um exemplo disso são algumas necessidades criadas pelo ambiente em que esses jovens vivem, as quais perpassam tanto a participação em práticas de socialização (a participação no clube, nas festas e outros eventos sociais) como a realização de suas necessidades de consumo (roupa, calçados, motos).

4. AS MIGRAÇÕES E OS IMPACTOS DA NOVA POLÍTICA AGRÍCOLA DO GOVERNO BRASILEIRO PARA OS AGROCOMBUSTÍVEIS

A migração para o corte de cana de açúcar no interior do Estado de São Paulo, como já visto, pode ter suas causas apontadas nas condições objetivas do local de origem e daquele que

³⁰ Optamos pelo valor de R\$ 300,00, pois era um valor pago a muitos jovens que trabalham em Tavares e não vão para o corte da cana.

migra. Além disso, fatores como a própria reestruturação do setor sucroalcooleiro no interior paulista, podem, também, ser considerados como possíveis determinantes do adensamento dessas correntes migratórias no espaço estudado.

Dessa forma, consideramos importante falar em mudanças que incidem sobre a totalidade do espaço (SANTOS, 1997). Com as no mercado de trabalho urbano, iniciadas a partir da década de 1970 e consolidadas nos anos de 1990, os jovens proveniente das regiões rurais descobrem as usinas canavieiras no interior paulista e por elas também são descobertos. É para esses espaços que os jovens começam a se dirigir desde o final da década de oitenta; e esse fluxo adensa-se, sobretudo, a partir dos últimos anos da década de 1990. Esse movimento de descoberta promove uma reestruturação do setor sucroalcooleiro, que resultou na demanda de uma força de trabalho predominantemente juvenil, oriunda, em grande parte, da agricultura familiar. Isso se caracteriza como um reflexo da crise que vêm assolando a economia dos países capitalistas e que resultou na diminuição das oportunidades de emprego no Sudeste e no declínio das correntes migratórias inter-regionais, sobretudo no sentido Norte-Sul, tendo em vista o capital cultural desses atores sociais e seu processo de socialização, marcado pelo trabalho agrícola, que os torna mão de obra qualificada para o setor em questão.

Atualmente, discute-se largamente a questão dos agrocombustíveis. Para o Brasil cumprir seus acordos comerciais, é necessário ampliar em três vezes a área plantada até 2020. A partir de uma entrevista com o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que vem articulando com todo o setor privado que investe em agrocombustíveis no Brasil, tem-se a visão mais ampla de como esse processo de expansão tem acontecido:

Sem dúvida, o potencial é enorme. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares agricultados com todos os produtos. Destes, mais de 6 milhões são ocupados com cana – 3,3 mi para açúcar e 3,2 mi para etanol. Portanto, apenas 5% da área agrícola vai para a produção de etanol, nas quais produzem 20 bilhões de litros/ano. Para se ter uma ideia do potencial de crescimento, podemos fazer um cálculo simples. São 200 milhões de hectares ocupados com pastagens, dos quais 90 milhões são aptos para agricultura (entre eles, 22 milhões aptos para a cana). Assim, estima-se que o País pode ampliar a sua área de cana para produção para etanol em até sete vezes. A pesquisa agrônômica da cana de açúcar indica que se em 10 anos a produtividade de etanol por hectare dobrar, produziremos mais 20 bilhões na mesma área usada atualmente, chegando a um limite de 280 a 300 bilhões de litros por ano. E isso considerando apenas as terras não-irrigadas – ao contrário de países concorrentes que necessitam de irrigação e, portanto, arcam com um custo adicional para produzir. (REVISTA EXAME, 2007, p. 35)

Logo, percebemos que há um forte investimento no setor. Se o corte da cana de açúcar plantada em 6,6 milhões de hectares exige o esforço de centenas de milhares de trabalhadores, questiona-se de onde sairá a mão de obra necessária para dar conta desses outros 18 milhões de hectares para o cumprimento dos acordos. Apesar de haver um forte investimento na automação das colheitas, a partir da compra de maquinário, estima-se que a mão-de-obra necessária dobrará nos próximos vinte anos. Entre janeiro de 2006 e dezembro de 2013, espera-se inaugurar uma usina de álcool por mês no país, segundo anúncios do governo federal.

5. CORTE DA CANA: MORTE E EXAUSTÃO FÍSICA

Se por um lado, o tipo e o volume do capital cultural adquirido (muitas vezes materializados nos títulos escolares) não facilitam a inserção dos jovens no mercado de trabalho urbano, por outro, o capital cultural informal incorporado – a herança familiar, sob a forma de *habitus* como aponta Bourdieu (1999) – que é resultado do processo de socialização no trabalho agrícola, os predispõem para os tipos de atividades requeridas pelas usinas canavieiras.

É a partir dos horizontes culturais de seu grupo, do próprio processo de socialização, e das condições de vida no lugar de origem, que a dura experiência do trabalho nos canaviais será tratada pelos jovens migrantes. Essa experiência torna-se perceptível em depoimentos como aquele dado pelo cortador de cana Adeilson, 22 anos, que nos diz: “Quando se passou a vida inteira arrancando toco, a quatro reais o dia, cortar cana não é tão pesado”. Essa visão é compartilhada por outros canistas, a exemplo de Sandro, 24 anos, o qual nos contou veladamente que:

“Para cortar cana, você tem que aprender aqui, sofrer um pouco. Muitos vão como um filho de papaizinho e volta logo. Eu trabalhei alugado, na pauleira. Começar sete da manhã, descansar uma hora, ficar até as quatro da tarde.” (SANDRO, 24 ANOS)

Fatores que, para muitos jovens, seriam vistos como negativos, são altamente valorizados pelos canistas. Um exemplo disso é que alguns jovens veem nos contratos de trabalho de curto prazo uma forma de garantir o rápido retorno para casa, como expressa o cortador de cana Jeremias, 26 anos, em sua fala:

“Outra coisa que nós acha mais fácil. É que nós vamos pro corte de cana, nós sabe o dia que sai e, não havendo nada, um contratempo nenhum, nem ninguém adoecendo, nós sabe o dia que volta. Nós já sabe o dia que começa a safra. No dia que nós começa a safra, nós já sabe o dia dela terminar. A gente faz uma reunião e o encarregado vai dizer: “Olha, nós vamos trabalhar tal tempo, tem que tirar tal cana, assim, assim...” Para você ir pra São Paulo, você começa a trabalhar num emprego, você nem sabe quando é mandado, às vezes você quer vir pra casa, você não pode vir.” (JEREMIAS, 26 ANOS)

Essa avaliação não significa, no entanto, que os trabalhos nos canaviais são menos pesados do que parecem, mas sinalizam para a importância que a inserção nesse mercado tem representado para os jovens tavaresenses. É através dela que é possível garantir o acesso aos bens de consumo e às práticas de sociabilidade que são referências para a sua identidade, tanto de jovem quanto de gênero, no espaço em questão. Nesse sentido, é pertinente nos questionarmos, na atual conjuntura brasileira, sobre o preço do ser jovem, sobretudo quando se pertence a grupos sociais historicamente desfavorecidos, como é o caso dos jovens rurais. Nas usinas, esses jovens são submetidos a um ritmo de trabalho intenso, cujo resultado, em muitos casos, tem sido a morte ou o esgotamento de suas capacidades físicas. Câimbras, desmaios e dores no corpo são sintomas relatados frequentemente nas falas dos canistas a respeito desse esgotamento, e ilustram a exploração máxima dos limites corporais a que estão submetidos esses atores sociais.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinte e nove (29) trabalhadores morreram, entre 2004 e 2007, nos canaviais paulistas como atesta a citação a seguir:

Desde 2004, o Serviço Pastoral dos Migrantes registrou 20 mortes de trabalhadores migrantes no corte da cana em São Paulo. Em 2007, foram registradas cinco mortes de migrantes por excesso de trabalho nos canaviais do estado. Em 28 de março, José Pereira Martins, de 52 anos, morreu de infarto após o trabalho no corte da cana, na cidade de Guariba. Ele havia migrado do município de Araçuaí, em Minas Gerais. Dia 24 de abril, Lourenço Paulino de Souza, de 20 anos, que migrara do Tocantins, foi encontrado morto na usina São José, em Barretos. Em 19 de maio, falece Adailton Jesus dos Santos, de 34 anos, que havia migrado do Piauí para os canaviais paulistas. Em 11 de setembro, no município de Guariba, faleceu Edilson Jesus de Andrade, de 28 anos, que migrara da Bahia, mas seu corpo foi enterrado em São Paulo. (MENDONÇA, 2007, p. 7)

Explorado além de seu limite, o corpo começa a apresentar sinais de exaustão, ocorrendo um fenômeno fisiológico recorrente, conhecido entre os canistas como o ato de borrar³¹. O cortador de cana Juca, 23 anos, partilhou conosco essa experiência:

“Eu cheguei a borrar duas vezes, porque era uma cana ruim de trabalhar e eu não comi na hora certa. Aí borrei, era entre três e meia e quatro horas. É difícil, não é fácil não. Os dedos travam, a boca fica querendo travar. Começa com uma fraqueza e eu querendo forçar. Aí pronto! Chegou o limite que não podia mais. Aí deitei e me levaram para o posto. Colocaram sal em minha boca.” (JUCA, 23 ANOS)

“*Pra que borrar rapaz?*”. Essa pergunta perversa, feita por um fiscal a um trabalhador, esconde e ao mesmo tempo revela uma trama que faz do outro culpado por aquilo do qual é vítima, e, portanto, responsável pelos males físicos causados pelas condições de trabalho. Essas são configuradas de tal forma que os jovens não encontram outra opção para aumentar seus rendimentos a não ser intensificando o ritmo de trabalho, mesmo que acabem arriscando a saúde e sua própria vida. O resultado no final do dia é um corpo exausto, como expresso por Reginaldo: “*Uma hora dessas, se o cabra chegasse lá, meu filho!, tava quase apagadinho*”. Mesmo cansados, exaustos ao fim do dia, são eles que devem lavar suas roupas e preparar a comida.

6. NO COTIDIANO: FISCALIZAÇÃO OU PRESSÃO?

Além da intensidade do trabalho, os migrantes vivenciam condições de vida desumanas, materializadas no tipo de habitação (barracos e alojamentos) e de transporte (ônibus clandestinos em condições, muitas vezes, aquém do exigido). Nota-se ainda que as relações de trabalho nos canaviais são marcadas pela exploração de múltiplos agentes, desde donos de empresas de ônibus e empreiteiros, até fiscais. São instalados, assim, no interior das usinas, mecanismos de controle que visam, principalmente, a classificação dos corpos aptos e inaptos para o trabalho. Essa classificação é realizada por médicos no início de cada safra e tem como objetivo a identificação dos “corpos dóceis e úteis”, ou seja, aqueles que podem executar atividades com o máximo de eficiência e eficácia. Além disso, buscam-se “corpos” educados, obedientes, controlados, resignados a toda e qualquer exploração, até ao controle propriamente dito exercido pelos fiscais no próprio processo de trabalho.

³¹ O ato de borrar é quando um canista passa mal devido ao calor ou a trabalho estafante e tem que parar o seu trabalho para descansar ou até mesmo ser atendido por médico.

Ao formar a turma, o “chefe da equipe” deve atentar para o perfil do trabalhador. O cuidado maior é não levar gente que dê trabalho, gente que:

“Gosta de dar nó, que é aquele que chega no trabalho aí corta dois, três metros de cana aí vai se deitar e pronto, não faz nada...Isso aí já aconteceu mesmo, cara que chega lá, corta oito metros de cana. Pronto. Para. Não faz mais nada... trabalhar direito.” (MACIEL, 24 anos).

Na atividade do corte da cana, produtividade e serviço bem feito, ou seja, eficiência e eficácia são critérios a partir dos quais se julga um trabalhador. Quando se fala em serviço bem feito, a ênfase é no acabamento das tarefas. O ideal é que o facão seja batido o mais rente possível ao solo, promovendo um corte horizontal-basal de cana, evitando assim o toco alto, pois quanto maior o toco, maior a perda para a usina já que o maior teor de sacarose está contido no pé da cana. Outro cuidado é com o corte do ponteiro³², o qual deve ser realizado na extremidade do palmito. Quando o desponte é feito abaixo do palmito, há perda da cana, o que também representa perda para a usina. Tocos altos e ponteiros mal feitos podem acarretar punição para os trabalhadores, a qual varia desde o repasse da área mal cortada³³ até o gancho, ou seja, a suspensão do trabalho.

O chefe da turma é o responsável pela primeira triagem dos trabalhadores, feita no próprio local de origem, no período da formação das turmas. Além disso, no local de trabalho, são realizadas as mediações entre os trabalhadores e os demais fiscais, permitindo a intensificação do controle realizado, a partir dos aconselhamentos proferidos pelo chefe da turma.

Diante das difíceis condições que enfrentam, os canistas utilizam algumas formas de resistência à exploração, sendo uma delas a greve. Trabalhadores e encarregados de turma tecem opiniões diferenciadas sobre a greve. Enquanto que, para os primeiros, esta funciona como instrumento para garantir “*alguma melhoria*”, visto que, quando ameaçavam fazer greve, “*eles ajeitavam o preço da cana, um pouco*”; para os chefes de turma, a greve é uma aventura cujo resultado é a dispensa do trabalhador. Por esse motivo, desde a saída da cidade os migrantes são aconselhados a não se meterem em “*bagunça*”, que é vista como “*coisas de paulistas que não gostam de trabalhar*”, os quais “*quando ganham tantinho assim, já querem ganhar um tantão...*”, como afirma Maciel. Apesar dos conselhos, é cada vez mais frequente o envolvimento dos canistas em episódios grevistas. Um exemplo disso pode ser encontrado no histórico do cortador de cana Marcos (23 anos, residente do Sítio Domingos Ferreira), o qual trabalhou na safra de 2007 e foi dispensado, na safra de 2005, antes mesmo de completar dois meses de trabalho por ter liderado uma greve.

Além das greves e paralisações, identificamos, nas falas dos entrevistados, formas cotidianas e mais sutis de resistência, em expressões como “*fazer corpo mole*”, “*faltar no serviço*” e “*apresentar atestado*”.

7. “AS FÉRIAS”: VIDA EM TAVARES APÓS A SAFRA DA CANA

Ao retornarem para o município de origem no final de cada safra, os migrantes apresentam mudanças no estilo de vida (nas vestimentas, nos cortes de cabelos e nos adereços) e

³² Ponteiro é a parte de cima da cana.

³³ *Repasse da área mal cortada* significa que o trabalhador deve passar novamente na área cortada para cortar de novo os tocos.

redefinem as suas práticas de sociabilidade locais. Algumas dessas, como o churrasco, são criadas; outras, mais antigas, como as festas e os bailes de finais de semana, são reafirmadas. Os círculos de amizade desses jovens são redefinidos uma vez que o trabalho nos canaviais paulistas permitiu-lhes a construção de novos laços afetivos com jovens da mesma cidade ou região. A percepção dos atores locais acerca dos marcos temporais também sofre modificações no que se refere, por exemplo, à divisão entre inverno e verão, ao calendário religioso e aos diversos momentos da vida cotidiana: tempo da escola e das férias; tempo das festas e do trabalho; tempo dos santos e dos homens; tempos estes que se justapõem ao tempo da colheita da cana e, conseqüentemente, ao tempo de retornarem à cidade natal. Observemos esses fatos na fala de Joice, moradora do sítio Domingos Ferreira: “*quando eles tão de volta, tudo aqui fica animado*”.

Com efeito, esse tipo de migração vem contribuindo para a permanência no campo de famílias de agricultores que passaram a ter viabilizadas as condições de reprodução de seu modo de vida. Tal fato se concretiza a partir do momento em que é possível a compra de terras e gado, a construção ou reforma da casa, a aquisição de motos (que têm favorecido na redução das distâncias) e a interação social dos jovens migrantes. Com isso afirmamos que a realidade das migrações para o corte da cana influencia a reprodução do modo de vida dos agricultores.

8. CONSIDERAÇÕES E RESULTADOS FINAIS E OS PRINCIPAIS PROJETOS E SONHOS DOS CANISTAS

Direcionaremos nossas considerações finais de acordo com a pertinência das questões que foram levantadas pelo presente estudo, procurando responder os objetivos específicos aos quais nos propomos com essa pesquisa.

No que diz respeito ao perfil dos jovens migrantes, destacamos alguns dados importantes. Salta aos olhos a questão de gênero presente nessas migrações uma vez que 100% dos indivíduos migrantes são homens. Tomamos conhecimento, contudo, que algumas mulheres já participaram desse processo, de forma indireta, acompanhando seus maridos e colaborando com os afazeres domésticos. Quanto à questão da escolaridade, percebemos as dificuldades de inserção desses jovens no universo escolar, pois 29% deles iniciaram o 2º Grau e apenas 12% o concluíram.

Segundo dados da Secretaria de Agricultura de Tavares, a renda dos agricultores é muito baixa, não chegando a configurar sequer um salário mínimo por família. Em se tratando dos jovens rurais, a renda é praticamente nula, pois, na maioria dos casos, todo o dinheiro arrecadado é destinado à manutenção das necessidades básicas da família. Isso se configura como uma das principais motivações para a migração aos canaviais já que, em média, cada jovem retorna à sua cidade de origem com R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

A respeito das motivações que os jovens apresentaram para realizar as migrações, identificamos que 100% dos entrevistados vão para o corte de cana para aumentar a sua renda e 90% para melhorar suas condições de vida. Isso se evidencia nos anseios por condições que permitam a esses jovens a satisfação de suas necessidades de consumo, tais como a ida ao clube, a aquisição de motocicletas ou a compra de roupas. Os jovens acabam encontrando na migração uma alternativa para a concretização de seus projetos pessoais de autonomia, ou seja, enxergam na migração a alternativa para a fuga da situação de carência na qual se encontram.

Para ilustrar melhor a questão da satisfação das necessidades de consumo desses jovens, remetemo-nos à noite de 17 de setembro de 2007, dia de festejo no município em comemoração ao retorno dos canistas. Havia setecentas e vinte e quatro (724) motocicletas estacionadas ao redor da praça principal de Tavares. A prefeitura do município nos informou que a procura por motos – esse fenômeno consumista – surgiu a partir do momento em que as migrações tiveram início, pois esse veículo tornou-se necessário para encurtar as distâncias de modo mais eficaz que o realizado por outros meios de transporte (jegue e transporte particular alternativo).

No que diz respeito a apontar as principais alternativas organizacionais para os jovens que migram, não obtivemos muitos avanços. A única alternativa que percebemos em Tavares em nível organizacional, são os grupos da Pastoral da Juventude Rural (PJR), nossa parceira na presente pesquisa. Esses jovens começam a construir estratégias de organização, mas não têm experiências em geração de renda. Apesar desse grupo, atualmente, abarcar pouco mais de cento e dez jovens, o que não é suficiente para uma grande mobilização, já consideramos um grande começo. Esse dado provém da experiência do pesquisador proponente dessa investigação, Paulo Rogério Adamatti, que milita nos movimentos Sociais da Via campestina³⁴ e participa da PJR desde 1999. A PJR existe em Tavares a partir de 2006. Esses jovens são organizados em quatro grandes grupos, compostos cada um, em média, por trinta pessoas. Estas se reúnem para discutir seus problemas e criar alternativas de lazer e recreação. Apesar de reconhecerem as dificuldades que a juventude de Tavares enfrenta, ainda não foi possível identificar alternativas concretas para resolvê-las.

Outra questão que gostaríamos de abordar está relacionada às perspectivas de trabalho para os jovens migrantes. Dentre as estratégias que o tipo de migração aqui estudado tem favorecido para os projetos de vida futuros dos jovens, destacamos alguns:

1. A compra de terreno e a reprodução do campesinato, como é o caso da família de João Paulo. Tal estratégia facilita o acesso à terra e é utilizada tanto por aqueles que não possuem terrenos quanto pelos que têm e desejam a sua ampliação;
2. A aquisição de um pequeno terreno na cidade, tendo em vista a construção de uma moradia em um centro mais habitado;
3. A abertura de um empreendimento comercial. São muitos os jovens que buscam abrir pequenos comércios, como bares e lojas, com os recursos obtidos a partir do corte da cana. Como exemplo disso, temos o caso de Samuel, 24 anos, que, com sua experiência pregressa no comércio de Caruaru (onde trabalhou como ajudante de feirante), buscou utilizar os recursos da migração para abrir sua própria loja de roupas – “*um ponto na rua*”, em sua própria fala. Diferentemente dos amigos que buscaram adquirir motos, Samuel comprou um carro, o qual facilita o transporte dos artigos que comercializa. Já Joãozinho pensa em voltar mais um ano ao corte da cana para conseguir um capital de giro e “*trazer roupas de Caruaru, para serem vendidas no povoado [Tavares]*”, iniciando, assim, seu próprio negócio.
4. A formação em uma profissão técnica, sendo a de cabeleireiro a mais comum. São casos como o do cortador de cana Sandro, 24 anos, que migrou por sete anos seguidos para o interior de São Paulo, e, nos últimos três anos investiu também na profissão de cabeleireiro,

³⁴ A Via campestina articula as organizações camponesas do Mundo. No Brasil, existe desde 2001.

realizando vários cursos pagos na cidade de Rio Preto. Sandro diz que não pretende mais voltar para o corte de cana de açúcar, pois “*já consegui o que eu queria: construí uma casa, comprei uma moto, tenho alguns trocados, fiz um curso de cabeleireiro lá, em Rio Preto, das sete às dez da noite, estou construindo o meu salão e tudo com recurso do corte de cana*”.

5. A construção de casas. Nos últimos anos, a busca pela atividade do corte da cana tem sido intensificada pelos jovens casados, que procuram conseguir algum recurso para construir a casa própria. Essa estratégia está sendo utilizada inclusive por jovens funcionários públicos municipais, os quais deixam a esposa assumindo seus postos de trabalho e migram com o argumento de “*ajudar no orçamento doméstico*”.

6. A aquisição de uma moto. A moto em Tavares é símbolo de muito trabalho, de pessoa forte, de masculinidade, de status, de sucesso, enfim, de um bom cortador de cana. Quem não consegue comprar uma moto é mal visto. Vejamos a seguir a fala de Juca:

“Cara, é o mínimo que o cabra pode fazer é comprar uma moto, primeiro para dizer que o cara cortou bem, não é fraquinho, segundo que sem uma moto aqui ninguém se movimenta, imagina para vocês irem para Domingo Ferreira de Jegue, vai um dia todo.” (JUCA, 23 ANOS)

Segundo Juca, as meninas não querem saber de cortador que não tem, pelo menos, uma moto. Tendo em vista a grande importância desse veículo no imaginário de Tavares, foi inevitável inteirarmo-nos do comércio local desse meio de transporte tão valorizado. Em uma entrevista com o proprietário da única concessionária de motos (que funciona há cinco anos), percebemos que entra, em média, de 250 a 300 motos novas anualmente no município.

A partir da identificação dessas estratégias, é possível afirmar que a migração para os canaviais do interior paulista representa hoje um dos principais meios de concretização dos projetos de autonomia desses jovens, de redefinição de suas identidades, de suas práticas de sociabilidade e do próprio espaço em questão³⁵.

Apesar dos benefícios conquistados com essa atividade, uma outra realidade vem sendo revelada: o curto tempo de vida útil dos jovens para o corte da cana. Uma pesquisa etnográfica realizada nos sítios de Tavares demonstrou que um cortador de cana não resiste a mais de sete cortes; ou seja, sua vida útil nesse árduo trabalho tem tempo e idade para terminar. Além disso, em muitos casos, depois do trabalho nas usinas eles voltam para a roça com vários problemas de saúde, os quais se manifestam nas mais diversas partes do corpo, sendo as dores nas pernas e nas costas as mais recorrentes. Isso é um reflexo da exaustão física a que esses jovens são submetidos e que trazem consequências negativas para a vida posterior a essa atividade.

Dentre os principais objetivos específicos desse trabalho, é de suma importância destacarmos aquele que se refere à compreensão da visão e das percepções dos jovens sobre o trabalho no corte da cana de açúcar. Juca, nosso guia nas idas ao campo, nos disse: “*corte de cana é pra cabra macho. E tem que ser macho, porque senão borra e não aguenta, cabra macho nordestino, pois, paulista não quer, por nada do mundo, trabalhar no corte*”. Dona Marinês, 43 anos, falou-nos a respeito do marido: “*João foi para a morte para nos trazer vida*”. Ela

³⁵ Para entender melhor a questão dos projetos de vida dos jovens, ver SATURNINO, M. *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel*. Dissertação (Mestrado em Sociologia.) – UFCG, Campina Grande, 2007.

nos diz que o marido só vai para o inferno da cana, pois, não há alternativa, e que é de lá que sai o dinheiro para a farinha e para as misturas. Logo, o corte da cana é visto com um mal necessário.

Conversando com o encarregado do transporte desses jovens para São Paulo, ele fez um cálculo simples sobre o valor arrecadado com a atividade do corte, utilizando como exemplo um sítio de Tavares: “*olha lá, o sítio S. tem aproximadamente 250 famílias e que ele levou 5 ônibus, isso equivale a uns 200 homens*”. Dessa forma, destaca que, se cada um voltar com três mil reais (R\$ 3.000,00), esse sítio terá um capital de seiscentos mil reais (R\$ 600.000,00). Ampliando esses cálculos, ele nos diz:

Imagina quando o município ia pensar em conseguir tudo isso de dinheiro. Agora faz o cálculo pelos três mil canista do município. A grosso modo, são nove milhões de reais para Tavares, que chega para comprar roupa, feira, moto, em dinheiro vivo, e se alguém vir falar mal, que proponha algo melhor, isso é a volta do ouro branco [plantação de algodão que, em épocas passadas, movimentou a economia de todo o Sertão].

Ao final de seu relato, insinuou sutilmente que nós, pesquisadores, estávamos determinados a criticar essa atividade econômica.

Percebemos que a questão demanda uma análise complexa, pois estão envolvidos, de um lado, um trabalho sub-humano e, de outro, a garantia de comida na mesa de muitos sertanejos. Sem políticas governamentais claras para garantir a permanência do povo no sertão com condições dignas de vida, os sertanejos continuarão morrendo no trabalho forçado dos canaviais paulistas. Dessa forma, há muito trabalho a ser realizado pelos grupos juvenis no sentido de organizar e descobrir meios de trabalho que garantam renda para aqueles jovens que migram para o corte da cana, já que, como apontamos, eles querem permanecer em suas cidades natais, mas não encontram alternativas viáveis para isso.

Isso é um problema que extrapola as organizações juvenis; é um problema do Estado, um problema da sociedade brasileira como um todo. O governo brasileiro, como já mencionado nesse artigo, assumiu sua postura: pretende expandir as plantações de cana de açúcar em todo o país. Cabe à sociedade brasileira mobilizar-se em busca de outra solução para essa política agrícola, bem como para melhorar a realidade desse povo.

Como vimos, é fato que a atividade do corte da cana de açúcar possibilita melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, mas custa o preço da vida de muitos deles e o esgotamento físico de tantos outros. Essa realidade é corroborada pelo forte convencimento ideológico de que o corte é a solução. Logo, se não for realizada qualquer investida governamental ou da sociedade civil no sentido de impedir a reprodução desse modelo desumano de exploração dos trabalhadores, continuarão existindo gerações e mais gerações de canistas disponíveis para as indústrias. Em outras palavras, enquanto não houver políticas públicas comprometidas com essa causa, não haverá solução para essa mazela social. Com base nos dados recolhidos em depoimentos institucionais a respeito dessa questão, percebemos que não é de interesse do governo federal sanar esse problema. Na atual conjuntura do etanol, muitos ainda irão migrar para essas atividades penosas, sofrer os danos consequentes do conhecido “borrar” e resolver seus problemas individualmente. Cabe à sociedade, lado a lado com os movimentos sociais, buscar alternativas para mudar essa triste realidade.

09.BIBLIOGRAFIA E FONTES UTILIZADAS

1. ABRAMO, Helena Wendel. Cenas Juneniz: punks e darks no espetáculo urbano: São Paulo: Scritta, 1997.
2. ABRAMOVAY, R. et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
3. BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. 3 ed.Petrópolis: Vozes, 1999.
4. Brandão LOPES, Juarez Rubens: Desenvolvimento e Mudança Social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil (São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968)
5. BRUMER, S.; Rosas, E. e Weisheimer, N. Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar... Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional Rural. RJ, 30 de julho a 5 agosto de 2000, 30p.
6. CARNEIRO, M. J. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da. et al. Mundo rural e política: Ensaio e interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
7. CASTRO, E. G. de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS; Museu Nacional; UFRJ, 2005.
8. DURHAM, E. R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectivas, 1973.
9. FORACCHI, M. M. A Juventude na Sociedade Moderna. São Paulo: EDUSP, 1972.
10. GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 5, n. 10, Julho/dezembro, 2003. p. 154-189.
11. GROppo, L. A. Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
12. MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova Guiné Melanésia. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p 23.. (Coleção Os Pensadores).
13. CARVALHO, Horácio M. (Org.). O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato. Curitiba: Vozes, 2004.
14. MENDONÇA, M. L. Agrocombustíveis e Escravidão, JORNAL Brasil de fato, 21-09-2007.

15. MENEZES, M.A. Ap. Socialização de Meninos e Meninas em famílias Camponesas – 1960 à 1990, Mimeo, 2000.
16. MENEZES, M.A, M. ^a Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho. Tese de Mestrado. Campina Grande. UFPB, 1985.
17. MENEZES, M.A. e SILVA, M.S. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: M.J. Carneiro e E.G. de Castro (orgs): Juventude Rural em perspectiva.. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007, p.167-182.
18. MENEZES, M.A, Projeto de Pesquisa ‘Juventudes Rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais’. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006 .
19. MENEZES, M. Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação (Mestrado em ciências Sociais). Campina Grande: UFPB, 1985.
20. MENEZES, M. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.
21. MENEZES, M^a Memórias de famílias de camponeses – migrantes (homens e mulheres) – 1950 – 1990. Cap. IV – O trabalho das crianças em famílias camponesas. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2004.
22. MENEZES, Marilda. História Oral: uma metodologia para o estudo da memória. n. 28. Vivencia 2000. p 1 -13.
23. MÉSZAROS, I. Para Além do Capital. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa, 2. ed., São Paulo: Boitempo, 2002.
24. MOREIRA, Emília & TARGINO, Ivan. 1997. Capítulos de Geografia agrária da Paraíba. João Pessoa:Universitária.
25. REVISTA EXAME, julho de 2007 pg 35 - 43.
26. SOUSA, Emilene Leite. O futuro profissional da juventude rural: os jovens Capuxu e os filhos do Quandú. In: DUQUE, Ghislaine (Org.). Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.
27. SILVA, Maria Aparecida de Moraes e MENEZES, Marilda Aparecida. Migrantes temporários: fim dos narradores. In: Nêho-história – Revista do Núcleo de Estudos em História Oral. Número 1. São Paulo: USP/FFLCH/DH, Novembro, 1999.
28. SILVA, M.A.M. Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: Anais VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Vol. 3. ABEP, pp.161-77, 1992.
29. MENEZES, M.A e Silva, M.A.M. e. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões. 2007a, (artigo a ser publicado no site Memória do Trabalho do NEAD- MDA)

30. SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense; 1975.
31. SOUZA, Boaventura de Santos (org.). Produzir para viver – os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
32. STRAPAZOLAS, V.L. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens. Florianópolis\SC: Editora da UFSC, 2006.
33. TORRENS, João. Representação do rural e do urbano na juventude rural no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: X Congresso Mundial de Sociologia Rural, mimeo, 2000.
34. WANDERLEY, M.N. B. Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro. Projeto de Pesquisa, UFPB, Recife: 2003.
35. Weisheimer, N. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre, UFRS, Dis. Mestrado, 2004 .
36. WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. In: Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, p. 35-53, jan/jun. 1990.

APELIDOS – A METAMORFOSE NO TRAJETO DE VIDA DE ALCOOLISTAS.

Zélia Martinelli Xavier³⁶

RESUMO

O presente artigo analisou o impacto do apelido sobre o autoconceito de alcoolistas relacionados ao seu comportamento de abuso do álcool. Através da realização de uma pesquisa com 30 alcoolistas, pacientes do PAA-HUCAM-UFES (Programa de Atendimento ao Alcoolista do Hospital Universitário Cassiano Antonio Mores da Universidade Federal do Espírito Santo), sendo 26 homens e 04 mulheres. Para coleta de dados utilizou-se roteiro de entrevista semiestruturado, que foram gravadas e após a transcrição realizou-se a análise dos dados a partir de agrupamento em categorias gerais. A idade média foi de 39 anos, com um período de abstinência mediana de 04 meses, 14 eram casados; 25 receberam apelidos relacionados ao alcoolismo, 48% destes com significado associado diretamente ao comportamento de abuso do álcool (ex.:Bebum). Os apelidos recebidos durante o período de alcoolizações evidenciam uma contradição da imagem que queriam para si, portanto na abstinência buscou-se a revalorização de sua autoimagem e seu autoconceito fazendo com que mudassem a forma como são nominados. O comportamento inadequado associado ao quadro de abuso do álcool é desprezado pela sociedade que se utiliza dos apelidos para demonstrar sua insatisfação com o outro embriagado, que interfere no processo de identificação do indivíduo, que busca nesta fase mudança da sua condição.

Palavras-Chave: Apelido. Alcoolista. Autoconceito.

ABSTRACT

This paper analyzed the impact of the nickname on the self-concept of alcoholics related to its conduct of alcohol abuse. By carrying out a search on 30 alcoholics, patients of PAA-HUCAM-UFES, being 26 men and 04 women. To collect data we used semistructured interview guide, which were recorded and after transcription was carried out to analyze the data from grouping into broad categories. The average age was 39 years with a median period of abstinence of 04 months, 14 were married, 25 received nicknames related to alcoholism, 48% of meaning associated directly with the behavior of alcohol abuse (eg, Drunk). The nickname earned during the period of alcoholism, show a contradiction of the image they wanted for themselves, so abstinence is sought for the upgrading of its self-image and their self-concept by having to change the way they are nominated. The inappropriate behavior associated with the context of alcohol abuse is despised by the society that uses the names to show their dissatisfaction with the other drunk that interfere with the process of identifying the individual, who seeks change at this stage of his condition.

Key Words: Nickname; alcoholics; Selfconcept.

³⁶ Assistente Social – CRESS 1361 – 17ª região - Professora do Curso de Serviço Social da UNIVEN.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema surgiu da inserção em um Programa de Atendimento a Alcoolistas (PAA – Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes da Universidade Federal do Espírito Santo); no qual, a convivência com pessoas alcoolistas apresentava-se frequentemente através de apelidos.

O tema identidade vem ao logo dos anos atraindo profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Neste trabalho a proposta foi identificar e analisar o significado dos apelidos entre alcoolistas em tratamento no PAA- HUCAM-UFES. Partindo da premissa que cada ser humano constrói ao longo de sua existência uma imagem de si mesmo e que é resultante da percepção que outros membros da sociedade a qual pertence, tem dele.

Se identidade é identidade de pensar e ser, a resposta que buscamos é sempre uma resposta vazia, pois é metamorfose (CIAMPA,1994).

Identidade é uma construção na qual coexiste algo que *já foi*, e em outros momentos *é*, e em tantos outros algo inacabado que *ainda será*.

É através da linguagem, a respeito do poder que as palavras podem ter que encontramos referências para atuarmos na vida e no dia a dia, que nos faz encontrar padrões de comportamento, que faz coisas passadas serem apresenada no presente e que ajudam na construção de um futuro, transmitindo experiências e que também podem preservar um tempo com suas significações de acordo com o interlocutor e o ouvinte.

Este é, portanto, um estudo sobre o impacto do apelido sobre o autoconceito de alcoolistas em abstinência no qual destacaram-se duas fases : ontem – marcado por período de alcoolizações intensas e hoje – período no qual encontravam-se abstinentes.

2. OBJETIVO GERAL

Identificar o significado dos apelidos entre alcoolista no PAA-HUCAM-UFES e o impacto sobre o autoconceito destes, relacionados a um comportamento de abuso do álcool; entendendo os sentimentos dos indivíduos quando são nominados, quando nominam o outro e em que contexto estão inseridos quando recebem os apelidos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com um grupo de trinta pacientes do PAA-HUCAM-UFES. Para coleta dos dados, utilizou-se entrevistas com roteiro semiestruturado, que foram gravadas com a concordância dos entrevistados e transcritas. Anteriormente, foi elaborado um teste piloto com dez entrevistados, onde foram efetuadas algumas modificações para continuação da pesquisa.

Os critérios de inclusão foram: a) ser paciente do Programa de Atendimento a Alcoolistas; b) ser alcoolista; c) ter no mínimo um mês de abstinência; d) não ter complicações clínicas/psiquiátricas que o impedissem de responder as questões formuladas.

Para tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, com agrupamento em categorias gerais e ainda medidas de tendência central (média e mediana). Para identificação dos entrevistados, utilizou-se números, assegurando seu anonimato.

4. RESULTADOS

Os resultados apresentam-se de modo a privilegiar alguns eixos, como a caracterização dos sujeitos (quem são); o sentimento de valor quanto aos apelidos recebidos (valência); quem nomina e em que momento (espaço); e o movimento de transição dos apelidos recebidos no período das alcoolizações e os que foram resgatados num período anterior as alcoolizações.

Tabela 1 : caracterização dos entrevistados

CATEGORIAS	QUANTITATIVO
I) ENTREVISTADOS	30
Masculino	26
Feminino	04
II) COR	
Branca	18
Negra	12
III) IDADE	
Máxima	65
Mínima	24
Média	39
IV) PROCEDÊNCIA	
Grande Vitória	25
Interior do Estado do ES	04
Outros Estados	01
V) ESCOLARIDADE	
Ensino fundamental completo/incompleto	19
Ensino médio completo/incompleto	08
Ensino superior completo/incompleto	03
VI) SITUAÇÃO FUNCIONAL	
Autônomo	14
CLT	07
Desempregado	03
Aposentado	03
Do Lar	02
Contrato Temporário	01
VII) TEMPO DE TRATAMENTO	
Máximo	132 meses
Mínimo	01 mês
Média	04 meses
VIII) TEMPO DE ABSTINÊNCIA	
Máximo	65 meses
Mínimo	01 mês
Mediana	9,6 meses

Quanto a caracterização dos sujeitos, encontrou-se uma idade média de 39 anos, em geral esta é a idade usual para o alcoolista chegar ao tratamento, momento em que já apresenta graves problemas em alguma área de sua vida; a prevalência de procura para tratamento do sexo masculino; sendo 14 autônomos, assim observa-se a formulação de uma estratégia para

manter rendimento dentro de uma condição informal, fora dos padrões e pressões patronais sobre o seu estilo de vida, assim continuando a beber e disfarçando a diminuição de sua condição produtiva; todos foram casados apenas uma vez sendo que apenas 04 moram com suas familiar (pais ou filhos) e apenas dois residem só; 14 casados, 08 solteiros, 07 divorciados e 01 viúvo; e com uma mediana de abstinência de 9,6 meses.

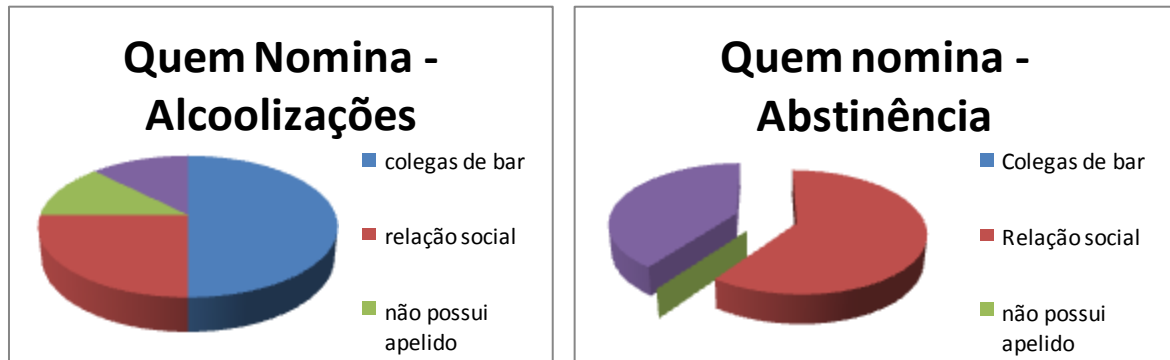


Gráfico 1: Comparativo – Quem Nomina: Alcoolizações e Quem Nomina : Abstinência

Dos entrevistados 25 receberam apelidos relacionados ao alcoolismo, 48% com significado associado diretamente ao comportamento abusivo do álcool (ex: bêbado); 12 relacionados ao local onde estão maior parte do tempo que é o bar; 02 relataram ser devido a quantidade de bebida alcoólica ingerida; 02 relatam não perceberem maior uso de apelidos, por considerarem algo comum a toda sociedade.

Os apelidos designam formas próprias dentro da sociedade brasileira, que se constituem em estratégias de regulação quanto ao comportamento dos indivíduos.

Os apelidos assim se destacaram entre duas vertentes distintas:

- a) pelo comportamento “desviante” do alcoolista que se afasta do padrão de ingestão de bebida alcoólica “ideal”;
- b) pela dicotomia entre dois espaços: Bar / rua – a ênfase no prazer imediato fornecido pelo álcool e em casa – a ênfase na dor e no desconforto, vivenciados pelos membros de sua família, que desejam que ele interrompa a ingestão alcoólica.

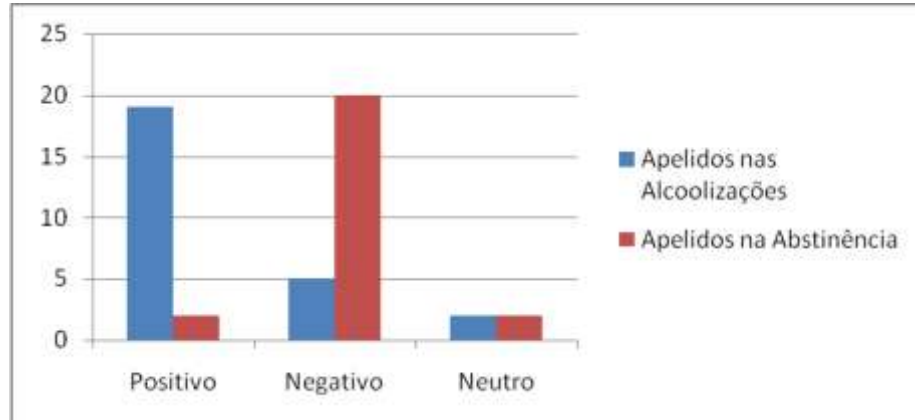


Gráfico 2: Os Apelidos – seus valores no período das Alcoolizações e no período de Abstinência

O apelido é representado pela intenção do outro ao nominar o contexto de vivência. Buscou-se, portanto saber dos entrevistados o valor afetivo e a inserção em outros grupos sociais que refletem o esforço na direção da adoção de um novo estilo de vida, que possibilita o abandono gradual do grupo dos colegas de bares e o estabelecimento de uma rede social mais ampla.

a) Nas alcoolizações:

Negativo:

“Não gostava porque não era meu nome”. (“Barbudo”)

Positivo:

“Era bom porque achava que era brincadeira”. (“Pé-Inchado”)

b) Na abstinência:

Negativo:

“Horrível, porque só servia pra me colocar mais pra baixo ainda.” (“Cachaceiro”)

“Os colegas da oficina, porque levei uma surra quando estava bêbado”. (“Zé – Quebrado”)

Positivo:

“É a metade do meu nome, é mais prático”. (“Jerê”)

Por valorizarem negativamente os apelidos recebidos no período de ingestão alcoólica abusiva, buscaram na abstinência um novo valor para a sua auto imagem e auto conceito realizando mudanças na forma como são nominados, inclusive o retorno ao uso do nome próprio.

A sociedade no geral se utiliza dos apelidos como meio de punir um comportamento, no caso o alcoolismo. Destaca-se nos apelidos a forma pejorativa e negativa no modo que são utilizados.

O que acaba se transformando num jogo de poder, de acordo com os interesses de cada pessoa; pois o que interessa na rotulação do alcoolista é evidenciar que é uma pessoa irresponsável, sem moral e que deve ser deixado em isolamento, como se não houvesse uma solução para o problema determinado.

Poder para uns, dor para outros, dois pólos que se constituíram na estruturação da narrativa dos enrevistados. Na reconstituição de sua identidade é necessário reorganizar sua narrativa

em termos temporais, para que o futuro seja de maior percepção com segurança frente a si mesmo e frente ao mundo em que convive em constante relacionamento.

5. CONCLUSÃO

A sociedade se utiliza do apelido, como meio de punição de um comportamento inadequado devido ao abuso do álcool, de indivíduos alcoolistas, demonstrando a sua insatisfação.

O apelido, interiorizado pelo indivíduo, devido a sua conotação pejorativa, influencia de fato seu autoconceito, enfatizando ora seu poder de consumir cada vez mais álcool (no período de sua alcoolização), ora rejeitando os atributos recebidos quando alcoolizados, já que não se identificam mais com eles (por estarem abstêmios).

É na abstinência que buscam a mudança desta condição, inserindo-se em outros grupos sociais e permitindo a mutação na sua identificação por uma melhora na sua condição de vida.

A narrativa que constroem, oscila entre o passado que deve ser desprezado, porque é ruim e um presente no qual o nome próprio assume função importante na busca de um autoconceito valorizado positivamente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Setuko de. **A influência do apelido e papel social do alcoólatra**. São Paulo: PUC, 1983.
2. CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória de Severino e a história de Severina – Um estudo em Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
3. CHALOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
4. DA MATTA, Roberto . **O que faz o Brasil, Brasil ?** 6ª ed. São Paulo: Rocco, 1993.
5. GARCIA, Maria Lucia T. & MENANDRO, Paulo R. **Prática Superticiosa entre Mulheres de alcoolistas**. Ver ABP/APAL, nº 02, Julho, 1997.
6. GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-Identity – self and society in the late modern age**. Califórnia: Stanford University Press, 1991.
7. MOTA, Leonardo. **Dependência Química e Representações sociais: pecado, crime ou doença**. Curitiba: Juruá, 2009.
8. RAMOS, Sérgio de Paula. Et al. **Alcoolismo Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
9. XAVIER, Zélia Martinelli. Et al. **De passa-régua a pé-inchado – poder e dor no trajeto de um alcoolista**. Rio de Janeiro : UFRJ – ENC, Jornal Brasileiro de Psiquiatria. V.47 nº03, p.125-130, 1998.